



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO**



ROBERTO ANTERO DA SILVA

AGROPECUÁRIA DE ARAGUAÍNA-TO E NOVAS CENTRALIDADES

Fortaleza-Ceará

2012

ROBERTO ANTERO DA SILVA

AGROPECUÁRIA ARAGUAÍNA–TO E NOVAS CENTRALIDADES

Dissertação apresentada e submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Matos Araújo

Fortaleza– Ceará

2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho**

S586a Silva, Roberto Antero da
 Agropecuária de Araguaína – TO e novas centralidades /
Roberto Antero da Silva. – 2012.
 155 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará,
Centro de Ciências e Tecnologia, Curso de Mestrado em
Geografia, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e
Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas
Orientação: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Matos Araújo

1. Amazônia. 2. Araguaína-TO. 3. Região 4.
Agropecuária. 5. Centralidades . I. Título.

CDD: 910.91734

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

AGROPECUÁRIA ARAGUAÍNA-TO E NOVAS CENTRALIDADES

Autor: Roberto Antero da Silva

Defesa da dissertação em: ____/____/____

Nota Obtida_____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Ana Maria Matos de Araújo
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Programa de Pós-Graduação em Geografia-UECE
(Orientadora)

Professor Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Universidade Federal do Pará (UFPA).
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Professor Dr. José Meneleu Neto
Universidade Estadual do Ceará-UECE
Programa de Pós-Graduação em Geografia-UECE

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grato a todos que contribuíram na realização desta dissertação, trabalho que depende da colaboração e apoio de pessoas e instituições. Como expressão deste reconhecimento agradeço:

A Deus, pela força em mais uma conquista.

À minha família, pelo irrestrito incentivo. Em especial à Micilene, minha esposa, que junto as minhas filhas Jamilly e Samira, literalmente me acompanharam neste desafio; e D. Francisca (mãe) pela força e orações; aos meus irmãos (as) e seus (as) companheiros (as).

À professora Ana Maria Matos Araújo pela orientação, ensinamentos e experiências compartilhados, convivência e confiança.

À professora Luzia Neide Coriolano pela confiança e apoio, desde o meu primeiro contanto, quando manifestamos intento de ingressar neste mestrado.

À professora Lúcia M^a Lucia Brito da Cruz, pelos incentivos e apoio institucional.

À professora Adelita Neto Carleial que gentilmente acolheu- me no Laboratório de Estudos de População (LEPOP); e aos lepopianos Ana Emilia, Diego, Mariana Goís, Sharon, Vitor.

Aos professores (as) da banca de qualificação, Zenilde Baima Amora e José Meneleu Neto; e da defesa da dissertação Saint-Clair da Trindade Júnior e José Meneleu Neto, pelas críticas e sugestões apontadas.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROP GEO) pelas oportunidades de reflexão e diálogo.

Aos amigos de Araguaína, que mesmo distantes, estavam presentes; e aos novos amigos de Fortaleza.

Às pessoas e instituições que contribuíram na coleta de dados secundários e pesquisa de campo.

À Universidade Estadual do Ceará (UECE), em especial ao PROP GEO pela acolhida, oportunizando meu crescimento intelectual.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, fundamental para realização da pesquisa.

Ao governo do Tocantins pela concessão do afastamento remunerado, igualmente essencial para realização da pesquisa.

RESUMO

Araguaína é cidade e município em região de desigualdades sociais, políticas e territoriais, destacando-se pela rapidez na transmutação de fronteira agrícola em cidade de influência regional, constituindo-se parte de região econômica periférica, porém inserida no mercado mundial. Localiza-se na Amazônia Legal, sendo espaço de maciças intervenções estatais, motivadas pelo interesse de expansão do capitalismo no país. A cidade destaca-se pela velocidade com que atrai contingente populacional, expandindo-se e fragmentando-se em pedaços urbanos, de usos comerciais, de transportes, serviços e residenciais dentre os quais periferias, abrigo de antigos e novos migrantes. A pesquisa tem como objetivo geral o desafio de identificar e explicar as centralidades urbano-regionais da cidade de Araguaína relacionadas à expansão capitalista na Amazônia e com o avanço da pecuária bovina no campo com suas novas perspectivas no mercado mundial. Esta cidade pode ser caracterizada, entendida e explicada se considerada como centralidade urbano e regional de acumulação capitalista periférica, com influência econômica e política de ordem mundial, nacional e regional. As rodovias e avenidas são para garantir os movimentos do comércio e acesso às relações espaciais regionais, insinuando que são vias urbano-regionais, para além de sua função urbana, onde a população se movimenta entre a região e a cidade, demais regiões do país, para consumo de bens e serviços diversificados. Para interpretação da realidade parte-se do método histórico dialético, adotando metodologia que combina fontes bibliográficas especializadas, dados socioeconômicos, documentais e pesquisa de campo. Problemas urbanos, contradições urbanas regionais e centralidades são marcas da mediação do Estado na produção do espaço capitalista pontual e desigual dotando poucas e seletivas cidades de melhor estrutura de bens, serviços e informação, reproduzindo o papel diferenciado da divisão territorial do trabalho capitalista. A cidade de Araguaína mantém forte setor terciário com relevância para comércio e serviços de educação superior e saúde. Mesmo a agropecuária não sendo a principal atividade econômica sustenta e estende poder político e econômico no espaço urbano e região apoiando-se em marketing e apropriando-se de investimentos públicos e privados.

Palavras-chave: Amazônia. Araguaína-TO. Região. Agropecuária. Centralidades.

ABSTRACT

Farming of Araguaina -TO and new Centralities

Araguaina is both a city and municipality in a region of social, political and territorial inequalities, highlighting the speed in the transmutation of agricultural frontier city of region influence, becoming part of peripheral economic region, however integrated on the world market. Araguaina is located in the Legal Amazon, with space for massive State intervention, motivated interest in the expansion of capitalism in the country. The city stands out for the speed with which attracts a big population, expanding and breaking down into urban pieces, commercial, transport, services and residential neighborhoods among which, under old and new migrants. The research aims to describe the challenge of identifying and explaining the urban-regional centralities of the city of Araguaina related to capitalist expansion into the Amazon and the advancement of cattle raising in the countryside with its new outlook on the world market. This city can be characterized, understood and explained if considered as an urban and regional centrality of a peripheral capitalist accumulation, with economic and political influence of world order, national and regional levels. The highways and avenues are to ensure the movement of trade and access to regional spatial relations, implying that they are urban-regional routes, as well as their urban function, where the population moves between the city and the region, other regions of the country to consumption of goods and varied services. For interpretation of reality is part of the historical dialectic method, adopting a methodology that combines specialized bibliographic sources, socioeconomic data, documentary and field research. Urban problems, contradictions and regional urban centralities are marks of the mediation of the State in production of timely and uneven capitalist space by providing very few cities a better structure of good, services and information, playing the role of different territorial division of capitalist labor. The city of Araguaina maintains an important tertiary sector which is relevant to trade and high education and health services. Even farming is not the main economic activity sustains and extends political and economic power in the urban area and relying on marketing and appropriating public and private investments.

Keywords: Amazon. Araguaina-TO. Region. Agriculture. Centralities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSOCARNE – Associação do comércio e varejo de carnes frescas de Araguaína

ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins

BASA – Banco da Amazônia

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CANG – Colônia Agrícola de Goiás

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAIARA – Distrito Agroindustrial de Araguaína

EXPOARA – Exposição Agropecuária do Tocantins

FENIAGRO – Feira de Negócios, Indústrias e Agroindústrias do Tocantins

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPTAC – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos

LEPOP – Laboratório de Estudos de População

MDIC – Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins

SIDRA – Sistema Recuperação Automática de Dados

SIE – Selo de Inspeção Estadual

SIF – Selo de Inspeção Federal

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFT – Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Rodovia Belém-Brasília	78
Foto 2 – Av. Bernardo Sayão na área urbana de Araguaína.....	79
Foto 3 – Travessia do rio Tocantins entre Filadélfia (TO) e Carolina (MA);	81
Foto 4 – Avenida Cônego João Lima (1965)	84
Foto 5 – Avenida Cônego João Lima (2010)	84
Foto 6 – Vista parcial da cidade de Araguaína.....	88
Foto 7 – Aspectos de moradias na vila Piauí.....	93
Foto 8 – Monte Sinai: área de ocupação recente em Araguaína	94
Foto 9 – Vila Maranhão: área de ocupação recente em Araguaína	94
Foto 10 – A região de Araguaína entre pastos e cercas e bovinos	105
Foto 11 – Exemplos de Agroindústrias instaladas em Araguaína: à esquerda Premix (ração animal) à direita o frigorífico Minerva.	117
Foto 12 – Concessionárias de veículos e máquinas agrícolas multinacionais na cidade de Araguaína-TO, 2011	120
Foto 13 – Infraestrutura urbana de apoio à pecuária na Av. Cônego João Lima	125
Foto 14 – Modificações urbanas no setor Oeste e proximidades	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projetos incentivados pela SUDAM até 1985	54
Gráfico 2 – Evolução da população de Araguaína (1960 -2010)	85
Gráfico 3 – Araguaína: principais origens dos migrantes por naturalidade (1970-1980)	87
Gráfico 4 – Crescimento das exportações no Tocantins no período de 1999 a 2010 (US\$ 1.000).....	98
Gráfico 5 – Soja: evolução da quantidade produzida (t) no Tocantins (1990-2010)	101
Gráfico 6 – Uso da terra na região de Araguaína-TO, 2006.....	103
Gráfico 7 – Municípios exportadores de carne bovina no Tocantins (2010)	114
Gráfico 8 – Principais países de destino da produção pecuária de Araguaína-TO (2010).....	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área de estudo	19
Mapa 2 - Formação Territorial de Goiás - Tocantins	45
Mapa 3 - Localização dos três principais municípios do Tocantins.....	72
Mapa 4 – Expansão urbana de Araguaína	90
Mapa 5 – Divisão territorial do trabalho no Tocantins na agropecuária	100
Mapa 6 – Araguaína: agroindústrias de apoio a pecuária.....	113
Mapa 7 – Araguaína- TO: Infraestrutura urbana de apoio à pecuária	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição por UF dos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM na Amazônia Legal até 1985.	55
Tabela 2 – Número de municípios da Amazônia, segundo as classes de tamanho da população total (2010)	67
Tabela 3 – Evolução do quantitativo de municípios em Goiás e Tocantins, entre 1872 e 2000.	69
Tabela 4 – Tocantins. Número de municípios, segundo as classes de tamanho da população total (2010)	70
Tabela 5 – Tocantins. Principais municípios em População Total, segundo Taxa de urbanização (2010) e PIB (2008).....	74
Tabela 6 – População e densidade demográfica dos municípios da região de Araguaína-TO (2000- 2010)	77
Tabela 7 – Vias de circulação regional e distâncias para Araguaína-TO	80
Tabela 8 – Principais empresas exportadores da produção do Tocantins em 2010 (soja, carne bovina e outros produtos)	101
Tabela 9 – Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (ha), no Brasil, Tocantins e região de Araguaína (2006)	104
Tabela 10 – Brasil e Amazônia Legal* - Indicadores da pecuária (2010)	108
Tabela 11 – Rebanho bovino na microrregião do Tocantins (2010)	109
Tabela 12 – Perfil das empresas fornecedoras de insumos, máquinas e implementos para agropecuária de Araguaína	122
Tabela 13 – Os corredores de apoio a pecuária e sua especialização, Araguaína-TO, 2011 .	125
Tabela 14 – Evolução do quantitativo de empresas em Araguaína por período (1966-2009)	133
Tabela 15 - Empresas por ramos de atividades em Araguaína-TO e sua região, 2009	134

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E RECORTE ESPACIAL EMPÍRICO	20
2.1 REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO NA GEOGRAFIA CRÍTICA	20
2.2 RECORTE ESPACIAL EMPÍRICO DA REGIÃO DE ARAGUAÍNA	27
3 EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA.....	32
3.1 ECONOMIA URBANA INDUSTRIAL BRASILEIRA: EXPANSÃO TERRITORIAL E FRONTEIRA AGRÍCOLA	32
3.2 MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA DA AGRICULTURA BRASILEIRA	36
3.3 ABERTURA DE MERCADO E NOVAS CONDIÇÕES DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO	39
4 TOCANTINS E ARAGUAÍNA NA EXPANSÃO CAPITALISTA PARA AMAZÔNIA.....	42
4.1 TOCANTINS NA FASE DE CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA	42
4.2 O TOCANTINS DOS CERRADOS NA AMAZÔNIA LEGAL	48
4.3 RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA: INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ARAGUAÍNA.....	50
4.4 INCENTIVOS PARA AGROPECUÁRIA DE ARAGUAÍNA	53
4.5 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN) E O POLAMAZÔNIA NA FORMAÇÃO DE CENTROS REGIONAIS	56
4.6 EMANCIPAÇÃO DO TOCANTINS: GRANDES OBRAS E ABERTURA DE MERCADOS.....	60
5 CIDADES NA AMAZÔNIA: EXPRESSÃO URBANA E REGIONAL	64
5.1 O AVANÇO DA FRONTEIRA URBANA NA AMAZÔNIA	64

5.2 URBANIZAÇÃO NO TOCANTINS: DESTAQUE DE TRÊS CIDADES.....	68
5.3 ARAGUAÍNA: ENTRE RODOVIAS, RIOS E PEQUENAS CIDADES	74
5.4 A URBANIZAÇÃO DE ARAGUAÍNA: ENTRE RODOVIAS E ESPAÇOS DE MIGRANTES.....	81
6 CENTRALIDADES URBANO-REGIONAIS DE ARAGUAÍNA.....	96
6.1 TOCANTINS NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO COM SOJA, PECUÁRIA, ABACAXI E ARROZ: PRODUTOS DO E PARA O CAPITALISMO	97
6.2 A REGIÃO DE ARAGUAÍNA: ESPAÇO PARA A PECUÁRIA	102
6.3 CENTRALIDADES URBANO-REGIONAL DE APOIO À AGROPECUÁRIA	109
6.4 CENTRALIDADES ECONÔMICO-SOCIAL E URBANO-REGIONAL DE ARAGUAÍNA.....	132
7 CONCLUSÕES.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

1 INTRODUÇÃO

O município e a cidade de Araguaína cresceram desmesuradamente em pouco mais de meio século de emancipação, entre 1960 e 2010. Tal fato faz diferença e constitui notoriedade e destaque local, regional e nacional, apesar de também poder ser discutida a hipótese de Araguaína com suas contradições urbanas no movimento de expansão capitalista brasileiro.

Localizada ao norte do estado do Tocantins, e integrante da Amazônia Legal, (Mapa 01) em região de capitalismo tardio e de extremas desigualdades sociais, políticas e territoriais. Araguaína apresenta controvérsias em seu desenvolvimento, das quais se destacam a peculiaridade de rápida transformação de fronteira agrícola transmutada em cidade de influência regional, cujo raio de ação transcende o próprio estado e a Amazônia legal, constituindo parte de região econômica periférica, porém inserida no mercado mundial. Uma cidade que explode demograficamente e que se destaca pela valorização urbana e contraditoriamente pela formação de aglomerados subnormais, conforme o IBGE (2010), que também podem ser definidos como favelas.

Resumidamente, este é o tema que se explora, caracteriza e pormenoriza nesta dissertação. Estuda-se tanto a cidade como o município e sua região para esquadrihar, desvendar e explicitar os mitos da “*cidade do boi gordo*”, cognome aceito na sociedade tocantinense e brasileira e que se mantém apesar de sua rápida e intensa urbanização e do crescimento acelerado do comércio, da exportação de carne bovina e dos serviços, em especial de educação superior.

A academia responsabiliza dois aspectos ao mesmo tempo enfatizados nos estudos oficiais do governo estadual como responsável pelo rápido e positivo desempenho de Araguaína: a pecuária bovina e a rodovia Belém-Brasília. Embora sem maiores questionamentos sobre a contradição principal de a agropecuária reduzir contribuição no produto interno bruto municipal e regional ao mesmo tempo em que o beneficiamento da carne bovina assume importância crescente no mercado mundial de alimentos. Além disso, as contradições urbanas referentes às crescentes valorização urbana e especulação imobiliária associadas à proliferação de loteamentos urbanos em meio ao surgimento de favelas e de péssimas condições infraestruturais dos novos bairros e setores.

Portanto, questiona-se sobre o papel da pecuária no crescimento urbano da cidade de Araguaína e, sobretudo, de sua tendência à regionalização. A pesquisa tem por objetivo geral o desafio de identificar e explicar as centralidades urbano-regionais da cidade de Araguaína

relacionadas à expansão capitalista na Amazônia e com o avanço da pecuária bovina no campo com suas novas perspectivas no mercado mundial.

O principal ponto de destaque deste processo ao mesmo tempo urbano e regional é visto na explosão demográfica da cidade com a proliferação de bairros, setores urbanos e vilas residenciais da cidade de Araguaína que em tão pouco tempo fragmentaram-se em 111 bairros residenciais, ainda que não oficialmente contabilizados. Afinal, o campo ou o espaço rural foi tomado quase todo para uso de pastoreio e criação extensiva de bovinos. Os dados do censo agropecuário do IBGE de 2007 acusam o avanço da pecuária em Araguaína. A pecuária extensiva é poupadora de trabalho, limitando-se ao uso temporário e de determinadas atividades ligadas ao pasto e à propriedade. Ao contrário, em termos de terra a pecuária requer sempre maiores proporções, daí explicitando a concentração fundiária em mãos de poucos latifundiários e os consecutivos êxodos rurais e a rapidez da urbanização das cidades ligadas à pecuária. Mesmo as pequenas propriedades estão a serviço da grande propriedade e da pecuária.

Além de a cidade abrigar os trabalhadores temporários do campo alimenta sua expansão urbana e a de outras cidades da região. Consequentemente a cidade assume destaque estadual e regional na aglomeração dos investimentos urbanos privados e públicos e reestrutura-se para isto. Recebe investimentos públicos de construção e alargamento de rodovias que se transformam em avenidas. Alarga-se para garantir os movimentos do comércio nas principais avenidas e ruas, construindo vias de circulação regional que dão contornos urbanos e acesso às relações espaciais regionais. Modificam-se os usos do solo urbano, com a valorização de novas ou antigas áreas e a explosão de periferias. Tudo isto para atender não apenas às necessidades de mercadorias e de serviços da população local, mas para ampliar relações espaciais de escala regional intraestadual e interestadual.

O que impressiona, à primeira vista, é a velocidade com que atrai contingente populacional e passa de pequena cidade para o tamanho médio em apenas meio século. Nos anos de 1950, Araguaína caracterizava-se como um pequeno e isolado povoado. Na década seguinte emergiu para a condição de município, apresentando no espaço as marcas de rápidas e intensas transformações sociais e econômicas. Os rápidos e volumosos movimentos migratórios determinaram crescimento populacional e transformações espaciais no município, sobretudo na cidade sede. De 1960 a 2010, a população explodiu de 10.826 habitantes para 150.520, um incremento próximo a 1.300%.

A centralidade histórica não suportou o crescimento populacional e econômico. A cidade expandiu-se, fragmentando-se em pedaços urbanos, de usos comerciais, residenciais e

de transportes e serviços. Poucos bairros elitizados surgem em meio às periferias, abrigo de antigos e novos migrantes. Conforme IBGE (2010), somente a cidade média de Araguaína em Tocantins possuía aglomerados subnormais¹. Em outras palavras, são seis núcleos de favelas, com uma população total de 7.364 habitantes, que no trabalho de campo na favela do Monte Sinai, com população de 2.242 pessoas, constatavam-se precárias condições de habitação e saneamento, além das dificuldades de acesso ao comércio e aos serviços, corroborando com a situação subnormal identificada.

Ao mesmo tempo, a cidade de Araguaína desponta na rede de cidades, disputando com Imperatriz (MA) e Marabá (PA) o ranking regional. Conforme o IPEA (2008), o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2002 e 2005, das cidades com mais de 100 mil habitantes e menos de 500 mil, característico das cidades médias, teve destaque em relação às grandes cidades e metrópoles (com mais de 500mil hab.) e as pequenas (com menos de 100mil hab.). Um crescimento econômico acima do crescimento populacional, que girava em torno de 2%. Desse modo, somente as cidades médias contribuíram com 5,2% do PIB nacional. Tudo isto implicou em crescimento do PIB per capita das cidades médias de 3,1% ficando acima do experimentado nas grandes (2,61%) e pequenas cidades (2,9%).

Essa tendência de crescimento do PIB *per capita* dos municípios é novidade. Entre os anos 1980 e 1990, Carvalho (2002) já comentava que a expansão capitalista no mundo fazia avançar a urbanização, que deixava de ser um processo nacional para assumir força mundial. O movimento populacional entre as metrópoles estava tendo por destino as cidades médias, com a pobreza urbana chamando atenção, pois o crescimento econômico não acompanhava o desempenho demográfico e assim o PIB *per capita* baixou entre 1980 e 1990. Portanto, se concluía que os novos processos de urbanização não distribuíam riqueza no território brasileiro somente pessoas, que na opinião do pesquisador, representavam acréscimos de encargos municipais para cidades médias. Justificando, portanto, as situações de precariedade das periferias não apenas nas grandes cidades, inclusive nas médias e de certo modo sugerindo uma revisão do desempenho positivo recente das cidades médias para observar casos controversos.

¹ O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

No caso de Araguaína há uma situação agravante, sua posição geográfica no contato entre a Amazônia e o Nordeste; e as ligações rodoviárias posicionam a cidade a uma espécie de encontro rodoviário entre as regiões brasileiras, um ponto centrífugo de passagem ou de destino.

Araguaína segue o traçado determinado por duas rodovias, em maior importância para a Belém-Brasília (BR-153) que na margem leste acolhe quase todo o sítio urbano², e em conjunto com a TO-222 dá o contorno do formato de um triângulo para a cidade. A partir do centro histórico a expansão urbana seguiu a rota das rodovias, reservando-lhes diferencial no papel que desempenha na região.

Tornou-se cidade de movimentos de população e de mercadorias. As principais vias de circulação urbana, se conectando com as rodovias, são fundamentais eixos de circulação e ligação regional, insinuando que são avenidas para a região, para além de sua função urbana. Através das vias urbano-regionais a população se movimenta entre a região e a cidade, demais regiões do país, para consumo de bens e serviços diversificados.

As rodovias assumem maior importância quando se complementam ao transporte ferroviário de carga e ao suprir as deficiências dos transportes aéreos de passageiros, que são limitados, salvo o transporte particular de aeronaves que chegam a superlotar o pátio do aeroporto em determinados dias quando se contam até 25 aeronaves de pequeno porte.

Araguaína é também ponto de passagem de migrantes nordestinos em direção às fronteiras agrícolas amazônicas principalmente no Mato Grosso, ao Sudeste e ao Sul. É receptora e distribuidora de produtos industriais transportados em caminhões desde o Sudeste e o Sul do país. Relaciona-se com metrópoles regionais, quanto com outras cidades médias regionais, tais como Goiânia e Imperatriz.

O município tem quatro milhões de quilômetros quadrados e a cidade assume a feição de um minúsculo ponto representando um contraste desarmônico. A enorme área no município não é para os trabalhadores, nem o campo, tampouco a cidade. O campo é para os latifúndios pecuaristas; a cidade é para infraestrutura econômica regional e para especulação, com reserva de significativa quantidade de áreas vazias.

Na fase de fronteira agrícola, a cidade de Araguaína recebia pequenos agricultores e trabalhadores no campo. Primeiro os posseiros dos estados nordestinos limítrofes, que abriram matas e praticavam agricultura de subsistência, depois expropriados, serviram de mão-de-obra para ampliar o avanço capitalista na pecuária e sobre os cerrados e florestas, transformando tudo em pastagens. O campo de hoje, então, já não mais suporta os

² Sítio urbano é a base onde a cidade está (CORRÊA, 2005).

trabalhadores que se dirigem às novas frentes, para pequenos povoados reserva de mão-de-obra, ou então para cidades, dilatando suas periferias, praticando intensos e frequentes movimentos pendulares.

A cidade de Araguaína, portanto, somente pode ser caracterizada, entendida e explicada se considerada como centralidade urbano e regional de acumulação capitalista tardia, com influência econômica e política de ordem regional, nacional e mundial. O pressuposto é de que a urbanização tem papel regional de atração populacional e econômica, produzindo diferenciação que pode ser captada pela regionalização econômica, populacional e política.

A pesquisa em termos de objetivos específicos se propõe a explicitar as centralidades urbano-regionais de Araguaína, nela relativizando a importância da produção agropecuária com suas pastagens e agroindústrias de exportação; do comércio e serviços especializados em insumos, máquinas e serviços. Examina-se a centralidade socioeconômica na interpretação dos conteúdos e significados da urbanização para compreender a dinâmica, funções e contradições que definem o significado da cidade para si e para sua região.

Problemas urbanos, contradições urbanas regionais e centralidades são marcas da mediação do Estado na produção do espaço capitalista pontual e desigual dotando poucas e seletivas cidades de melhor estrutura de bens, serviços e informação, reproduzindo o papel diferenciado da divisão territorial do trabalho capitalista. Reforça-se, portanto, a centralidade das relações recíprocas entre a cidade e a região; e de outra maneira a maioria da população convive com os problemas urbanos, indicativos de urbanização incompleta, produtores das periferias da cidade e região.

Como outro objetivo específico, a pesquisa trata da regionalização de Araguaína no território estadual e amazônico associada à divisão territorial do trabalho. Parte-se do suposto da importância urbano-regional de Araguaína em apoio à produção primária regional, coletando na região a matéria-prima, o gado, beneficiando e exportando carne, miúdos e couro bovino ao mercado mundial. A região resultado de processo histórico nacional, mas alterada pela conjunção das políticas de ordem distante, de ordem mundial, com apoio local do Estado em função da modernização capitalista, da abertura de mercado e das novas políticas neoliberais. Região socialmente produzida por intenso e veloz processo de urbanização demográfica e econômica, resultado do avanço capitalista sobre o campo e as cidades, com finalidade de expansão de lucros capitalista e para atender demanda mundial de alimentos.

A pesquisa tem importância por sua contribuição a tema pouco estudado no espaço amazônico, o das centralidades urbano-regionais, sobretudo pelas informações atualizadas e os dados sobre a realidade empírica do município, da cidade e região de Araguaína. Relaciona a compreensão da cidade aos processos que se manifestam em nível regional. Além disso, faz uma revisão bibliográfica do histórico-geográfico do estado de Tocantins acompanhada da discussão dos principais municípios com sua dinâmica econômica e territorial na estruturação do espaço amazônico. Também dialoga com a literatura e com outros trabalhos acadêmicos e técnicos realizados sobre a temática regional e estadual.

Adota-se postura teórica divergente da usual, pois não se considera duplo o processo, de urbanização e de regionalização, mas único e relativo à urbanização que se diferencia em determinadas regiões a partir de forças territoriais e políticas próximas e distantes. Os sujeitos sociais da cidade e da região entrando em embates e em contradições para capitularem e se reunirem as forças externas mais poderosas. A população trabalhadora sendo conduzida pela urbanização, pela mobilidade do capital a garantir níveis de consumo padronizados e de reprodução da força de trabalho. A elite pecuarista revendo regionalismo para reprodução do poderio social e econômico historicamente construído.

Para interpretação da realidade parte-se do método histórico dialético concebido por Henri Lefebvre e autores da geografia crítica, embora se reconheça quão difícil é cumprir todas as etapas do método progressivo-regressivo de Lefebvre. A aplicação parcial do método é mais comum e em alguns itens mantém-se apenas na fase descritiva do método.

A metodologia operacional combina fontes bibliográficas e literatura especializada sobre a região, cidades, e espaços urbanos, de autores críticos como o filósofo LEFEBVRE (2001, 2004, 2008); de geógrafos como ARAÚJO (2007, 2010); BECKER (1982, 1990, 2003, 2009); CORRÊA (1997); LENCIONI (2009); SPÓSITO (1998); TRINDADE JÚNIOR e RIBEIRO (2011) OLIVEIRA (2003); e em sociólogos MARTINS (1997) e OLIVEIRA (2003); além de outras referências e literatura específica do objeto empírico.

Para elucidar peculiaridades da cidade e região a técnica de estudo de caso foi selecionada. Araújo (2007, p. 42) com base em Simon (2007) e Bressan (2000), considera o estudo “uma técnica de análise da realidade, onde se faz uma pesquisa sobre um caso particular, para tirar conclusões sobre princípios gerais daquele caso específico”, admitindo considerar uma variedade de evidências obtidas em campo, em documentos, da internet, fotografias, mapas, entrevistas e observações. Desta forma o estudo de caso possibilita acompanhar os eventos contemporâneos, especialmente por admitir situações observações diretas e entrevistas, em menores proporções que uma pesquisa amostral.

O levantamento de dados estatísticos socioeconômicos e documentais em maioria foram coletados *online*, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Sistema de Dados Agregados (SIDRA); no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins. Em instituições de Araguaína a coleta ocorreu de maneira direta na Prefeitura Municipal, por telefone e mensagens eletrônica; nas instituições públicas de apoio à pecuária procedeu visitas aos sites das instituições.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. No primeiro momento, em novembro de 2010, ainda com o objetivo central o estudo de conflitos e contradições sociais no cotidiano dos migrantes, com seleção de dois bairros recentemente ocupados em Araguaína, realizaram-se observações e contatos com líderes comunitários e moradores. A crítica sobre a impossibilidade de combinação entre método de estudo urbano-regional e o intra-urbano, proporcionou uma redefinição do objeto de pesquisa, mas não constitui prejuízo ao trabalho de campo realizado, contribuindo para ampliar a compreensão do objeto e área em estudo, e compondo a versão final da dissertação.

No segundo momento, entre julho e agosto de 2011, a pesquisa direta teve como objetivo captar e espacializar a centralidade da produção pecuária na cidade de Araguaína, em comércio e serviços especializados, agroindústrias e instituições privadas. Procurou-se, ainda, encontrar evidências de transformações urbanas na cidade por outros serviços e em espaços tradicionais de migrantes.

Com questionário de perguntas semi-estruturadas procedeu a pesquisa de forma direta em 10 estabelecimentos comerciais de apoio à pecuária, quando se obteve informações sobre produtos e fornecedores, perfil do pecuarista, área de atuação regional das empresas. Em outros 35 estabelecimentos foi realizada identificação visual, assinaladas coordenadas geográficas, registros fotográficos; em alguns casos por opção de visitar comércio em diferentes áreas da cidade, em outros porque não houve receptividade, como no frigorífico selecionado.

Os dados coletados foram ampliados com auxílio de uma lista telefônica, folhetos e revistas coletadas nos estabelecimentos de comércio. Com a lista telefônica foi possível quantificar e espacializar um maior número de estabelecimentos que atuam no apoio à pecuária. Com os folhetos e revistas conheceu-se melhor os produtos e fornecedores; ampliando-se com visita aos sites das empresas fornecedoras.

Realizaram-se entrevistas com diretores de sindicato pecuarista patronal, procurando captar as estratégias de mercado priorizadas, o perfil dos filiados, área de atuação do sindicato

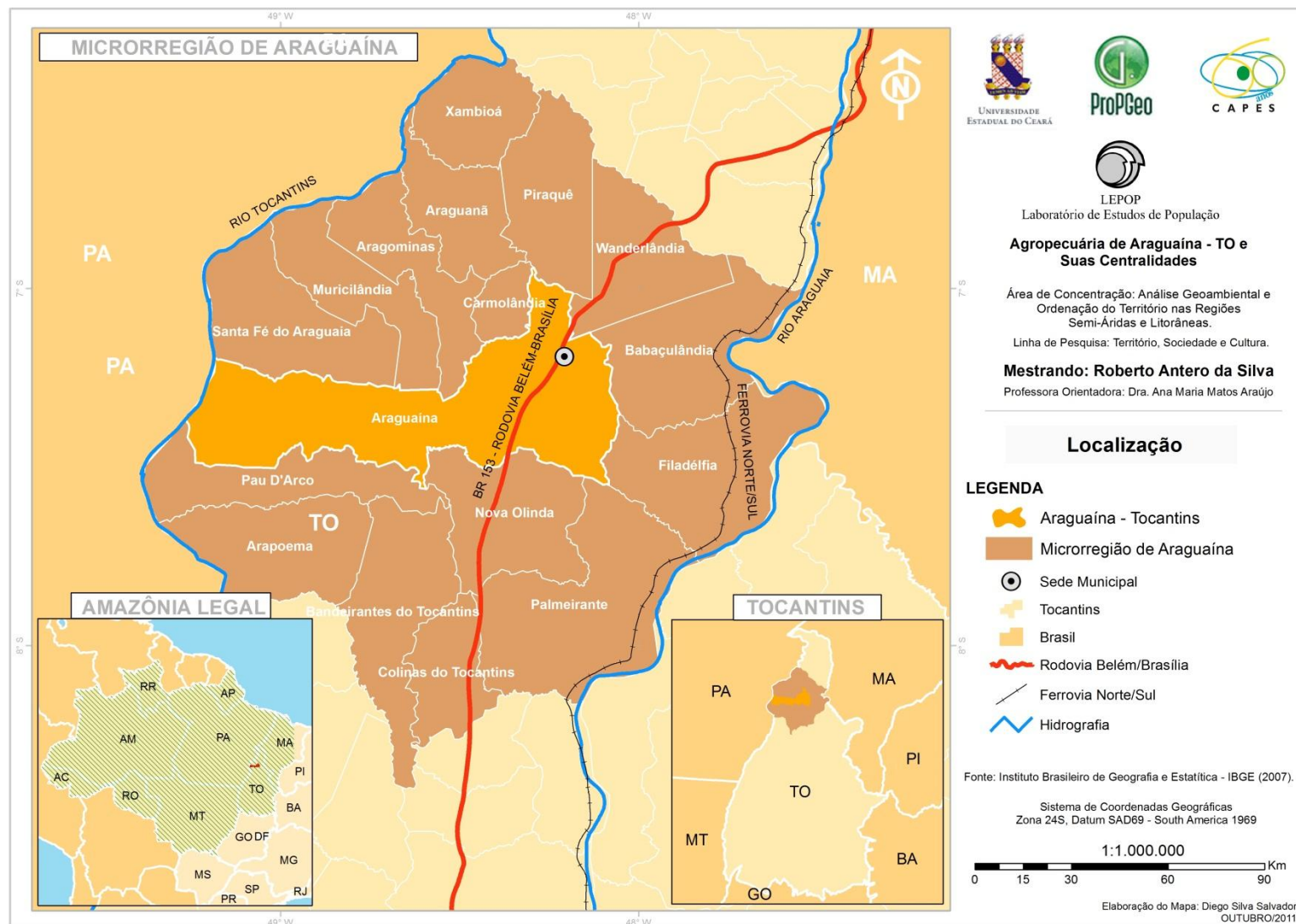
e discursos elaborados sobre a pecuária. Além de entrevistas com antigos migrantes nordestinos.

O tema tratando de município, cidade e região é clássico da Geografia. A novidade da pesquisa situa-se no tratar os dois aspectos simultaneamente como parte de único processo histórico- a urbanização, que transforma as sociedades rurais em sociedades urbanas sem homogeneizá-las, mantendo diferenças históricas, nas quais se particularizam em distintas porções do espaço, separadas em região por determinados critérios de regionalização. Neste aspecto a pesquisa é ousada e pode até ser considerada inédita e nisso situa sua importância, possibilitando contribuição empírica e teórica e, mesmo inconclusa, poderá servir de pistas a novas pesquisas deste ou de outros pesquisadores, abrindo caminho para novas formulações teóricas.

Outra contribuição da pesquisa é o reconhecimento do valor da observação e da vivência do espaço cotidiano. Natural do Piauí o pesquisador reside em Araguaína há mais que vinte anos, que sob o olhar do geógrafo a cidade é observada, acompanhada, modificada de perto em suas transformações socioterritoriais. Ressalta-se, ainda, as diferenças de temporalidades entre o antes e o depois do Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, em 2010, quando o ponto de vista do censo comum e do encantamento foi substituído pelo olhar direcionado pelo crivo da ciência e da postura crítica do pesquisador.

A mudança de tema e de metodologia foi resultado deste amadurecimento teórico. O projeto de pesquisa aprovado no processo seletivo do MAG/UECE caracterizava-se pelo entendimento positivista das transformações do espaço geográfico de Araguaína tendo como determinação absoluta a pecuária bovina, sem relativizar sua contribuição, sem questioná-la. Achando que a pecuária era a única mola propulsora de desenvolvimento da cidade e da região, sem criticar a quem favorece e porque, não se percebiam a força de fatores históricos, nem da ideologia, sequer dos discursos produzidos com intenção burguesa de manutenção do poder. As disciplinas, os ensaios, as discussões em eventos e em salas de aula, as orientações foram despertando a visão crítica e o redirecionando para vertente teórico-metodológica que permitiu chegar até aqui, sabendo que este trabalho não é o fim, mas o começo de uma nova trilha de pesquisa e trabalho científico.

Mapa 1 – Localização da área de estudo



2 REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E RECORTE ESPACIAL EMPÍRICO

Estuda-se o município, a cidade e região de Araguaína como dimensão espacial da lei capitalista de desenvolvimento desigual e combinado. O processo de urbanização que se faz mundial, ao mesmo tempo, é diferenciado em algumas regiões. A Regionalização consiste em separar a parte do todo, ou seja, a partir de determinado critério, como o da divisão territorial do trabalho, delimitar a região com suas fronteiras, considerando as relações das demais cidades com a cidade regional, aquela que desempenha maior nível e complexidade nas relações espaciais.

Tal concepção é ampliada do conceito de produção do espaço apresentada por Henri Lefebvre, mas passa pela revisão de outros autores da geografia crítica. As sociedades rurais são transformadas em sociedades capitalistas urbanas, à medida que as forças produtivas capitalistas avançam pelos espaços e atingem diferentes pontos do mundo, valorizando e redefinindo as cidades, submetendo-as a intensas relações.

Nos espaços de avanço recente do capitalismo, tais como de Araguaína, pressupõe-se a centralidade urbana de abrangência regional, no papel de cidade regional terciária enquanto provedora de bens e serviços diversificados e especializados aos municípios do entorno, coletando, beneficiando e distribuindo a produção primária da região em direção ao mercado externo.

Diante da necessidade de pesquisa, discute-se concepção teórica e delimita-se espaço empírico como ponto de partida para o estudo.

2.1 REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO NA GEOGRAFIA CRÍTICA

As definições, conceitos e método de região no pensamento geográfico passaram por transformações desde a institucionalização da Geografia como ciência nas universidades européias ao final do século XIX. Há consenso entre pesquisadores das diversas ciências de que a região possui significados e sentidos múltiplos, o que denota uma imprecisão de conceito e de uso do termo região e a complexidade do fenômeno de transformação do espaço nas sociedades capitalistas.

Os múltiplos e diferenciados conceitos e métodos, por vezes controversos, particularmente na Geografia, ciência que tomou a responsabilidade teórica sobre a discussão do tema, remetem para iniciar a discussão com este posicionamento teórico-metodológico. Corrêa (1997) observa a multiplicidade de utilização do termo entre os geógrafos, que o torna

complexo; Lencioni (2009) menciona o fato de a palavra região aprisionar os geógrafos em problema complexo, os sentimentos variados produzem mais confusão do que entendimento; Haesbaert (2010) vê nessa polissemia e amplitude de uso do senso comum uma vantagem e valorização que torna região um conceito caro para os geógrafos.

O estudo regional na Geografia clássica amparou-se inicialmente em elementos da natureza, por meio de La Blache, Carl Sauer e Ricchard Harshorne ganhando diversidade conceitual e método regional próprio na sequência da discussão nas demais correntes geográficas, até, por determinado período, tornar-se a principal essência da geografia. Das críticas ao empiricismo dos estudos e acusação da falta de aporte teórico para se consolidar como ciência, emerge a influência positivista e a região passa a ter forte elemento de definição: os dados estatísticos. Após a década de 1950, proliferam conceitos primeiramente com base positivista e depois na abordagem da Geografia crítica de fundamentação marxista e humanística.

A esta pesquisa interessa o debate na Geografia crítica, da interpretação regional no materialismo histórico dialético. O modo de produção com suas forças produtivas e relações sociais produzem o espaço capitalista, então o estudo regional se faz captando diferenciações capitalistas vistas e motivadas pelo desenvolvimento desigual dessa sociedade.

Apesar de eleger a geografia crítica como tronco teórico-metodológico desta pesquisa, e considerando a complexidade da realidade, admite-se a dificuldade de explicação por única teoria, embora não se neguem outras possibilidades de análise. A opção teórico-metodológica deve-se a aproximação do conceito da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, que possui dimensão espacial equivalente ao processo de regionalização.

Refere-se ao fato de ser cada aspecto da realidade constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. A contradição que daí decorre é característica imanente à realidade e o elemento motor da transformação. [...] os dois processos são, primeiro o da desigualdade, depois, o da combinação. Permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempo históricos diferentes coexistindo no tempo presente....e no espaço. Essa lei tem uma dimensão espacial que se verifica através do processo de regionalização [...] (CORRÊA, 1987, p.42)

A regionalização que consiste em método para captar a diferenciação de áreas tem dois aspectos importantes a considerar: a gênese e difusão do capitalismo no espaço, com os mecanismos segundo os quais a regionalização pode ser aplicada, a partir das proposições de Trotsky.

Quando Trotsky e seus seguidores se referem ao processo desigual e combinado eles tratam da articulação do modo de produção capitalista com outros pretéritos. A região sendo considerada pela diferenciação que a articulação entre diferentes modos de produção e dos conflitos de classes inerentes ao processo de acumulação capitalista, introduzindo a dimensão política e a dimensão espacial das especificidades sociais na totalidade. Igualmente, o desenvolvimento desigual e combinado do modo de reprodução capitalista encontra expressão na divisão territorial do trabalho nacional e mundial (CORRÊA, 1997).

No sentido de Araújo, a divisão social do trabalho remete para a divisão territorial do trabalho, na medida em que o próprio território faz a diferença na acumulação ampliada, dado que:

Os lugares apresentam diferentes oportunidades de valorização capitalista para obtenção do lucro ou de mais-valia, com hierarquia urbana articulada a Divisão Internacional do Trabalho. O território é tão importante quanto o trabalho, pois além, de materializar os capitais fixos, detém parte de capitais circulantes e a força de trabalho (ARAÚJO, 2010, p. 44).

No processo de acumulação ampliada do capital, algumas porções do espaço geográfico assumem uso e posição diferenciados para atender às necessidades de circulação e produção tornando-se seletivo às necessidades do mercado internacional. Com a mediação do governo o território torna-se uso do interesse privado a mercê dos interesses de empresas nacionais e globais.

Considerando a crítica de Sandra Lencioni da participação regional no mercado mundial em detrimento das necessidades regionais e locais, afinal a região vista como produto da divisão territorial do trabalho repercute em análises regionais como derivações de processos gerais cujas características endógenas e particulares são colocadas em segundo plano:

[...] a região passou a ser analisada como produto de uma divisão territorial do trabalho, tendo como referência o processo geral de produção capitalista. Isso acabou repercutindo em análises regionais, nas quais as regiões apareciam como derivações de processo gerais e, em muitos casos, suas características internas e particulares foram colocadas em segundo plano. Assim, as desigualdades de desenvolvimento, enfim, as diferenças na produção do espaço apresentaram apenas faceta derivadas de processos externos à região (LENCIONI, 2009, p. 168, 169)

Amplia-se o entendimento do espaço como produto social, para além do considerado economicamente. É produto porém diferente dos demais produtos capitalistas. Tão pouco somente base ou palco para realizar a economia, ou a sociedade. Ele próprio, o espaço poderá

reproduzir a sociedade. O espaço construído e modificado nas relações sociais admite-se que o capitalismo se reproduz por meio da produção do espaço e da reprodução das relações sociais de produção.

[...] na compreensão de espaço, não se restringe especificamente à leitura de forma: é importante descer a detalhes da população e espaço, vê-los melhor, e os números absolutos e forma, significativos, na expressão da realidade. [...] O interessante na concepção marxista é que, torna-se capital, o espaço contém capital, e tanto se pode observar o valor do espaço como valor no espaço. Afinal o espaço não é simples reflexo de relações sociais, mas é preciso reconhecer que ele próprio determina e modifica relações sociais (ARAÚJO, 2010, p. 22, 28).

A cidade e região não se explicam em si mesmas, nem apenas na função que exercem na divisão territorial do trabalho. A urbanização determina tanto a cidade quanto a região e são compreendidas no processo de produção do espaço e da sociedade.

A concepção de espaço “como um dado *a priori*”, ou dito de outra forma, visto como simples receptáculo é superada: “vemos no espaço o desenvolvimento de atividade social”. A suposta neutralidade do espaço é confrontada com seu papel instrumental de dominação, enfatizando que “o espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mais politicamente. O espaço é político e ideológico.” (LEFEBVRE 2008, p. 61).

O espaço possui função ativa como *locus* das relações sociais e determinação de poder e é utilizado como instrumento de manutenção da reprodução social pela classe burguesa. O espaço capitalista, no entanto, não está livre de suas contradições, embora se sobreponha à supremacia de uma classe hegemônica que o envolve em duplo poder: “primeiro pela propriedade privada do solo que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos” (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

As desigualdades da urbanização nas relações capitalistas expostas por Lefebvre (2004, 2008), vistas em escala mundial produzem regiões diferenciadas. O espaço é descoberto, ocupado, transformado em mercadoria em tal magnitude que a “matéria prima” a “natureza” é ameaçada por esta “dominação” que tende para o mundo.

Na explosão da cidade, esta é despedaçada, ampliada e na forma de tecido urbano é desdobrada e estendida, produzindo periferias na cidade e para o campo e por todo o território regional. Com a implosão e explosão da cidade o processo de urbanização se estende para as periferias da cidade e continua seu alargamento para além da cidade chegando aos espaços regionais periféricos (LEFEBVRE, 2004).

“A urbanização geral é um aspecto desta colossal extensão” (LEFEBVRE, 2001, p.177). A produção do espaço mundial encontra na urbanização induzida pela industrialização sua finalidade mais dinâmica. A centralidade e o fenômeno de implosão-explosão da urbanização realizam-se na sociedade brasileira, aparentemente, independente da industrialização local, mas subordinada à região industrializada nacional ou mundial, conforme Milton Santos (1981).

Desde anos 1960 o mundo estava dividido em regiões industriais urbanas e regiões produtoras de matéria-prima e rurais. Hoje não há tantas especificidades regionais, regiões industrializadas também produzem matérias-prima e bens primários e ao contrário, as tradicionais regiões primárias também se industrializam. O que se remete a observar que a periferia está no centro e o centro está na periferia, bem como cabe a afirmação do local no global e vice-versa.

A construção de Lefebvre (2001, 2004) da urbanização completa da sociedade foi elaboradora a partir da realidade européia, especificamente a francesa. A industrialização brasileira ocorrida, na metade do século XX, teve processo distinto da revolução burguesa clássica européia. Realidades ainda mais diferenciadas foram a urbanização na Amazônia e em Araguaína.

A urbanização em Lefebvre é intrínseca aos conflitos no espaço da classe trabalhadora por seus direitos básicos de serviços públicos e reprodução da força de trabalho e as contradições socioterritoriais da sociedade capitalista, que tendem a complexificar e ampliar.

Conforme Oliveira (2003), na industrialização brasileira as relações capitalistas foram estendidas aos espaços destinados à agricultura, reproduzindo desta forma motivações econômicas de agregar novas áreas ao processo de produção, visando aumentar a acumulação de excedentes necessária ao modelo urbano industrial brasileiro em expansão, no início do século XX.

A partir do conceito de produção do espaço urbano em Lefebvre (2008) pode-se levantar o suposto de que as regiões brasileiras estariam submetidas à dupla ordem dominante: a ordem próxima, do sudeste brasileiro industrializado, para realizar circulação do produto urbano-industrial, exigindo modernização e rearranjo de espaços agrícolas; e sob ordem distante, movida pela necessidade de superação da crise de lucro capitalista mundial, em direção à periferia do sistema ou dos países da América Latina ou no caso, o Brasil.

Aparentemente duplo, o processo de urbanização é único e adotou feições mundiais seguindo conformação regional: consumo de bens e serviços terciários e necessidade de mundial capitalista; relacionados com os embates e contradições internas entre a população

trabalhadora buscando sua reprodução por meio da força de trabalho e a elite pecuarista na constante busca do poderio social e econômico historicamente construído.

Becker (1990 p. 118) já reconhecia nos anos 1980 que o pensamento de Lefebvre sobre a urbanização poderia “desenvolver a análise do conceito de região”, no entanto advertia quanto às “questões não resolvidas sobre região e regionalização” que torna complexa a reflexão: ambiguidade do termo região, postura ideológica “apolítica” da Geografia positivista, como no pensamento político sobre o espaço, seja ele liberal, ou de orientação marxista; muitas vezes a região concebida como resultado de uma divisão espacial imposta pelo Estado e/ou pelo capital, negando seu conteúdo histórico.

Compreender a região é imprescindível para esclarecer os “padrões de organização espacial”, e que as regiões “são produzidas por processo econômicos, sociais e políticos que operam em escalas intermediárias, entre o local, nacional, supranacional e global” (BECKER, 2003, p. 652).

A urbanização tem importância essencial para a cidade cujo papel a ser desempenhado é de interlocutor das necessidades da sociedade urbana. No Brasil, de acordo com Oliveira, a industrialização se faz urbana, embora a recíproca não seja verdadeira, pois nem toda urbanização é decorrência da industrialização:

[...] apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor secundário como um todo não seria o responsável pelo altíssimo incremento da urbanização no Brasil. [...] Ora o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendida senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades (OLIVEIRA, 2003 p.59)

No caso das regiões brasileiras há forte influência do processo de industrialização nacional que requer a terceirização dos espaços regionais periféricos. A aparente contradição brasileira de crescimento urbano, assim, pode ser explicada senão na fase inicial da urbanização associada à industrialização, ao tempo em que toma impulso e assume processo autônomo ou propriamente terciário.

Na mesma direção aponta a percepção de Santos (1981) de que a urbanização brasileira tem como processo decisivo o desenvolvimento de atividades terciárias, caracterizando-a como uma *urbanização terciária*. Concomitantemente tem implicação e determina o processo de acumulação do capital: “A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital” (SANTOS, 1979, p.13).

No pensamento de Lefebvre (1999, p. 110) sobre a centralidade da cidade apreende-se o “fenômeno urbano”, constata-se a centralidade da cidade em movimento para a região. Mas afinal, o que é a centralidade (urbana, social)? O próprio Lefebvre questiona e responde.

Uma forma, aquela da reunião, do encontro da simultaneidade. De quê? De tudo que se pode reunir, se encontrar, se acumular. A forma vazia pode e deve ser preenchida. [...] Atualmente a centralização se quer total. Ela concentra as riquezas, o poder, os meios do poder, a informação, o conhecimento, a “cultura” etc. Numa palavra: tudo (LEFEBVRE, 2008, p. 124).

É a contemplação do urbano na produção e o encontro heterogêneo de coisas, objetos, pessoas, mercadorias, formas, imagens, símbolos etc.; comprovando a função política e administrativa, comercial, produtiva e de serviços, a arrumação espacial ou a forma urbana. Pela centralidade admite-se e vislumbra-se a realidade urbana e regional, observada na reunião de objetos para as necessidades humanas e na infraestrutura de sobrevivência do capital. Também pode ser vista no fluxo e no movimento da periferia para o centro e ao contrário.

O “direito à cidade”, conclamado por Lefebvre (2004) pode ser visto como participação das centralidades da cidade. Embora aponte a necessidade de uma revolução urbana, visto que o acesso à centralidade, ou ao urbano, não é para todos, nem para a maioria da população. O “direito à cidade” é negado para a massa dos trabalhadores. O mesmo movimento dialético que constrói a centralidade, a destrói, a estilhaça. Um movimento, uma dinâmica que constrói e reconstrói centralidades, ou o urbano e a região.

A centralidade é extinta, com tendência de desaparecimento, pois coexiste com a saturação, a incapacidade de atração, ou pelos conflitos de classes evidenciados no seu modo excludente. O espaço central é desmantelado levando os resquícios da urbanização, como também pode ser reconstruído em sua centralidade ou em novas centralidades.

A abordagem da centralidade urbana tradicionalmente pode ter duas escalas territoriais de análise: a intra-urbana identificada pelo território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou centros; e a da rede urbana referindo-se à cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao contíguo de cidades de uma rede, abarcando os papéis da cidade central. “A centralidade urbana pode, então, ser trabalhada cada vez mais por meio da articulação entre suas duas escalas de expressão: a do espaço interno da cidade e a da expressão de suas relações com outros espaços” (SPÓSITO, 1998, p. 35).

A centralidade pode ser múltipla admitindo-se junção entre as escalas intra-urbana e inter-urbana em recomposição da análise, superando a configuração da perspectiva individual por uma conjunta.

A noção de centralidade captada em Trindade Jr. e Ribeiro (2011, p. 21) é relativa a um dado contexto socio-espacial e se destaca pela tendência de fluxos de caráter centrípeto em relação ao contexto intra-urbano, ou em relação à infraestrutura ofertada e a densidade técnica de atividades econômicas e sociais que se concentram neste contexto.

Também se percebem relações centrífugas, que partindo da centralidade seguem em direção à região. Diante desta dinâmica, mesmo o recorte espacial empírico *a priori* é apenas um recurso metodológico inicial que poderá ser revisto.

2.2 RECORTE ESPACIAL EMPÍRICO DA REGIÃO DE ARAGUAÍNA

Como a pesquisa tem por área de estudo a cidade e região de Araguaína localizadas ao norte do estado do Tocantins, na Amazônia, faz-se necessário o recorte espacial inicial, partindo-se das regionalizações existentes para discutir aquela mais próxima dos objetivos desta pesquisa.

Os recortes regionais disponíveis para Araguaína foram elaborados por órgãos oficiais como o IBGE (2002, 2008a) e TOCANTINS (2005) configuram a opção de ponto de partida deste estudo regional. As relações socioeconômicas espaciais e territoriais assumem dinâmica que praticamente inviabiliza a delimitação de fronteiras fixas de uma região, além de se apresentar uma formulação complexa e passível de temerário equívoco.

Em qualquer das opções a região denominada “Amazônia Legal” conglomerava a região Norte e porções do Nordeste e do Centro-Oeste; constituída pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e território do Maranhão situado a oeste do meridiano 44°. A região amazônica é de planejamento e abrange próximo de 60% do território nacional e 14% da população (IBGE, 2010). É recortada ainda em sub-regiões: a Amazônia Meridional (Acre, Rondônia e Mato Grosso), Ocidental (Amazonas e Roraima) e Oriental (Tocantins, sul e leste do Pará e oeste do Maranhão) (Mapa 01).

A Amazônia Oriental é a que mais se aproxima do espaço objeto de estudo. Levando em consideração peculiaridades na estratégia de ocupação, nos aspectos econômicos e demográficos, opta-se por combinar proposta de regionalização elaborada por Becker (2009, p. 146-147). Nela a sub-região da Amazônia Oriental é substituída pela “Macrorregião do Povoamento Consolidado”, por sua vez subdividida em “Arco da Embocadura” (Amapá,

Belém e São Luiz), “Núcleos de Modernização do Leste e Sudeste do Pará”, “Corredor do Araguaia-Tocantins (Tocantins e porções sul do Maranhão)”, “Áreas Intensivas em Tecnologia Agroindustrial (Mato Grosso)”.

A referida macrorregião perderia característica de fronteira para representar a economia da Amazônia legal na divisão inter-regional, nacional e mundial do trabalho, integrada à dinâmica nacional de exportadora de matéria-prima. É nesta macrorregião que:

[...] se concentra o cerne da economia regional – grandes, médias e pequenas cidades, agroindústria da soja, pastagens plantadas, mineração, grande adensamento de assentados. É a lógica de mercado que condiciona hoje o povoamento e as atividades nessa área, que não é mais uma fronteira, e sim uma região de povoamento consolidado integrado ao tecido produtivo nacional (BECKER, 2009, p. 146).

Para fins desta pesquisa interessa parte de duas sub-regiões dessa macrorregião: os Núcleos de Modernização do Leste e Sudeste do Pará (retirando-se a porção Leste) e o Corredor do Araguaia-Tocantins. Tais sub-regiões se caracterizam pela predominância de projetos agropecuários e se aproximam da subdivisão feita na legislação da Amazônia legal, referente à Amazônia Oriental.

No Tocantins destacam-se três regionalizações com suas respectivas regiões: a Microrregião de Araguaína, Regiões de influências das cidades (REGIC), ambas formuladas pelo IBGE (2002 2008a); e as regiões administrativas definidas pelo governo estadual, que passam por revisões conceituais, sendo redefinidas como “região metropolitana”, mesmo que fora do padrão legal e dos critérios científicos, portanto sendo considerada “região metropolitana postíça”.

A principal e atual regionalização adotada pelo governo estadual abrange 18 unidades nominadas de “regiões administrativas”, recorte elaborado pela Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN), como forma de descentralizar decisões e para subsidiar o planejamento público e privado na construção de cenários econômicos (TOCANTINS, 2005).

Nessa divisão oficial Araguaína faz parte e é cognominada como região V com mais nove municípios: Aragominas, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmerante, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia. Os municípios são distribuídos de modo que a cidade com economia mais forte e maior aglomeração esteja ao centro da região, expressando uma polarização econômica.

Essa regionalização foi instituída no ano de 1997, entretanto é no atual governo que ganha maior notoriedade, pois está sendo oficialmente implantada, já com a nomeação de subsecretário para cada região, três já tomaram posse em 2011. O encaminhamento do

governo estadual também tem como proposta transformar em “regiões metropolitanas”, as três regiões administrativas com maior potencial financeiro e maior número de população, a de Palmas, a capital; e a das duas principais cidades, Araguaína e Gurupi.

Consideram-se “Regiões metropolitanas postizas”, pois forçadas politicamente, sem nenhum critério técnico ou teórico reconhecido, tais como os referentes às conurbações, e aglomerações, capazes de justificar a criação de região metropolitana. A RM de Araguaína encontra-se em processo de instalação atrasado em relação a Palmas e Gurupi, cujas indicações de subsecretários e equipes já se realizaram (TOCANTINS, 2011b).

A regionalização considerada foi recortada do estudo Regiões de Influências das Cidades (REGIC), segundo o IBGE (2008a). Nessa regionalização Araguaína apresenta extensa região econômica com 83 municípios entre o Norte Tocantinense³, o Sudeste do Pará e Sul do Maranhão.

O REGIC é um estudo ilustrativo de hierarquia urbana das cidades brasileiras, que mesmo com intensa inspiração na teoria dos lugares centrais de Christaller torna-se bastante rico ao possibilitar uma análise das relações econômicas, sociais, espaciais e territoriais entre cidades e região. Os centros urbanos são classificados em cinco níveis de hierarquia: as metrópoles, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local.

Palmas, que assume a posição de capital estadual e Araguaína são as únicas cidades classificadas como de forte centralidade em Tocantins. Palmas como capital regional B e Araguaína capital regional C. No caso de Araguaína, constata-se alargamento de sua área de influência, mesmo em concorrência direta de Imperatriz (MA) e Marabá (PA), importantes centros regionais da Amazônia Oriental classificados na mesma hierarquia (IBGE, 2008a).

No REGIC Araguaína influencia diretamente 26 centros locais, sendo três de outros estados. São exemplos Piçarra (PA) e São Geraldo do Araguaia (PA), distantes de Araguaína 110 km e 120 km cujas relações espaciais são frequentes tendo em vista o tempo de contato entre os espaços, inferior duas horas utilizando rodovias pavimentadas a TO-222 e TO-164. Igualmente os contatos com os municípios tocantinenses de Araganã e Xambioá permanecem mesmo sendo realizado por balsas na travessia do rio Araguaia. A travessia do rio Tocantins por transporte hidroviário permite a relação com Carolina no Maranhão e Filadélfia em Tocantins.

³ Com base na área de influência de Araguaína estabelecida pela REGIC, o Norte Tocantinense é entendido como a junção das Microrregiões de Araguaína e Bico do Papagaio, estendendo-se Guaraí, já na microrregião de Miracena do Tocantins.

Descritos no REGIC como comandos de “centros de zona”, Colinas do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso e Tocantinópolis somam-se a outros centros menores nesta regionalização de Araguaína, totalizando 28 municípios do Norte estadual.

Outras duas cidades da Amazônia Oriental classificadas de “capital sub-regional” também estão na área de influência de Araguaína: Balsas (MA), com mais 11 municípios locais, incluindo, Santa Filomena, já no sudoeste do Piauí; e ainda Redenção (PA) com mais 15 municípios paraenses (IBGE, 2008a).

A microrregião geográfica do IBGE (2002) formada por 17 municípios localizados ao norte do Tocantins constitui-se outra regionalização considerada. Esta divisão regional data de 1990 e substitui as microrregiões homogêneas que permaneciam desde o final da década de 1960.

As regiões homogêneas fundamentadas no positivismo consideram elementos que homogeneizam uma porção do espaço, determinadas por domínios naturais, socioculturais ou econômicas. Para Corrêa (1997, p. 33, 35) “A delimitação é um problema estatístico, em que a solução é obtida pela invariabilidade das informações quantificáveis. Isso se pode resolver em laboratórios sem uma base empírica prévia ou processual da formação [...]”.

Na atual proposta de regionalização do IBGE (2002), faz-se divisão estadual em mesorregiões e microrregiões geográficas. “As Mesorregiões Geográficas são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, considera a manutenção das divisas político-administrativa dos estados” (IBGE, 2002, p.7).

São duas mesorregiões, Ocidental do Tocantins e Oriental do Tocantins e oito microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Dianópolis, Gurupi, Jalapão, Miracema do Tocantins, Porto Nacional e Rio Formoso. São recortes territoriais classificados como um conjunto de municípios contíguos e relacionados:

A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 2002, p 07).

De acordo com IBGE (2002), este conceito elaborado de “região geográfica” propõe uma concepção econômica e historicista procurando identificar os diversos processos se interagem na definição da região, contrapondo-se ao critério anterior que considerava as regiões como homogêneas.

Para fins desta pesquisa, opta-se pelo recorte regional da microrregião geográfica elaborada pelo IBGE (2002) que corresponde a 17 municípios. Essa decisão foi apoiada na hipótese de que sendo estes municípios produtores de agropecuária e possuidores de sedes bastante diminutas relacionam-se com a cidade de Araguaína formando sua região na perspectiva melhor inserção capitalista e de usufruto do espaço urbano e regional, aspecto a ser visto na discussão da divisão territorial do trabalho inter-regional, nacional e mundial. Além disso, consideraram-se as facilidades de acesso rodoviário para Araguaína (Mapa 01).

Elaborada no início da década de 1990 a microrregião de Araguaína (IBGE, 2002), como a maioria das regionalizações se mantém fixa e amarrada às fronteiras estabelecidas, em relação às divisas político-administrativas municipal e estadual. Quando observada a participação Araguaína na divisão territorial do trabalho cujo processo ainda em formação não estaria consolidado no início da década de 1990

O estudo do REGIC (IBGE, 2008a) foi descartado apesar de mais atualizado e capaz de acompanhar a dinâmica econômica regional, porquanto a quantidade de municípios (83) envolvidos na região dificultaria a pesquisa, principalmente quanto à coleta e manipulação de dados secundários.

A opção pela microrregião geográfica (IBGE, 2002) também se justifica pela disponibilidade de indicadores socioeconômicos encontrados no banco de dados do SIDRA/IBGE.

A região de Araguaína em estudo foi tomada da microrregião definida pelo IBGE (2002) que compreende 17 municípios do norte tocanense: Aragominas, Araguanã, Araguaína, Arapoema, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Carmolândia, Colinas do Tocantins, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau D'Arco, Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia, Xambioá (Mapa 01).

3 EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA

Por diversos momentos na história econômica brasileira a Amazônia foi considerada como alternativa, contudo sempre de forma pontual no espaço e no tempo e em direção, sobretudo ao mercado externo. Ao contrário, durante os anos 1960, sistematiza-se ação planejada e conjunta entre a iniciativa privada e pública de inserção capitalista da Amazônia no mercado nacional.

A expansão capitalista em direção à Amazônia nesse último meio século obedece à lógica orientada pela sua incorporação como fronteira econômica do espaço brasileiro, condição estratégica fundamental para a implantação e consolidação da industrialização no país (BECKER, 1990; OLIVEIRA, 2003).

3.1 ECONOMIA URBANA INDUSTRIAL BRASILEIRA: EXPANSÃO TERRITORIAL E FRONTEIRA AGRÍCOLA

A acumulação urbano-industrial brasileira de 1930 a 1965 exige expansão do modo de produção capitalista e os espaços regionais periféricos são incorporados para atender ao papel da agricultura como financiador do desenvolvimento nacional, essencial para implantação do capitalismo industrial nacional. O Sudeste torna-se desenvolvido e as demais regiões permanecem com a função agro-exportadora, de modo a gerar excedentes transferidos para a região urbano-industrial (OLIVEIRA, 2003).

Este é o momento crucial para o processo de urbanização brasileiro, pois com o “desenvolvimento econômico industrial”, significa a conformação do modelo de desenvolvimento industrial, que é estabelecido nas regiões sudeste e sul. Inicialmente com a decisão de promover a unificação nacional, assume o controle territorial para integrar a Amazônia ao país, pois naquele momento, a expansão horizontal de terras, significava condição determinante para expansão do capitalismo no Brasil (OLIVEIRA, 2003).

A revolução de 1930 no Brasil, comandada pelo governo Vargas, decretou o final da supremacia agrário-exportadora e início da estrutura produtiva urbano-industrial. No caso brasileiro a limitada acumulação capitalista naquele momento era também inexpressiva para realizar a revolução burguesa clássica, necessitando dessa forma do comando estatal, que atua no sentido de intervenção na economia, regulando leis de relação entre trabalho e capital; definindo o papel da agricultura; constituindo o setor industrial; expandindo o setor terciário como modo de acumulação do espaço urbano; e investindo na infraestrutura.

Nesse cenário de desenvolvimento e expansão do setor industrial brasileiro, procuram-se soluções para o “problema agrário” que representava o pensamento dualista estatal de um Brasil urbano e moderno e outro rural e atrasado, que deveria ser solucionado. Posição rejeitada por Chico de Oliveira (2003) para quem o desenvolvimento brasileiro ocorreu pela possibilidade de acumulação capitalista sem alteração dos donos dos meios de produção, com todos os recursos e lucros destinados para a empresa industrial transformada pelo Estado no “centro do sistema”.

As relações modernas de produção capitalista em seu processo de expansão se apropriam e apóiam-se no atraso expressado pelo setor agrícola. A “Expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (p. 60). A implantação da estrutura produtiva urbano-industrial não rompe a estrutura agrária existente e coube à agricultura o papel de financiar a industrialização e a urbanização. Esta é uma das teses clássicas de Francisco de Oliveira (2003, p. 42):

De um lado por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa [...]. De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbana-industrial.

Por meio do Estado o excedente do campo é transferido para cidade. A agricultura de subsistência, vista como atrasada, financiava a moderna agricultura e a industrialização. Também foi a agricultura de subsistência que forneceu aos centros urbanos um amplo contingente de mão-de-obra que proporcionou um rápido processo de urbanização, com uma ampliação do exército industrial de reserva nas cidades, necessários ao processo de industrialização.

A agricultura passa a ter uma nova e essencial função para que a reprodução da expansão capitalista se realize:

Ela [agricultura] é um complexo de soluções, cujas vertentes se apóiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 43).

Novas terras deveriam ser ocupadas e incorporadas pela agricultura, submetidas indiretamente ao processo de acumulação. As regiões Norte e Centro-Oeste ofereciam uma

grande extensão de terras, que por meio das intervenções do Estado, seriam oferecidos os meios políticos e jurídicos para o uso valorização do espaço com finalidade capitalista de agro-exportação.

A Marcha para o Oeste idealizada por Getúlio Vargas é marco da intervenção estatal preparando a integração do Norte e Centro-Oeste aos centros mais dinâmicos do país.

Nos anos de 1950 instala-se no país e em outros países latinos uma industrialização periférica, que logo exige a necessidade de novos espaços para progressão de lucro. A expansão foi intensificada com o plano de metas de JK para avançar cinquenta anos em cinco, demarcado pela aceleração do processo industrial com investimentos em infraestrutura, como rodovias, hidrelétrica; também viabilizando a ocupação e incorporações de novas áreas no Norte e Centro-Oeste do Brasil como fronteira econômica para o capitalismo (OLIVEIRA, 2003).

É a partir deste período que a urbanização brasileira é definitivamente deflagrada, antes disso, por mais de quatro séculos o Brasil foi essencialmente agrário, com o centro produtivo constituído no campo. Mesmo que o processo de urbanização tenha seus primórdios no século XVI com as primeiras cidades litorâneas, este foi um processo tímido e lento (SANTOS, 2009).

A população do campo passa a se aglomerar nas cidades formando o exército industrial de reserva a que se refere Francisco de Oliveira, como da estratégia da implantação do capitalismo nacional. De acordo com SANTOS (2009), em 1940 apenas 26,35% da população brasileira viviam na cidade, saltando para 36,16 % na década seguinte e em 1970 ocorre a inversão dos índices com a maioria de 56,80% dos brasileiros residindo em cidades.

No governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas tem por objetivo principal integrar a estrutura econômica nacional mediante construção e instalação de indústrias de base e investimento em infraestrutura. Conforme Francisco de Oliveira a expansão capitalista foi intensificada:

O período de JK forçará a aceleração da acumulação capitalística, com seu programa de avançar “cinquenta anos em cinco”. Do lado da definitiva conversão do setor industrial e das empresas em unidades-chave do sistema, a implantação do ramo automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, siderurgia, orientam a estratégia: por seu lado, o Estado, cumprindo o papel e atuando na forma já descrita, lançar-se num vasto programa de construção e melhoramentos da infra-estrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos (...) ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola “externa”, com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília. (OLIVEIRA, 2003, p. 71,72).

O Estado conduz o processo de desenvolvimento nacional com investimentos públicos para o setor privado em infraestrutura de produção, produzindo atividades básicas ligadas ao crescimento econômico. O Plano de Metas realiza planejamento econômico enquanto instrumento de política econômica e instaurava nova divisão regional do trabalho. O Estado atua conduzindo o processo de desenvolvimento nacional, com investimentos em infraestrutura, participando na área de produção em atividades básicas ligadas ao crescimento econômico.

Em 1965 o capitalismo no Brasil, em fase de acumulação monopolística, intensifica a intervenção na região e o Estado coloca em prática o plano de incorporar a Amazônia como espaço de acumulação, disponibilizando o espaço para grandes capitais em desfavor de pequenos agricultores. A mobilidade espacial de trabalhadores para reprodução da força de trabalho torna-se condição inseparável do processo de acumulação.

A inserção da Amazônia como fronteira de recursos disponíveis para o capitalismo tem por base a exploração de riquezas naturais da biodiversidade. O próprio governo viabiliza e subsidia a ocupação instalando malha rodoviária com finalidade de duplo controle técnico-político sobre o território, com implantação de redes de integração espacial, superposição de territórios, subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios (BECKER, 1990).

As rodovias não apenas integravam a Amazônia ao desenvolvimento urbano-industrial como fazia escoar sua riqueza vegetal e natural, tornando-se ainda mais devassadores os surtos econômicos vinculados à expansão capitalista mundial, com finalidade de colonização da Amazônia. A busca pelas “drogas do sertão” na várzea da floresta utilizada como condimento e manipulação de medicamentos na Europa foi o primeiro momento de exploração. Ao final do século XIX, o segundo momento ainda mais potente e agressivo, com o “ciclo da borracha” como imposição da industrialização européia e americana. Frentes pioneiras, agropecuárias e minerais, espontâneas e procedentes do Nordeste tiveram início na segunda e terceira década do século XX, intensificadas após 1950 (BECKER, 1990).

Tornar a Amazônia a nova fronteira agrícola e econômica do país passa a ser condição para o fortalecimento do processo de acumulação capitalista no Brasil, viabilizada por planejamento estatal centralizado.

Para Becker a fronteira na Amazônia não poder ser pensada apenas como sinônimo de “terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros”; ou restrita apenas a “processo de colonização agrícola”. Alarga a fronteira da Amazônia em suas relações para o mundo e comenta que a região além de aberta está inconclusa:

[...] constitui um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado (Becker, 1984); contém assim os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias, e, portanto gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político (BECKER, 1988, p. 67).

A Amazônia é um espaço de expectativa de reprodução do capitalismo mediado com intervenções estatais. Outro aspecto original da fronteira agrária na Amazônia é de ser também urbana. A urbanização não é consequência da expansão agrícola, pois a fronteira já nasce urbana (BECKER, 1990, p. 43)

3.2 MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A expansão capitalista para Amazônia está associada à modernização capitalista da agropecuária no Brasil, iniciada na década de 1950 e incentivada pelo Estado, aprisionada pelas oligarquias agrárias e industriais, para implantação de setor industrial produtor de bens e insumos agrícolas. A impulsão dos anos de 1960 produziu milagres nos anos 1970, eleva-se a produtividade industrial e agrária com a incorporação da ciência proporcionando à agricultura os insumos, máquinas, técnicas de plantio, sementes selecionadas e ação do Estado na concessão de incentivos fiscais e financeiros.

No Tocantins a modernização capitalista foi incorporada entre o final do século XX e início do século XXI, simultânea ao processo de modernização da pecuária e introdução de culturas para exportação, como a soja.

A modernização da agricultura levou a subordinação da agricultura à dinâmica industrial, consolidando-se em meados dos anos 1970, com transformação da base técnica de produção da agricultura brasileira, contudo a modernização foi desigual nas regiões e nos espaços. A lógica excludente e concentradora do capitalismo foi exacerbada, com o Estado na condição protecionista e em defesa do desenvolvimento capitalista industrial, cuja produção voltava-se para demanda do mercado interno associada à expansão das culturas agrárias de exportação (OLIVEIRA, 1997, 2002; SZMRECSÁNYI, 1997).

Na percepção de Ariovaldo Umbelino de Oliveira a fase de “industrialização da agricultura” acompanha padrões de acumulação capitalista desigual. Monopoliza a produção, ou seja, “a circulação está dominada pela produção” sendo a agroindústria uma evidência desse processo. “É, portanto, o capital que solda novamente o que ele mesmo separou:

agricultura e indústria, cidade e campo. Aqui, o capital sujeita o trabalho que se dá no campo” (OLIVEIRA, 1997, p. 52-54).

Tamás Szmrecsány segue a mesma linha de raciocínio, apontando a subordinação da agricultura à indústria, mesmo quando se forma o complexo agroindustrial:

[...] é a indústria que industrializa a agricultura, primeiro desintegrando e posteriormente reintegrando suas atividades produtivas. O último estágio dessa integração em novas bases do setor agropecuário é representado pela constituição dos chamados complexos agroindustrial – ou seja, de conjuntos de estabelecimentos agropecuários e industriais em funcionamento inter-relacionados e organizadamente subordinados a um determinado centro de decisão, capaz de coordenar as atividades de todos os demais componentes do sistema (SZMRECSÁNYI, 1997, p. 61).

Significou, portanto, a conexão funcional dos setores agropecuário e industrial, culminando para a constituição dos chamados complexos agroindustriais, uma cadeia produtiva que controla a produção desde a matéria-prima até o consumo final.

Impõem-se à agricultura inovações técnicas que convergem para novos e intensos usos da terra.

O aproveitamento dos momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de créditos e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente impuser leis ao clima (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 118).

A agricultura necessitou elevar produtividade impondo-se aos recursos naturais tornando-se mais agressiva e desfavorável as intenções de sustentabilidade ambiental. O lema da agricultura reproduz o da indústria: produzir de forma que o retorno fosse o maior e o mais rápido possível, para isso contando com fornecimento industrial de insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes e a opção de obtenção de acesso ao crédito e benefícios.

A modernização, contudo, foi parcial, excludente e desigual a partir de combinações com relações de modos de produção pretéritos que permanecem no diferencial regional. O campo brasileiro não está em sua totalidade modernizado. Oliveira explica esse processo desigual e combinado no campo:

É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 2002, p. 77).

Por exemplo: o consumo de fertilizantes indica desigualdades temporais e sociais da modernização do campo. Em 1985 apenas 30% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros utilizavam fertilizantes na preparação dos plantios e das pastagens; do mesmo modo, o financiamento da agricultura em 1985 era ainda mais desigual somente 13% dos estabelecimentos foram amparados por crédito agrícola. Mais de cinco milhões de estabelecimentos, ou seja, 87% não utilizaram financiamentos (OLIVEIRA, 2002).

As desigualdades também se apresentam em termos regionais com o Sudeste e o Sul do país mais modernizado. Nas demais regiões a modernização da agricultura foi considerada rápida e curta e relativa à especialização de algumas monoculturas de exportação, como é o caso da Amazônia (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

A expansão da fronteira agrícola para Amazônia na década de 1960 foi aspecto visível da transformação como parte do planejamento estatal de modernização da agricultura brasileira como explica Ruy Moreira, citado por Santos e Silveira (2008, p. 119) “é o processo de modernização que explica a fronteira agrícola e não o contrário”.

É a ocupação periférica, onde o uso intensivo do território é moderno. Essas terras tornam-se aptas para uma agricultura cientificizada de preferência a outro modo de produção agrícola, porque exigem acréscimos técnicos (irrigação, telecomunicações e transportes rápidos e eficientes), semoventes (tratores, máquinas de plantio e de colheitas) e insumos ao solo (sementes criadas artificialmente para essas condições ambientais, fertilizantes), mas também informação [...] e dinheiro [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 130).

A Amazônia é incorporada como fronteira agrícola já em moldes da moderna agricultura com características de produção de culturas para exportação, aquelas que consolidam a região na divisão territorial do trabalho mundial.

O Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) é exemplo, pois consistia na utilização do solo que até então era considerado inapropriado para uso agrícola. Segundo Oliveira (2002, p. 94-97) referido Programa foi direcionado à produção de grãos no cerrados, culminado, principalmente, com a expansão da soja para Mato Grosso, Goiás, Bahia e Tocantins, com radical devastação da vegetação e do solo.

A modernização da agricultura inicialmente priorizou a pecuária bovina, pois estas eram exigências da classe capitalista no poder e em direção à Amazônia:

[...] é a pecuária bovina que mais tem crescido no território brasileiro nos últimos trinta anos [...] expandiu-se por todo o país [...] atingiu igualmente a Amazônia brasileira, em decorrência das políticas e incentivos fiscais promovidos pela Sudam [...] (OLIVEIRA, 2002, p. 96).

A prioridade da expansão da pecuária na Amazônia também reflete o padrão de desigualdade da modernização agrícola e a necessidade de rápida ocupação das terras. A instalação da pecuária extensiva depende menos de recursos técnicos e de trabalho para depender quase exclusivamente da incorporação de novas e extensas unidades de terras.

A agricultura capitalista na Amazônia se expande desigualmente em suas sub-regiões, a exemplo do restante do país e como é típico do capitalismo no espaço. Na estratégia de ocupação econômica da região como espaço para acumulação capitalista, o passo seguinte foi a abertura de mercado externo para maior participação do Brasil e da Amazônia no mercado mundial.

3.3 ABERTURA DE MERCADO E NOVAS CONDIÇÕES DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

A abertura de mercado brasileiro para novas relações mundiais foi tardia e somente ocorreu durante anos 1990, enquanto outras regiões industrializadas e não industrializadas já se antecipavam há duas décadas.

Ao final da década de 1970 e início de 1980 os governos da China, Grã-Bretanha e Estado Unidos resgataram das “sombras” “uma doutrina particular” que passa a ser central na nas decisões administrativas e econômicas destes países e rapidamente em escala mundial (HARVEY, 2008, p.11,12).

Acompanhava a abertura de mercado o redirecionamento político, os estados intervencionistas e desenvolvimentistas seriam retirados de cena para deixarem empresas decidirem seus mercados, suas alianças e confrontos. Referida doutrina resgatava antigas práticas econômicas e obteve o nome de neoliberalismo, pois significa:

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano poder ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedades privadas, livres mercados e livres comércios. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; O estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. [...] estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia, e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário na força, o funcionamento apropriados dos mercados. As intervenções do Estado nos mercados devem ser mantidas num nível mínimo (HARVEY, 2008, p.12)

O bem estar humano, a liberdade de mercados e a mínima interferência do Estado na economia são discursos contundentes e fundantes do neoliberalismo. O neoliberalismo se

consolidou a partir de ideais convincentes, valiosos e sedutores, como dignidade humana e liberdade individual. “No entanto, envolveu muita destruição criativa” em poderes e estruturas institucionais, na divisão do trabalho, nas relações sociais e promoção do bem-estar social (HARVEY, 2008, p.13).

As implicações do avanço da política neoliberal vieram com a conseguinte ampliação dos mecanismos de desenvolvimento geográfico desigual; em que as “inovações revolucionárias” põem Estados, regiões, cidades “na vanguarda da acumulação de capital, mas as vantagens competitivas se mostram demasiadamente efêmeras” (HARVEY, 2008, p.12-14).

As mudanças na dinâmica econômica e política mundial não demoraram a influenciar o Brasil. De acordo com Klink (2001) a política neoliberal no Brasil teve os primeiros passos ao final da década de 1980 se firmando a partir da implantação do Plano Real em 1994.

Dentre os ajustes na economia nacional do período citam-se: a flexibilização de barreiras alfandegárias, a redução de tributação e a diminuição de participação estatal na economia, via privatizações de empresas estatais (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

O regionalismo abandona o discurso da integração nacional para o da inserção no mercado mundial e planejamento econômico federal acompanha tendências, embora a princípio resistindo e mantendo algumas continuidades políticas:

[...] a atual configuração socioeconômica, institucional e política do país favorece o surgimento de um regionalismo [planejamento regional] de corte Globalista/Neoliberal. Isso complementaria o esforço ideológico que vem sendo implementado desde o início dos anos 1990 pelo governo federal no sentido de favorecer uma maior orientação para os mercados externos a partir de um projeto global de preparação do espaço nacional para a entrada do capital estrangeiro (KLINK, 2001, p.84).

No Brasil a política neoliberal introduzida pelo FMI e Banco Mundial na negociação da dívida externa, prioriza abertura de mercado externo combinada com planejamento pontual de obras de infra-estrutura para dar acesso a determinados locais e pontos do país ao mercado mundial, tornando não o país mais atrativo e competitivo, apenas alguns pontos. As empresas multinacionais atraídas se instalam em território nacional dirigindo sua produção para o mercado externo.

Araújo (2000) percebe que neste cenário econômico as cidades de porte médio das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ganham relevância nas vinculações econômicas diretas com mercado mundial, sem a intermediação de metrópoles. Cidades favorecidas por políticas econômicas federais de infraestrutura localizadas em importantes eixos de

transportes, comunicação e informação. A dinâmica regional volta a ser determinada pelos mercados, evidenciando o caráter seletivo da divisão território do trabalho privilegiando regiões e reforçando a desintegração do país (ARAÚJO, 2000, p. 55-57).

“A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo”; ocasionado uma “guerra entre lugares”. Cidades e regiões passam a oferecer vantagens de “ordem técnica” e de “ordem política” para atração de grandes empresas responsável por esta intermediação entre mercado local e mundial (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 294).

As localidades periféricas que se tornaram centrais na disputa dos lugares foram aquelas que se tornaram acessíveis ao mercado mundial, porque foram beneficiadas com obras de infraestrutura que lhes reduziram os custos de produção e de distribuição de seus produtos.

Na crítica do economista Jeroen Klink, esse novo tipo de planejamento regional reforça “fragilidades históricas” das cidades e regiões do país; e os gastos das áreas sociais e de serviços são deslocados para subsidiar as grandes empresas; fortalecendo o “caráter perverso da socialização capitalista nas cidades brasileiras” (KLINK, 2001, p.84, 85).

O processo de abertura da economia brasileira ao mercado mundial por meio da prática política e econômica neoliberal produziu impactos regionais diversificados, nos quais as regiões tornam-se competitivas na disputa pela inserção no mercado mundial. Oferecem vantagens fiscais, financeiras e locacionais para atrair grandes empresas nacionais e multinacionais e possibilitar a inserção da produção local no mercado mundial.

Objetiva-se reverter situações históricas, porém nem todos os lugares participam desta estratégia ou política de mercado. Na Amazônia e em Araguaína, por exemplo, a saída foi a conexão econômica local e mundial. No caso específico de Araguaína viabiliza-se pela divisão interna territorial do trabalho no Tocantins, n o papel de região coletora, beneficiadora e distribuidora de pecuária bovina de corte para exportação.

Ainda no caso de Araguaína, contraditoriamente, a prática neoliberal que visa participação na economia mundial somente se concretizou via presença estatal decisiva, que programou diversas obras de infraestrutura. O Estado teve e tem forte determinação na produção do espaço regional, e mesmo com retração de investimentos federais, deu-se continuidade política ao desenvolvimento econômico regional pela contrapartida dos governos estadual e municipal a iniciativa privada.

4 TOCANTINS E ARAGUAÍNA NA EXPANSÃO CAPITALISTA PARA AMAZÔNIA

Resgatam-se as políticas estatais de desenvolvimento urbano e regional para Amazônia brasileira, destacando as estratégias com impactos socioespaciais sobre o Tocantins e Araguaína entre o início da década de 1950 a 1980. Estende-se averiguação após este período quando o governo estadual se encarrega da continuação das ações, visando o desenvolvimento econômico do novo estado; bem como, realiza um retorno ao contexto de colonização e povoamento do Tocantins no século XVII.

A incorporação da Amazônia como fronteira econômica nacional ocorre sob o comando estatal que age como viabilizador dos interesses econômicos privados com maciças intervenções que determinaram a atual realidade urbana e regional.

As estratégias de ocupação econômica e povoamento da Amazônia ocorreram, sobretudo, entre os anos de 1953 e o de 1988; iniciando pelo estabelecimento do recorte regional da Amazônia Legal; seguindo de ações planejadas fundamentais para formação de infraestrutura básica (rodovias, hidrelétricas); aparato institucional; incentivos fiscais e financeiros; projetos agropecuários, agrominerais, agroflorestais e industriais (Suframa-Superintendência da Zona Franca de Manaus); programas de enclaves regionais selecionados; e controle da terra. Como resultado dos recursos públicos incentiva-se a mobilidade de capital de pequenos agricultores e capitalistas para a fronteira agrícola (BECKER, 1990).

Prioriza-se apreender transformações socioeconômicas das estratégias do governo federal, do qual Araguaína e o Tocantins participam diretamente de seus efeitos: inserção na Amazônia Legal; construção da rodovia Belém-Brasília; projetos agropecuários com incentivos fiscais/financeiros da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); programas em enclaves territoriais selecionados (Polamazônia).

4.1 TOCANTINS NA FASE DE CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA

Até a segunda metade do século XX, o Tocantins foi espacialmente isolado do restante do país, com o principal eixo de ligação proporcionado apenas pelo rio Tocantins. A ocupação inicial e surgimento dos primeiros núcleos de povoamento estiveram ligados a atividades agropastoris e mineração, com efêmero ciclo do ouro, impondo ao espaço as primeiras relações capitalistas mercantilistas.

O Tocantins passa a compor a Amazônia Legal em 1953, ainda com território localizado na porção norte de Goiás, conhecido por essa vocação geográfica de “norte goiano”, e obtém autonomia política e administrativa concedida pela Constituição Federal de 1988. Guarda similaridades com o processo inicial de ocupação e povoamento amazônico pelos mesmos interesses mercantilistas nas riquezas do vasto território brasileiro, como a procura por metais preciosos.

A ocupação do hoje se conhece como Amazônia Legal, pode ser distinguida em três períodos conforme explica Becker (2009, p.1) A formação lenta e progressiva do espaço, estendendo-se para além do limite da linha de Tordesilhas, com base econômica nas “drogas do sertão”; 2) Entre 1850 a 1899 delineiam-se os limites hoje conhecidos, marcados pelo auge da borracha; 3) A configuração espacial é estabelecida até 1930 com destaque para a diplomacia e controle interno pelas forças militares.

A urbanização na Amazônia foi lenta e movida por fases curtas de expansão econômica seguidas de consecutivos períodos de estagnações. A periodização da rede urbana elaborada por Roberto L. Corrêa evidencia o processo: 1) iniciou com a implantação da cidade de Belém, enquanto base para a conquista do território; 2) Inserção de Fortes e aldeias missionárias ao longo dos rios entre os séculos XVII e XVIII; 3) Curto período sob a emergência da companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão principalmente com a navegação e comércio; 4) Longo período de estagnação econômica e urbana até metade do século XIX; 5) ciclo da borracha com expansão e riqueza urbana de algumas cidades até 1920; 6) crise da borracha e nova estagnação; e 7), na ação do Estado de transformar núcleos urbanos em cidades regionais (CORREA, 1987, p. 43).

Araguaína teve colonização ao final do século XIX e permaneceu extenso período de estagnação econômica (de base agropastoril) e urbana, até a metade do século XX. Com o reordenamento territorial estatal para Amazônia experimentou impactos sociais e espaciais na cidade e município.

No Tocantins a colonização e povoamento são do século XVIII e se fizeram por interesses mercantilistas em conjugação de fatores: extração do ouro, e atividades agropastoris. Becker se refere ao espaço tocantinense, deste período, como isolado da economia central, por relações restritas ao norte, região igualmente de baixa densidade e isolada do restante do país:

Na fase de acumulação mercantilista em que as atividades produtivas se concentravam na faixa costeira, o estado de {Tocantins} permaneceu como uma sociedade espacialmente restrita, a estrutura do espaço se caracterizava

pelos latifúndios pastoris e por cidades fluviais relacionadas a Belém (BECKER, 1979, p. 150).

A localização geográfica na porção central do país, hoje anunciada como “privilegiada” pelo governo estadual, foi por longo período bastante pontual e contando com precários caminhos. O rio Tocantins foi tomado como principal via e eixo comercial de circulação da economia regional a partir da ordem distante de Belém, capital do Pará.

Prevaleciam relações não-capitalistas no extrativismo vegetal do coco babaçu e na atividade agropastoril, de roças combinadas com a pecuária, quase que exclusivamente em atividade de subsistência. Tais relações se teciam em enormes extensões de terras disponíveis para o uso, porém sem *valor de troca*, como típicas pastagens naturais do cerrado brasileiro, incorporadas na pecuária extensiva, de gado criado livre, sem as cercas da propriedade, sem as fronteiras municipais ou regionais.

Silva (1997) com base em Capistrano de Abreu e Pedro Calmon afirma que pecuária, abrindo picadas nos sertões nas matas e no cerrado antecipou a mineração no Tocantins, ainda no século XVII, fixando-se na porção sul estadual com vaqueiros partindo da Bahia em busca de novas pastagens; e no século XVIII chega ao norte tocantinense com origens de Pastos Bons (Maranhão). A criação de gado no interior do Brasil teve maior expansão com a multiplicação dos engenhos de açúcar no litoral.

Os fazendeiros de gado enviavam suas boiadas para longe da competição com o açúcar, aos cuidados de vaqueiros que recebiam como pagamento parte do rebanho, e adentravam no interior do Brasil, se instalavam próximo ao Rio Tocantins, onde havia água e pastagens naturais, permanecendo por alguns anos, praticando também atividades agropastoris e extrativistas para obtenção de gêneros para alimentação (SILVA, 1997).

[...] Tudo começou com o ouro, mas em tudo isto há uma imbricação de fatores, dado que numa relação de causa e efeito, a mineração dependia da atividade agropastoril para abastecer as minas, bem como das estradas para levar até os arraiais auríferos os homens que garimpavam e as provisões que os alimentavam (GOMES *et alii*, 2005, p.49 e 64)

O processo de ocupação se fez por conjugação com a atividade mineradora encontrando o suporte para se instalar, já encontrando as “picadas” ou caminhos abertos por bandeirantes no aprisionamento de índios e negros, e na procura por metais; e pela pecuária aliada e uma elementar produção de grãos e carne, para prover a alimentação da população que se deslocou atraída pelo ouro.

As relações capitalistas mercantilistas promoviam modificações sociais e espaciais, no Tocantins, com ouro retirado servindo ao projeto de obtenção de matérias-primas nas

As perdas territoriais de Goiás até a constituição de 1988 foram consideráveis. Na primeira proposta de definição territorial de Goiás, ao norte os limites naturais imposto pelos rios Araguaia e Tocantins eram extrapolados, estendendo-se a oeste até Marabá (PA) e a leste alcançando Balsas (MA), e porções da Bahia e Piauí. No sul de Goiás as divisas se alargavam a oeste chegando até próximo de Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT); já a leste incluía o atual triângulo mineiro (Mapa 2).

Associado à mineração aurífera surgiram os primeiros núcleos de povoamento no Tocantins, no início da terceira década do século XVIII. Próximos das minas surgiam pequenos povoados, os “arraiais do ouro”, que representaram um primário processo de urbanização; alguns destes povoados tornaram-se cidades que ainda permanecem, outros desapareceram.

A mineração declinou progressivamente dando sinais de decadência e após um século de exploração confirma-se o fim do ouro goiano-tocantinense, também indicado pelo esvaziamento populacional com a saída da população mineira. Os que permaneceram dedicavam-se à produção de subsistência. No norte goiano, sem a efetiva presença do poder público e com as dificuldades geográficas impostas para circulação de imenso território, a pobreza, o isolamento, ou o “bolsão de miséria” foram por muito tempo características comuns deste espaço (BARBOSA *et. alii*, 2005; PARENTE, 2007).

As permanências da fase aurífera no espaço são de alguns povoados ou “arraiais do ouro” que evoluíram para cidades como Arraias, Almas, Conceição do Tocantins, Chapada da Areia, Natividade, Chapada da Natividade, Monte do Carmo e Paranã. Além de Porto Nacional, importante porto fluvial de ligação entre as minas do norte e o sul de Goiás e de saída das atividades auríferas; e Dianópolis, cujas origens ligadas ao aldeamento indígena de jesuítas com finalidade de reduzir ataques contra os mineradores.

Essas primeiras cidades estão geograficamente localizadas ao sul e sudeste estadual; com proximidade, ou limítrofes a Goiás. Com exceção de Porto Nacional, nenhuma delas assume hoje importância econômica regional, contrariando o período minerador, quando foram os arraiais do ouro o suporte para os mineradores, com seus pequenos centros de comércio e serviços. O quantitativo populacional possibilita percepção prévia, embora superficial, do papel destas cidades na rede urbana estadual. A população das oito cidades com origem ligada às atividades auríferas, em 2010, segundo IBGE, soma apenas 53.000 habitantes; sendo a menor com 1.355 habitantes e a maior com 10.643 nos municípios de Chapada da Areia e Arraias, respectivamente.

O efêmero ciclo aurífero ocupou e rapidamente rarefez o espaço, mantendo-se os pequenos agricultores produtores de sobrevivência e durante longo período de estagnação econômica o surgimento de cidades foi processo bastante lento com basicamente uma atividade econômica.

A pecuária tornou-se a principal atividade econômica de povoamento, conforme encontrado em Silva (1997, p. 49) “pelo final do século XVIII e todo o século XIX, o Tocantins assiste a uma formidável multiplicação de fazendas de gado. [...] e a criação de gado o novo instrumental econômico que ira sedimentar a sociedade tocantinense por todo o século XIX em diante”.

Outros fatores também contribuíram para povoamento e surgimento de cidades em Tocantins. Presídios (postos militares) e Registros (postos fiscais) deram origem às cidades de Araguacema e Couto Magalhães; e a garimpagem de pedras preciosas e cristal de rocha, já próximo a metade do século XX, nos atuais municípios de Ananás, Arapoema, Xambioá, Dois irmãos do Tocantins, Pium, Dueré, Cristalândia, Formoso do Araguaia (BARBOSA *et. alii*, 2005).

Araguaína, que surgiu e se manteve por mais de meio século com uma economia apoiada no extrativismo vegetal e agropastoril, é exemplo da segunda fase de ocupação espacial e formação de maior parte dos municípios tocantinense (BARBOSA *et. alii*, 2005).

A ligação comercial do Tocantins com Amazônia se dava por Belém, a capital do estado Pará, por meio do rio Tocantins, a principal via de circulação do território. Ao longo deste período as cidades com maior importância regional comercial estavam localizadas nas margens do rio Tocantins, como é o caso de Pedro Afonso, Porto Nacional e Miracema do Tocantins. Porto Nacional é cidade localizada na porção central do estado fundada, ainda no início do século XVIII, como entreposto comercial ligado ao ouro e até a inauguração da rodovia Belém-Brasília foi a principal cidade tocantinense (VALVERDE; DIAS, 1967).

Porto Nacional, que em seus primórdios foi chamada de Porto Real, atualmente encontra-se na situação de espaço Periférico de Palmas, a capital estadual. Com a criação do Tocantins em 1998, a área definida para construção da nova capital nas proximidades de Porto Nacional, desencadeou um esvaziamento populacional e de funções econômicas regionais transferidas para Palmas (OLIVEIRA, 2009).

O povoado Araguaína possuía localização geográfica bastante isolada, progredindo lentamente, sem estradas, apenas por precários caminhos, com povoado distante do rio Tocantins. Esse quadro modifica-se na segunda metade do século XX quando a navegação

pelo rio Tocantins foi substituída pela rodovia Belém-Brasília, em 1960, primeiro instrumento utilizado de apropriação do espaço como fronteira agrícola.

4.2 O TOCANTINS DOS CERRADOS NA AMAZÔNIA LEGAL

A denominação “Amazônia Legal” surge por força de Lei 1.806/1953 que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e definiu a delimitação de recorte regional sobreposto a região Norte, parte do Centro-Oeste e Nordeste, e, portanto, sob aspectos econômicos e sociais bem distintos. O Estado atua efetivamente como produtor do espaço, como parte do projeto que garante à classe capitalista formas de ampliar sua acumulação, seja entre a oligarquia rural regional associada aos interesses da classe urbano-industrial consolidada.

O caráter estritamente econômico fica explícito na própria nominação da sigla que deixava claro o interesse pela criação da Amazônia Legal, pretendia-se a “valorização econômica” da região, sem referência ao planejamento de infraestrutura social. Almejava-se a Amazônia como espaço de acumulação do capitalismo mundial, antiga função abandonada desde o ciclo da borracha.

A incorporação da porção ao norte do paralelo 13° do estado de Goiás em 1953 à Amazônia Legal significa uma separação simbólica territorial entre Goiás e Tocantins. Foi precisamente o mesmo limite geográfico estabelecido em 1988 para efetiva divisão de Goiás e a criação do Tocantins.

Parte do discurso oficial de criação da Amazônia Legal revela o conceito político de região construído historicamente no Brasil e no mundo, por forte determinismo natural a corrente de pensamento geográfico dominante que tinha viés ideológico atrelado à natureza pela classe que representava da oligarquia agrária.

Hoje diz-se comumente sobre a Amazônia ser “a maior floresta tropical do mundo”; por muito tempo também intitulado de “pulmão do mundo”. São adjetivos que demonstram imagem natural como grande floresta praticamente desabitadas. Um grande vazio demográfico, dividida regionalmente valorizando características naturais particulares, é a suposta imagem associada à Amazônia. Contraditoriamente, no cotidiano da população presente, falta terra para os trabalhadores: a devastação de recursos naturais, a exploração de habitantes, a violência contra pequenos agricultores e indígenas; a resistência de grupos explorados, a sobrevivência e contra a devastação dessa riqueza natural (GONÇALVES, 2008).

Do ponto de vista da natureza amazônica ela é vista como região homogênea, conforme comenta Gonçalves (2008) e lembra área coberta por imensas florestas e caudalosos rios, cuja população é observada como de ocupação rarefeita compondo o vazio demográfico. Mas não há uma única Amazônia e as características particulares que podem ser destacadas residem, principalmente, na grande diversidade encontrada na região:

A Amazônia é, sobretudo, diversidade. Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra do Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas (GONÇALVES, 2001, p. 9).

Em relação às características naturais a formação vegetal no Tocantins é florestal e campestre, predominando os cerrados ou savanas em 87,7% do território abrangido pelo estado, a floresta obrófila ocupa 9,7%, outros 2,5% são de transição entre floresta e cerrado. Isto em relação à vegetação original que, se não desapareceu por completo, resume-se a poucos testemunhos muitas vezes bastante alterados. Destacam-se, também, na paisagem tocaninense a ilha do Bananal, o Cantão, e o Jalapão (TOCANTINS, 2005).

Prevalece no Tocantins a Amazônia de cerrados entre boa parte de florestas e dois grandes rios: o Tocantins- das usinas hidrelétricas e o Araguaia- das férteis planícies. A maior ilha fluvial do mundo, a do Bananal, está localizada na região central do estado, próxima a ela, se localizada o Cantão, um encontro da biodiversidade entre a floresta amazônica, cerrados e pantaneiros. O Jalapão ocupa quase 12% do território estadual, com suas dunas, olhos d' água, cachoeiras e paisagem semelhantes às de deserto e oásis (TOCANTINS, 2005).

A floresta obrófila ou como é mais conhecida, floresta amazônica em menos de 10% do estado, compõe estreita faixa de terras ao longo do rio Araguaia no extremo norte divisando com o estado do Pará.

O município de Araguaína localizado entre os vales dos rios Araguaia e Tocantins, tem características bem peculiares de transição entre floresta amazônica e cerrado. Seu território estendendo-se para oeste em direção ao rio Araguaia, divisando com o estado do Pará, que anuncia o domínio de floresta Amazônica, com solos mais férteis. Para leste, em direção ao rio Tocantins, a vegetação é de cerrado com solos mais frágeis (TOCANTINS, 2005).

Esta biodiversidade para o capitalismo significa geração de riquezas e acumulação. Desde as primeiras ocupações coloniais o cerrado foi utilizado na atividade agropastoril como

vantagem natural para aproveitamento econômico, de pastagens naturais, propícias à criação de gado.

A construção do espaço regional da Amazônia tornou o estado favorável à implantação de projetos agropecuários em que os cerrados e florestas foram substituídos por pastagens e soja, já que os solos do cerrado suavemente planos favorecem o plantio desta leguminosa.

4.3 RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA⁵: INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ARAGUAÍNA

Após a legitimação para controle territorial da Amazônia, o primeiro grande projeto de intervenção foi a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) instrumento de integração da região à economia nacional.

A produção industrial, que principiava no Sudeste e Sul do país, necessitava de meios para circular e ampliar o mercado consumidor, manifestando-se com a distribuição de bens e serviços para população e desta maneira concretizando a realização do processo de mais valia. A integração rodoviária nacional entra como prioridade de Estado.

No governo de Juscelino Kubitschek o Plano de Metas tem por objetivo principal integrar a estrutura econômica nacional mediante construção e instalação de indústrias de base e investimento em infraestrutura. As obras de infraestrutura e a construção de Brasília, igualmente, compõem grande projeto de intervenção regional com impactos sobre o Tocantins e expressam a nova ordem regional e nacional da divisão inter-regional do trabalho e garante a participação brasileira na divisão internacional do trabalho. As funções espaciais da divisão inter-regional do trabalho, reconfiguram território do país introduzindo profundos impactos sociais e econômicos (OLIVEIRA, 2003).

O capital exige a passagem de uso do território pontual para de uso interligado; isto é, tem necessidade de que o território seja efetivamente organizado. A malha infraestrutural não está ligada apenas às localizações produtivas, mas diz respeito ao conjunto do processo social; entretanto ela está ligada prioritariamente ao processo de produção, de extração da mais valia (CALABI; INDOVINA, 1992).

⁵ O trecho da Belém-Brasília que atravessa o Tocantins é oficialmente nominado de BR-153 ou Transbrasiliana, e compõe uma rodovia federal que se estende longitudinalmente com 3.564,4 km entre Marabá (PA) e Aceguá (RS) [disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/rodo.htm>]. Nos estados do Pará e Maranhão, a Belém-Brasília é a BR-010. O primeiro traçado da rodovia, ou seja, a ligação Belém a Brasília, recebeu denominação oficial de Bernardo Sayão, entretanto tornou-se mais conhecida por rodovia Belém-Brasília (Valverde; Dias, 1967). No Tocantins, em alguns anos a ligação rodoviária entre Brasília a Belém é refeita com a construção da BR-010, na margem direita do rio Tocantins, estando bem pouco construída e sem asfalto. A descrição detalhada do traçado original da rodovia é encontrada no livro de Valverde e Dias (1967), que entre 16 de julho a 29 de agosto de 1965 realizaram todo o seu percurso.

A inauguração da rodovia Belém-Brasília em 1960 possibilitou processo de articulação regional da Amazônia aos espaços que concentravam as relações capitalistas no país, reproduzindo desta forma, motivações econômicas de agregar novas áreas ao processo de produção, visando assim aumentar a acumulação de excedentes, necessária ao modelo urbano-industrial que estava em processo de expansão.

A rodovia foi iniciada com fundação da Colônia Agrícola de Goiás (CANG) instalada em 1941 e abertura de 140 km de estrada (BR-14), ligando a CANG ao município de Anápolis (GO). Os planos de continuidade da rodovia conectando Anápolis (GO) a Belém (PA) foram discutidos privilegiando uma ligação rodoviária e aproveitamento de trechos navegáveis do rio Tocantins, intercalando com o transporte ferroviário. Em 1956, o traçado foi definido privilegiando apenas a rodovia, seguindo o divisor de águas do Tocantins-Araguaia, unindo Belém a Brasília. A tarefa foi confiada ao engenheiro Bernardo Saião, que no início de 1958, atuando em duas frentes (uma partindo de Belém, outra de Goiás), comandou a construção de 2.022 km da rodovia, inaugurada em abril de 1960, desde então, cognominada de rodovia Belém-Brasília (VALVERDE; DIAS, 1967).

Anterior a 1960 as terras do Tocantins não despertavam grande valor comercial, sendo mais significativas pelo seu valor de uso, na produção de alimentos para consumo ou pequenas trocas. Com a abertura da rodovia inaugura-se economia de bases mercantilistas acompanhada de valorização das terras. A rodovia significava que a base inicial estava pronta, para viabilizar a implantação e expansão capitalista no espaço.

A maioria das referências dos estudos sobre a construção da rodovia Belém-Brasília no Tocantins atribui a ela as transformações sociais urbanas e econômicas. Por exemplo, na proposição de Barbosa e outros (2005, p. 79), “Podemos afirmar sem nenhum constrangimento que o estado do Tocantins é “filho” da Belém-Brasília”. “O estado do Tocantins é uma dádiva da grande rodovia” [...].

Questiona-se, contudo, se apenas a rodovia causaria diretamente tão intensas e rápidas transformações no espaço tocantinense se não houvesse uma motivação, um interesse subjacente. Menciona-se e discute-se a estratégia de Estado de incorporar o espaço regional como fronteira agrícola, ao processo de acumulação capitalista com menor custo para expansão capitalista, portanto superando a cíclicas crises capitalistas de acumulação ampliada. “A expansão da fronteira agrícola no estado {Tocantins}, bem como a construção da rodovia, participam do processo de organização do espaço vinculado à expansão do capitalismo no Brasil” (BECKER, 1979, p.148).

A rodovia é um dos instrumentos de expansão capitalista junto a outros de igual importância, como a inclusão do Tocantins na Amazônia Legal, incentivos fiscais e financeiros, projetos específicos para valorização agropecuária, controle das terras, urbanização e indução da migração como estratégia de ocupação e formação de força de trabalho.

São inegáveis o papel e a importância da rodovia como o instrumento de integração do Tocantins aos espaços econômicos nacionais, contudo relativizando-a como meios e não como fins. De fato, o período de abertura da rodovia foi sucedido de intensas mudanças espaciais. Até então as principais cidades localizavam-se nas margens do rio Tocantins, sendo o processo urbano transferido para suas margens ao longo da rodovia, fazendo surgir novos povoados e a transformação de povoados em importantes cidades, a exemplo de Araguaína. Há radical mudança da concentração urbano-fluvial para urbanização concentrada ao longo da rodovia.

A construção de rodovias atendia aos propósitos da emergente indústria automobilística multinacional, em implantação no país na década de 1950. A extensão da malha rodoviária nacional favorece, principalmente, a nascente industrialização brasileira, cujo ilustres representantes capitaneando fábricas de automóveis, caminhões, tratores, caçambas e outros veículos de passeio, transportes e utilitários.

Em Araguaína com a perspectiva de abertura da rodovia chegavam agricultores sem terras, em sua maioria migrantes nordestinos, procedentes de áreas produtoras próximas, na condição histórica de posseiros e abrindo fronteiras nas matas, inseriam a pequena agricultura para subsistência produzindo, sobretudo arroz. A construção da Belém-Brasília, “vinculava-se ao mecanismo de acumulação primitiva que permitia a expansão agropastoril em seu padrão extensivo, atraiu imediatamente a frente pioneira baseada na produção de arroz, milho e gado” (BECKER, 1982, p.112).

Ao adentrarem nas matas do rio Lontra, em Araguaína, fixaram suas parcas economias na região para abertura de matas, constituição de roças, pasto para o gado e abertura de caminhos para os rios, benefícios na terra que seria expropriada por grileiros e repassada para grandes proprietários para realizar o processo de acumulação primitiva (BECKER, 1982).

Francisco de Oliveira (2003) defende e aceita a idéia de acumulação primitiva, desde que ponderada como modo continuado ou como processo recorrente dentro da acumulação ampliada:

O conceito tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista,

deve ser para nosso fim redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade, mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. (OLIVEIRA, 2003, p.43).

A Belém-Brasília captou e transferiu o excedente regional para o centro do capitalismo nacional e mundial. Portanto, a necessidade da acumulação primitiva atende processo permanente e recorrente de reprodução e ampliação do capitalismo, sobretudo pela incorporação de periferias com diferentes mecanismos, na Amazônia na forma de fronteira agrícola.

Referindo-se ao processo de expansão do capitalismo no Brasil, com o uso horizontal de terras, Oliveira (2003, p.45) ressalta a recorrência das estratégias de acumulação primitiva no campo e transferidas para o espaço urbano, seja pela força produtiva trabalho seja pela terra, dado a “combinação, pois, de oferta elástica de mão-de-obra e oferta elástica de terras, reproduz incessantemente uma acumulação primitiva na agricultura”.

A construção da rodovia soma-se à intervenção estatal de incentivos fiscais, financeiros e projetos de colonização; além da periódica expansão da fronteira capitalista, chegaram os primeiros empresários, fazendeiros individuais, grandes proprietários em Minas Gerais e sul de Goiás. Com o incentivo do Estado, constituíram grandes propriedades pecuaristas de rebanho bovino para corte, expropriando os pequenos produtores das terras, posseiros que já cultivavam, investiram sua diminuta poupança nas terras, mas sem reembolso foram expulsos pelos grileiros para as cidades (BECKER, 1982).

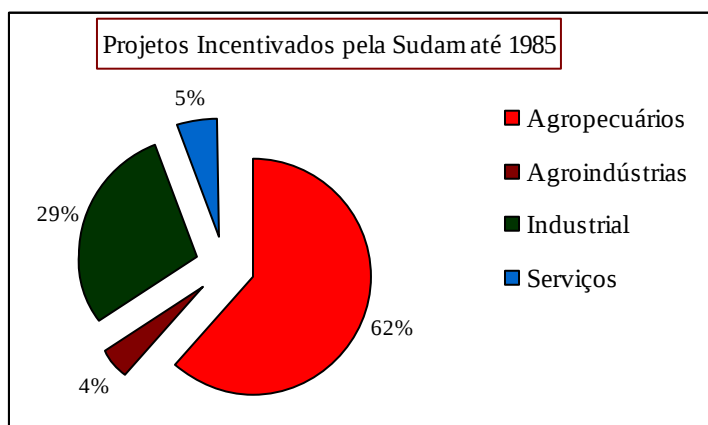
4.4 INCENTIVOS PARA AGROPECUÁRIA DE ARAGUAÍNA

Intensifica-se a entrada de capital estrangeiro no país, na fase de acumulação monopolística e o Estado consolida intervenção regional, disponibiliza incentivos financeiros, fiscais e espaço para grandes capitais em detrimento de pequenos agricultores posseiros.

Sob o comando do governo brasileiro, constituído pela ditadura militar, os planos de ocupação da Amazônia foram intensificados em 1966, comandados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPVEA. A SUDAM foi criada com objetivo de promover investimentos na região por meio de incentivos financeiros, com deduções tributárias significativas e com apoio do Banco da Amazônia (BASA) disponibilizando empréstimos (BECKER, 1990).

Com incentivos fiscais e financeiros o governo federal torna a fronteira agrícola atraente ao capital privado. Até o ano de 1985 os investimentos na região priorizaram a agropecuária que teve maior quantidade de projetos aprovados seguida pelos projetos industriais, agroindústrias e de serviços (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Projetos incentivados pela SUDAM até 1985



Fonte: OLIVEIRA (1993, p. 82).
Elaboração: Roberto Antero da Silva

Os dados permitem inferir sobre a principal função da Amazônia na divisão inter-regional do trabalho como fornecedora de alimentos. No total de 947 projetos aprovados pela SUDAM a maioria direcionava-se ao setor agropecuário (62%), com uma diferença para os dias atuais o produto apenas semibeneficiado (Gráfico 1).

Os incentivos financeiros são interpretados por Martins como doação aos empresários:

[...] a possibilidade de desconto de 50% do imposto de renda devido por seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era a de que esse dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia, e, após a aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região amazônica. Tratava-se de uma doação e não de um empréstimo. [...] O governo então oferecia aos empresários a recompensa de 75% do capital que necessitavam para o novo empreendimento. (MARTINS, 1997, p. 86,87).

Para além da doação os incentivos fiscais da SUDAM foram desviados de sua finalidade pela falta de fiscalização e prática vigente de corrupção na seleção e empresários beneficiados. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993) aponta que até o ano de 1984, apenas 25% dos projetos aprovados foram implantados e somente 4% cancelados. E os demais 71% dos projetos aprovados que destino tomou? A maioria dos empresários favorecidos com incentivos financeiros não aplicava recursos conforme a previsão do projeto, contando com a

ineficiência do Estado na fiscalização. Isto foi justificativa para extinção da SUDAM em 2001⁶.

Os projetos agropecuários implantados na região valorizam o latifúndio da monocultura de capim, causador de desmatamentos, estimulador da concentração da propriedade fundiária de terras por empresas e fazendeiros.

A distribuição espacial dos projetos agropecuários ocorre em todos os estados da Amazônia, mas com maior incidência (72%) no Pará e Mato Grosso. No Tocantins os investimentos priorizaram a agropecuária, sendo o terceiro estado em número de investimentos, recebendo 52 projetos ou 9% do total da região (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição por UF dos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM na Amazônia Legal até 1985.

UF	Número de Projetos	
	Absolutos	Percentuais
Pará	212	37
Mato Grosso	207	35
{Tocantins}	52	9
Amapá	29	5
Maranhão	24	4
Amazonas	22	4
Acre	18	3
Rondônia	11	2
Roraima	6	1
Total	581	100

Fonte: OLIVEIRA (1993, p. 81).
Elaboração: Roberto Antero da Silva

Araguaína desponta como principal beneficiária na participação dos investimentos no próprio município e no espaço regional. A Mesorregião Oriental do Tocantins⁷ ao longo do vale dos rios Araguaia e Tocantins, entre as divisas do Mato Grosso e do Pará, recebeu a concentração de projetos. Dentre os 60 municípios tocaninenses neste período, 25 receberam a implantação de projetos agropecuários (IBGE, 2001).

As ações estatais de integração nacional sustentavam-se na concepção do "vazio amazônico" para deliberar estratégias e incorporar vasta extensão da fronteira de recursos ao processo de expansão do modo de acumulação capitalista, associadas à forte internacionalização dos investimentos. Por trás dos interesses econômicos o discurso de garantia da soberania nacional sobre a Amazônia que mobilizou trabalhadores do Nordeste e Centro-oeste para ocupar o "espaço vazio" com a marca do Estado (MARTINS, 1997, p.85).

⁶ A SUDAM foi recriada novamente em 2007. Disponível em http://www.ada.gov.br/index.php?Itemid=83&id=114&option=com_content&task=view [acessado em 22/10/2010]

⁷ Araguaína, Arapoema, Xambioá (região de Araguaína); Ananás, Couto Magalhães, Pequizeiro, Colméia, Guaraí, Araguacema, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Pium, Cristalândia, Dueré, Formosa do Araguaia, Gurupi, Peixe, Araguaçu são exemplos.

Em Lefebvre (2001, p. 23) tece-se uma crítica que cabe para o caso Amazônia, quando afirma que “Os vazios tem um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar”. Permite uma reflexão sobre o exercício de poder praticado pelo Estado na Amazônia brasileira, considerado pelos governos militares como um “espaço vazio”, e desta forma selando seu destino a partir da necessidade de reprodução do capital.

Algumas cidades recebem migrantes de todas as áreas de fronteiras, proletarizados pela expropriação de suas terras repassadas para novos proprietários como capital primitivo, os trabalhadores prosseguiram para Amazônia em processo de colonização. Entre elas Araguaína fora transformada em lugar de recepção e de emissão de trabalhadores migrantes, tornados móveis pela atuação combinada do Estado com o capital.

O crescimento econômico e aglomeração de população são indicativos de que Araguaína foi o município tocantinense mais beneficiado por ações estatais. Passou a ter um ritmo de crescimento populacional e econômico bastante elevado, que se prolongou nas décadas seguintes.

Com a SUDAM surge o discurso de estratégia do Estado para desenvolvimento regional, com o objetivo de atenuar desigualdades regionais, embora contraditoriamente seus resultados tenham ampliado tais disparidades. Segundo Becker (1982) e Martins (1997) a intervenção planejada é tentativa de superação do conflito de classes intra-regional, porém contraditoriamente a concessão de incentivos fiscais para grandes empresas funciona como estratégia de expansão capitalista da região Sudeste para regiões periféricas brasileiras como Norte, Nordeste e Amazônia.

4.5 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN) E O POLAMAZÔNIA NA FORMAÇÃO DE CENTROS REGIONAIS

A década de 1970 é marcada pela decisão estatal de assumir o definitivo controle sobre a região, viabilizando e subsidiando acesso à terra, fortalecendo a quantidade de investimentos públicos. Elabora e implanta aparato institucional, viabilizado pelo discurso de abrandar desigualdades regionais (BECKER, 1982).

A decisão de incorporação da Amazônia ao espaço de produção nacional, com ostensiva presença do Estado, por meio de políticas espaciais, de construção de estrutura, mediante planos de controle da região e de suas terras, por meio de incentivos fiscais,

financiamentos, programas de pólos regionais e o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília, para capacitar a Amazônia como fronteira do capital.

O Programa de Integração Nacional (PIN) de 1970 foi criado com intuito de estender e melhorar a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, articulado ao Programa de Distribuição de Terras e Estimulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA), priorizando as margens das rodovias Transamazônica e da Cuiabá-Santarém (BECKER, 1990).

Para Oliveira (1977) tais estratégias são lançadas em momentos de crescimento e tensões e pressões sociais de período de grandes secas no Nordeste do país. As ações estatais visavam empresas agropastoris com finalidade de acumulação ampliada de capital, e população migrante que se tornariam reserva de trabalho funcional para o rebaixamento dos custos do trabalho. O Proterra e PIN, ao contrário de promover a distribuição de terras, reforçaram a classe de médios e grandes fazendeiros em substituição à agricultura de subsistência. O asfaltamento da Belém-Brasília em 1974 acelerou o processo de ocupação do grande capital privado na fronteira.

Em Araguaína e no Tocantins o PIN teve como marca o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília no início da década de 1970 consolidando a cidade como centro regional e estimulando fluxos migratórios (BECKER, 1990).

Tocantins também foi alvo do Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Polamazônia) e Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) estratégias regionais específicas para a pecuária, implantados entre 1975 e 1979. De acordo com Becker (1990, p. 17) o Polamazônia “objetiva concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana”.

O Polamazônia e o Polocentro concentraram recursos e priorizavam infraestrutura econômica em recortes territoriais especialmente selecionados. Nesses investimentos polarizados, de consolidar cidades “pólos” econômicos, ou seja, de concentrar recursos públicos para causar circulação de capital privado na região. Os investimentos maximizam o sistema viário recém instalado, pela construção de estradas entre a grande rodovia e os enclaves essenciais. A partir das cidades regionais a ocupação de novos espaços torna-se atraentes para implantação de capital privado (BECKER, 1982).

Com base em Perroux, Andrade (1987, p. 58) propõe que os pólos de desenvolvimento “ao lado do crescimento do produto, provocam também modificações de estruturas que favorecem a população da região por ela polarizada. O pólo de desenvolvimento é, às vezes,

espontâneo, mas quase sempre é planejado”. A concentração urbana vista como uma síntese e significado de pólo regional:

Em resumo, podemos dizer que para Perroux o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará sempre ligado ao do seu pólo (ANDRADE, 1987, p. 59).

No Brasil o planejamento econômico regional foi incentivado especialmente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a região Nordeste e a SUDAM para a Amazônia também com investimentos em cidades de porte médio, privilegiando a descentralização econômica para regiões periféricas, a hierarquia urbana e reforçando “cidades pólos”, hoje consideradas cidades regionais.

O Polamazônia, atuando no extremo norte incluindo a região de Araguaína, focalizou infraestrutura rural na melhoria das estradas vicinais e no aproveitamento integrado do vale do Tocantins. O Polocentro no meio norte, na região de Gurupi, teve por objetivo propiciar ocupação racional e ordenada de áreas selecionadas do cerrado, promovendo a expansão agropecuária através da mecanização agrícola e o florestamento-reflorestamento (BECKER, 1979, p.151)

O crescimento econômico regional segue o modo de produção capitalista seletivo no espaço mediante distribuição desigual de investimentos públicos e privados com a regionalização decorrente dessa desigual combinação de espaços capitalistas mediados por espaços não-capitalistas.

Araguaína e Gurupi são cidades consolidadas como centros regionais anteriormente concebidas como pólos econômicos. Estrategicamente localizadas na rodovia Belém-Brasília, Araguaína ao norte e Gurupi ao sul do estado, em menos de duas décadas - início anos 1950 a meados de 1960 - transformadas de pequenos povoados em centros regionais.

No campo interessava ao estado redistribuir a terra aos fazendeiros que chegavam à fronteira agrícola e a forma encontrada foi a expropriação de posseiros que levava a intensos conflitos. A terra passa ao domínio de fazendeiros, substitutos da produção camponesa de subsistência para formação de pastos para uso ou para repouso.

A mobilidade de capitais e de trabalhadores de outras regiões brasileiras em direção à Araguaína reforça a acumulação capitalista nesse espaço de domínio do capital monopolista, transformando-a em palco de acirrados conflitos pela terra.

Agricultores posseiros expulsos de suas terras não têm grandes possibilidades de sobrevivência no campo, boa parte deles migra para as cidades da região, ao tempo em que os recursos naturais são submetidos ao domínio de grandes capitais.

Ao longo da década de 1970, atuaram no mesmo espaço grandes grupos econômicos do sudeste e sul; do Nordeste e agricultores sem terra que já se encontravam em conflito com índios, grileiros e posseiros antigos, por ocasião da abertura da rodovia. Também é momento da consolidação da guerrilha do Araguaia⁸ que serve como pano de fundo para que o estado brasileiro inicie uma violenta escalada de violência contra os pequenos agricultores, expulsando-os de suas terras, em muitas das vezes apenas com sua morte (KOSTCHO, 1981).

No auge da ditadura militar esses violentos conflitos sequer chegaram ao conhecimento da grande maioria do povo brasileiro. No início dos anos 1970, isoladamente alguns padres da Amazônia denunciam a marginalização social na região criando a Comissão Pastoral da Terra, denunciam também a violência contra posseiros e passam a atuar diretamente na área de conflito.

O conflito de terras concentradas no norte do estado do Tocantins fez o governo instituir em 1980 o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) com o propósito de atuação militar sobre os conflitos e disponibilizar terras e riquezas florestais e minerais aos grandes fazendeiros. O Getat estava acima dos órgãos federais e estaduais, constituindo-se numa verdadeira intervenção estatal. Uma grande maioria dos conflitos pela terra ocorreu no norte estadual (KOSTCHO, 1981).

No relato de diversos posseiros que perderam suas terras repete-se a mesma história: ocupavam as terras há vários anos e de repente chega um fazendeiro que adquire grande quantidade de terra nas proximidades, também afirmando ser dono da terra de posseiros. Acompanhado de jagunços ou pistoleiros o fazendeiro ameaça o posseiro, depois se propõe a comprar por baixo valor suas terras. Amedrontados, alguns vendem e, com o pouco dinheiro, mudam-se para periferias de cidades próximas. Os outros são violentamente expulsos ou mortos.

⁸ Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro existente na região amazônica brasileira, ao longo do rio Araguaia, onde os estados do Tocantins, Pará e Maranhão fazem fronteira, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970. Uma dissidência armada do Partido Comunista Brasileiro (PC do B), que pretendia derrubar o governo militar, fomentando um levante da população, primeiro rural e depois urbana, e instalar um governo comunista no Brasil. Combatida pelo exército a partir de 1972, nos municípios de Geraldo e Marabá no Pará e de Xambioá, no Tocantins (região de Araguaína), local de base das operações da guerrilha. A grande maioria dos combatentes, formada principalmente por ex-estudantes universitários e profissionais liberais, foi morta em combate na selva ou executada após sua prisão pelos militares, durante as operações finais, em 1973 e 1974. Mais de cinquenta deles são considerados ainda hoje como desaparecidos políticos (disponível em <http://guerrilhaaraguaia.blogspot.com>).

Tudo com o irrestrito apoio do Estado por meio da força militar de decisões judiciais em desfavor dos pequenos agricultores. O conflito pela terra teve como vencedor os fazendeiros e a empresa agropastoril que substitui a agricultura de subsistência. Expulsos de suas terras, não restam grandes possibilidades de sobrevivência de agricultores no campo e boa dos expropriados migram para as cidades da região.

O que se nota, portanto, é o processo de incorporação da Amazônia como fronteira econômica no caso de Araguaína agrícola, como reprodução de características históricas da agricultura brasileira, de incorporar grandes extensões de terras, sem ocupar com uso produtivo toda a extensão, deixando os pequenos agricultores sem terra para cultivar.

No espaço tocantinense a implantação de pastagem nas terras, em substituição às roças dos lavradores, foi o instrumental dominante.

4.6 EMANCIPAÇÃO DO TOCANTINS: GRANDES OBRAS E ABERTURA DE MERCADOS

A Amazônia torna-se império do capital monopolista e o Tocantins também experimenta processo de transformação em agroindústria capitalista de exportação neste início do século XXI, quando o Brasil precisa se inserir na divisão territorial do trabalho mundial como fornecedor de alimentos e de matéria prima, sobretudo na agroindústria da soja, carne bovina e abacaxi.

O planejamento regional de Estado retrai-se ao final do governo militar de 1985, período em que o território do Tocantins passa por transformações espaciais intensas, durante a criação da nova Unidade Federativa da União, acompanhada de grandes obras de infraestrutura em contexto de modelo econômico de ajuste ao mercado mundial. A estruturação do estado é resultante de massivos investimentos governamentais designados constitucionalmente para implantação do Tocantins.

O aumento quantitativo do número de cidades é significativo do processo de urbanização deste período e a construção da capital planejada do estado que logo supera Araguaína como a principal cidade tocantinense.

Os massivos investimentos em infraestrutura transformam a paisagem urbana e regional do Tocantins. A abertura e asfaltamento de rodovias estaduais e federais; construção de usinas hidrelétricas no rio Tocantins; continuidade da ferrovia Norte-Sul e a construção de Palmas, a capital estadual; e na materialidade dos incentivos fiscais, financeiros dos projetos de agronegócios. Obras estaduais e federais com participação de capital privado ensejam o

crescimento econômico ao priorizarem investimentos na infraestrutura, apesar de resultados controversos.

É preciso considerar a crítica de Milton Santos sobre a industrialização brasileira, bastante adequada para esse período de implantação de grande obra no Tocantins, logo após sua emancipação política e administrativa, ao relacionar a extrema dependência de recursos públicos nisto que as:

[...] obras de grande porte, elas são um cavalo de Tróia, um presente envenenado. Estes investimentos envolvem outros de porte igual ou ainda maior e gradualmente conduzem o país a uma posição de dependência, cuja constante é o aprofundamento do capital. (SANTOS, 1979, p. 15).

Grandes obras com investimentos públicos e privados que garantem apenas aumento das movimentações financeiras e poucos benefícios para a população, tem sido o rumo tomado pelo desenvolvimento tocantinense. O discurso recorrente de geração de emprego e renda a partir destes empreendimentos, esvazia-se diante das desigualdades e injustiças sociais que permanecem ou são acirradas.

A expansão da rede rodoviária foi prioridade desde a implantação do novo estado. Até 1988 predominava a malha rodoviária federal com 793 km da Belém-Brasília e apenas 308 km de rodovias estaduais asfaltadas. Em 2009 são 6.497,53 km de malha rodoviária pavimentada, dentre os quais 5.040,3km estaduais e 1.457,23 km de rodovias federais; além de quase 7 mil km em obras ou leito natural. A pavimentação rodoviária neste período de décadas priorizou a ligação com a rodovia Belém-Brasília, que corta o território estadual em sentido longitudinal (TOCANTINS, 2011a).

A construção da ferrovia Norte-Sul no Tocantins ligando-se à Estrada de Ferro Carajás tem como principal objetivo escoar a produção de soja e outros grãos para exportação através dos porto de Vila Madeira (PA) e Itaquí (MA), sendo discutida pelo governo como essencial para o desenvolvimento estadual do Maranhão, Tocantins e Goiás, quando concluída deve ter 3.100 quilômetros de extensão. A ferrovia torna-se projeto estratégico para a matriz de transporte do país, por exercer a condição de elo entre duas ferrovias de grande importância a Estrada de Ferro Carajás, em Açailândia (MA) e a Ferrovia Centro Atlântica. A obra começou a ser construída no governo do presidente José Sarney e com sucessivas interrupções só é retomada no governo Lula (VALEC, 2010).

No Tocantins já se encontra em operação os trechos da ferrovia entre Aguiarnópolis-Araguaína (146 km), Araguaína e Colinas do Tocantins (132 km), Colinas do Tocantins e Guaraí (132 km), Guaraí a Porto Nacional/Palmas (150 km); mais trechos sendo construídos

ligando Porto Nacional/Palmas(TO) a Anápolis (280 km) em Goiás. As plataformas de embarque e desembarque de mercadorias estão em funcionamento nas cidades de Arguiunópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins e Guaraí, garantindo com menores custos o escoamento da soja estadual para mercados externos (VALEC, 2010).

A oferta de demanda de energia elétrica também compõe esse conjunto de obras infraestruturais com construção de usinas hidrelétricas que produzem mais que oito vezes o consumo estadual. A energia gerada é destinada à exportação, mas principalmente para tornar viável indústrias/agroindústrias, tanto que entre o ano de 2000 a 2010 o número de indústrias no estado mais dobrou passando de 1.089 unidades para 2.301, aumentando o total do consumo de energia neste grupo em 101,81% (TOCANTINS, 2011a).

No discurso do governo estadual a opção de atrair pelo aproveitamento do espaço para finalidade de fornecedor de produção primária é explícita:

O Estado caminha a passos largos para melhorar significativamente sua infra-estrutura e logística, pela boa situação da malha viária, construção de hidrovias e da Ferrovia-Norte Sul, abrindo novo canal para distribuição e exportação de seus produtos. O governo também exerce uma política de apoio com legislação específica para os programas de incentivos fiscais, que estabelecem redução de ICMS e outras vantagens, como forma de atrair novos investimentos para o Tocantins. (TOCANTINS, 2008, s/p.).

As rodovias estaduais/federais e a ferrovia constituem a base logística do escoamento da produção. A soja tem os maiores produtores do leste estadual divisa com Maranhão, Piauí e Bahia, dos locais de produção os grãos são transportados de caminhão até a rodovia Belém-Brasília, seguem para pátio ferroviário no município de Colinas do Tocantins⁹ (região de Araguaína), por exemplo, ou continuam por via rodoviária até o porto de Itaqui na capital maranhense.

Araguaína beneficia-se novamente destes investimentos com a pavimentação das rodovias de circulação regional e nos incentivos fiscais e financeiros. As rodovias estaduais TO-222, TO-164, TO-434, TO-230, TO-226 são conectadas à rodovia Belém-Brasília e juntas são vias de circulação entre Araguaína e sua região. A pavimentação destas rodovias facilitou o escoamento da produção pecuária regional que chega até a cidade central para beneficiamento e exportação, utilizando vias rodoviárias, para escoar do centro para o mundo, via porto maranhense.

Os incentivos fiscais e financeiros consistiram na redução da carga tributária para 3% sobre o valor do gado vivo; crédito presumido de 75% do imposto devido nas saídas de couro

⁹ Da soja embarcada em Colinas do Tocantins tem sido registrado produto originário do interior do Mato Grosso (TOCANTINS, 2011b).

curtido e industrializado e empréstimos facilitados para atração de agroindústrias para Araguaína. O governo estadual empreende missões de negócios para divulgação do potencial do Tocantins em diversos países (TOCANTINS, 2000 e 2008).

As obras de infraestrutura e incentivos fiscais e financeiros tornam o estado atraente ao capital, sobretudo às empresas do agronegócio, de exploração dos recursos naturais. A modernização agrícola no Tocantins assume maiores proporções na perspectiva de divisão territorial do trabalho no mercado externo, em processo de alargamento, sobretudo com a produção e o beneficiamento de soja e de carne bovina.

As primeiras exportações datam de 1992, mesmo que debilmente, com uma comercialização de 347 mil dólares, obtidos principalmente do ouro, da soja e da carne bovina. Inauguram-se novos produtos destinados ao mercado externo, exceto o ouro que se mantém desde período colonial. Próximo ao final do século XX metade das exportações foi cortada com a suspensão da atividade do ouro. Outras empresas exportadoras passam a concorrer e movimentavam quantias ainda inferiores aos patamares históricos, porém em condições de prosperidade a exemplo da Bunge, multinacional de alimentos, instalada em Pedro Afonso, município produtor de soja; e a Frinorte, frigorífico nacional com atuação em Araguaína (BRASIL, 2010a).

As transformações no espaço regional, portanto, é marcante neste início de século em função da agroindústria regional e da divisão territorial do trabalho a partir do produto de Tocantins. A urbanização tem fundamental participação do Estado para rápida ocupação da região, dinamizada a partir da criação do Tocantins, primeiro com fragmentação territorial e a constituição de significativo aumento no quantitativo de cidades como também pela construção da capital estadual que logo assume posição central na dinâmica econômica e populacional.

5 CIDADES NA AMAZÔNIA: EXPRESSÃO URBANA E REGIONAL

A urbanização da Amazônia contou com a participação do Estado para rápida ocupação regional com a cidade assumindo funções urbanas e regionais no apoio à acumulação capitalista. De acordo com Becker (2003) a urbanização regional da Amazônia caracteriza-se pela rápida ampliação do quantitativo de população urbana; pelo aumento do número de cidades, na emergência de povoados ao longo da rodovia e na rápida transformação de alguns na categoria de centros regionais.

O Tocantins é exemplo da urbanização na Amazônia, bem como a cidade e a região de Araguaína, onde fizeram diferença os investimentos financeiros para agropecuária, combinados à localização geográfica às margens da rodovia Belém-Brasília. Se este fora o pontapé inicial, hoje outros fatores dão continuidade a esta estratégia de política econômica.

Outras importantes características da urbanização amazônica enumeradas por Becker (2003) referem-se à imigração e à mobilidade do trabalho entre 1970 e 1980; e a necessidade de superação da carência generalizada de equipamentos e serviços para atendimento da população em cidades da Amazônia.

Araguaína apresenta peculiaridades na migração associadas ao rápido crescimento urbano, pelas contradições dos investimentos estatais, pela prioridade notória de valorização econômica em detrimento de infraestrutura social para população. A cidade desigual de hoje tem feições de cidade média, apesar de extremas desigualdades. Antigos e novos migrantes alargam periferias urbanas em aglomerados subnormais, definidos também como favelas, enquanto as principais avenidas recebem inversão pública para receber empreendimentos agropecuários, de comércio e de serviços.

Tais características das cidades expressam o tipo de urbanização e de regionalização decorrentes da modernização do campo na Amazônia.

5.1 O AVANÇO DA FRONTEIRA URBANA NA AMAZÔNIA

A urbanização capitalista no último século tornou-se rápida e avançada e espacialmente desigual, sobretudo em sua faceta periférica, que assumiu proporções constrangedoras para maioria dos trabalhadores da Amazônia brasileira com amplo contingente populacional reproduzindo-se sobre precárias condições urbanas e sociais. Na cidade, os conflitos de classes e contradições espaciais da sociedade capitalista são reproduzidos de forma excludente e avassaladora.

Na Amazônia a urbanização e a cidade regional são específicas do processo de acumulação ampliada do capital, com intervenção estatal que “impõe sobre o território uma malha de duplo controle - técnico e político – constituída de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para ação” (BECKER, 2009, p. 31).

A incorporação do espaço da Amazônia na acumulação capitalista não se limita ao fenômeno agrícola, pois a fronteira assume características urbanas para atender a região:

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. Trata-se de uma feição original da fronteira contemporânea. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil. E esta está intimamente associada à migração (BECKER, 1990, p. 44).

Dentre as estratégias de ocupação econômica e povoamento da Amazônia, sob comando estatal, a urbanização sobressai como condição essencial. Neste aspecto a fronteira urbana, em termos de investimentos urbanos, avança mais velozmente do que as necessidades de terras para fronteira agrícola.

A cidade assume três papéis fundamentais: de núcleo urbano poderoso como fator de atração de migrantes; como base da organização do mercado de trabalho; e enquanto *lócus* da ação político-ideológicos do Estado (BECKER, 1990, p. 52-55).

As cidades na Amazônia são fundamentais para realização da acumulação ampliada de capital. De acordo com Henri Lefebvre a cidade capitalista não é expressão apenas da urbanização, mas de todo processo de produção capitalista do espaço, pois:

[...] tornando-se centro de decisão, ou antes, agrupando os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção) (LEFEBVRE, 2001, p. 62-63).

A cidade é forma consolidada do processo de urbanização da sociedade, processo que pelos meios produtivos direciona os rumos da sociedade, do cotidiano e dos sistemas de valores, obviamente comandados para o consumo. O sistema capitalista e mais precisamente o processo de urbanização, a produção, a circulação, a distribuição e o consumo de mercadorias se realizam efetivamente por meio de redes urbanas. A cidade é forma essencial de produção e reprodução econômica, urbana e regional.

[...] uma urbanização que se constrói também como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, idéias e símbolos. A urbanização da sociedade não compreende, portanto apenas a dinâmica demográfica de concentração de homens, ou a dinâmica econômica de concentração das riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo é social e cultural (SPOSITO, 1999, p.84).

A urbanização se estende como estratégia de rápida ocupação do espaço regional definido pela cidade no papel de interlocutora das necessidades da sociedade urbana e mundial.

No caso das regiões brasileiras há forte influência do processo de industrialização nacional que requer a terceirização dos espaços regionais periféricos. A aparente contradição brasileira de crescimento urbano pode ser explicada senão na fase inicial da urbanização associada à industrialização, ao tempo em que toma impulso e assume processo autônomo ou propriamente terciário, conforme Oliveira (2003).

A urbanização insere a dinâmica regional como processo único de enormes transformações no povoamento da Amazônia sendo marcante o rápido aumento da população urbana e do número de cidades, em especial, as de porte médio e pequenas. A acentuada urbanização torna-se um atributo da região denominada por Becker (2003) como “floresta urbanizada”.

O “ritmo galopante do crescimento da população urbana a partir da década de 1960” foi uma das características que impressionam na urbanização regional que em 1970 apresentava um índice de população urbana de 35,5% praticamente dobrando em três décadas com quase 70% no ano 2000. A redução relativa das grandes cidades a partir de 1970 “devido ao aumento da participação relativa de cidades médias e pequenas” (BECKER, 2003, p. 654-55).

A Amazônia compreende aproximadamente 60% do território brasileiro, totalizando 760 municípios e 24.074.677 habitantes correspondente a 14% e a 12,6% do total nacional. A população se distribui de forma irregular na região, a maioria dos municípios possui menos de 20 mil habitantes (29,5 e 35,0%). Enquanto que a maioria da população amazônica (58,1%) reside em municípios grandes com mais de um milhão de habitantes até 50 mil habitantes, com destaque para as três metrópoles regionais, moradia de 17,5% da população. Araguaína é uma das 26 cidades médias entre 100 a 500 mil habitantes (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de municípios da Amazônia, segundo as classes de tamanho da população total (2010)

Classes de tamanho da população	Número de municípios		População dos municípios	
	Absolutos	%	Absolutos	% acumulado
Superior a 1.000.0000	3	0,3	4.210.250	17,5
500.000 a menos de 1.000.000	1	0,13	551.098	19,8
100.000 a menos de 500.000	26	3,5	5.237.461	41,6
50.000 a menos de 100.000	58	7,6	3.963.152	58,1
20.000 a menos de 50.000	183	24,0	5.512.074	80,9
10.000 a menos de 20.000	223	29,5	3.190.739	94,2
Menos de 10.000	266	35,0	1.409.903	100,0
Total da Amazônia	760	100,0	24.074.677	100,0
Total do Brasil	5.507	14,0(1)	190.732.694	12,6(1)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

Nota (1) Amazônia em relação ao Brasil.

A urbanização rápida e seletiva dos espaços expressa o conteúdo de processos econômicos simultaneamente nacionais e regionais. Na Amazônia as disparidades espaciais também são vistas na comparação entre metrópoles regionais do porte de Belém (1.393.399 hab.) e municípios com reduzida população, como Oliveira de Fátima no Tocantins (1.037 hab.).

Neste aspecto Trindade, Júnior (2011, p.3) chama a atenção para a Amazônia Oriental, mais especificamente para o caso paraense de uma “*urbanodiversidade* regional”, termo utilizado para identificar as diferentes e plurais realidades urbanas da região; que se evidenciam na coexistência de distintas formas espaciais urbanas, como a metrópole, os tecnopólos, as *company towns* (cidades empresas), cidade médias, e as vilas e povoados.

A participação crescente das cidades médias¹⁰ encontra-se também na tendência de urbanização da Amazônia. A cidade média desempenha, no contexto econômico político e social, importantes funções regionais, com novas centralidades urbano-regionais, tal como Marabá e Santarém no Pará (TRINDADE JÚNIOR, 2011; TRINDADE JÚNIOR e RIBEIRO, 2009).

¹⁰ Cidades médias são as que [...] “constituem referência para um conjunto de pequenos núcleos a ela subordinados [...] servindo de ligação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões políticas e investimentos, que por ela se materializam” (TRINDADE JÚNIOR; PEREIRA, 2007, p.316). Neste mesmo artigo os autores fazem referência à pesquisa de Ribeiro (1998) que identifica cinco níveis de centralidade em cidades médias da Amazônia, classificando Araguaína no segundo nível, como centro sub-regional, logo abaixo das cidades regionais. Castelo Branco (2006) propondo uma tipologia de cidades médias no Brasil, com quatro níveis (Incipientes, Baixas, Médias, Completas), classifica Araguaína como incipiente.

5.2 URBANIZAÇÃO NO TOCANTINS: DESTAQUE DE TRÊS CIDADES

O Tocantins assume características urbanas da Amazônia, dinamizadas a partir da criação do estado em 1988. Primeiro a fragmentação territorial e o significativo aumento no quantitativo de municípios; a construção da capital estadual para assumir posição central na dinâmica econômica e populacional; e o crescimento urbano e econômico de Araguaína que mesmo superado pela capital, mantém-se crescente.

Isolado do restante do país durante séculos, Tocantins ganha dinâmica urbana integrando-se ao Centro-Sul do país por relações capitalistas de espaços destinados à agricultura. Atende às motivações econômicas de agregar novas áreas ao processo de produção agropecuária e de acumulação de excedentes, necessários ao modelo urbano industrial em expansão no país.

Na última metade do século XX foram marcantes as transformações socioespaciais pela urbanização dos principais espaços econômicos. Municípios e Cidades como Araguaína e Gurupi foram impactados diretamente no ordenamento territorial da Amazônia com funções urbanas e regionais, a partir da produção primária e de serviços urbanos especializados. Sobretudo Palmas, na condição de capital política e econômica do estado.

As primeiras intervenções estatais em Tocantins resultaram em intensa e volumosa mobilidade da população. Em 1970 a população estadual ultrapassava pouco mais de 520 mil habitantes, em três décadas duplicou sua população, em 2000, totalizou 1.157.098 habitantes (TOCANTINS, 2011).

Essa tendência de crescimento populacional parece arrefecida no estado. Em 2010, a população do Tocantins foi de 1.383.495 de residentes, maior apenas que três estados da Amazônia Legal, o Acre, Amapá e Roraima. Possui 139 municípios dentre os quais dois deles figuram na rede urbana de cidades de tamanho intermédio da Amazônia Oriental com significativa aglomeração de população (IBGE, 2010).

A explosão demográfica entre 1970 e 2000 foi consequência da imposição de malha de controle técnico sobre o território estadual a que se refere Bertha Becker (1990), como expressão da mobilidade provocada pela rodovia Belém-Brasília inaugurada em 1960 cortando ao meio quase todo o Tocantins e que propicia conexão rodoviária com principais centros econômicos do país.

O primeiro recenseamento brasileiro realizado em 1872 evidencia o reduzido número de municípios em amplo território de 277.621,858 km² relacionado à rede urbana bastante pontual e incipiente. Para duplicar de 07 para 14 municípios foram necessários quase oito

décadas. Até 1960 o Tocantins eleva em 357% o quantitativo de municípios e em 1991 explode em 1029% que permanece com seus desdobramentos até 2000 cujo incremento foi de 1.886% em relação ao século XIX, impactos da intervenção estatal (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução do quantitativo de municípios em Goiás e Tocantins, entre 1872 e 2000.

Ano	Número de municípios			
	Tocantins*	Incremento percentual desde 1872	Goiás	Incremento percentual desde 1872
1872	07	100	19	100
1920	11	57	38	100
1940	11	57	41	116
1950	14	100	63	232
1960	32	357	147	674
1970	50	614	171	800
1980	50	614	173	810
1989	62	786	...	...
1991	79	1.029	...	...
2000	139	1.886	...	...

Fonte: IBGE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1964); TOCANTINS (2005), BARBOSA et. al., 2005

Nota: *Considera-se como o norte do paralelo 13, limite geográfico estabelecido na fragmentação Goiás/Tocantins em 1988.

No período em que Tocantins estava isolado da economia nacional as principais cidades dependiam e localizavam-se às margens dos rios Tocantins e Araguaia. Na fase de incorporação experimentou-se radical transformação urbana, principalmente ao longo da rodovia, com surgimento de pequenos povoados e a emergência de outros que logo se transformam em importantes cidades, é o caso de Araguaína.

Os municípios emancipados entre 1960 e 1980, praticamente todos, emergiram de povoados ao longo da rodovia. Em 1970 contavam 50 municípios e cidades, que permaneceram até a emancipação política e administrativa do estado, em 1988. Nesta ocasião, outros 12 municípios foram criados pela Assembléia Legislativa de Goiás e instalados juntamente com a nova Unidade Federativa (Tabela 04) (TOCANTINS, 2005).

A fragmentação territorial continuou bastante acelerada no Tocantins e, posterior a 1988, foram criados 77 novas unidades municipais em apenas 12 anos, totalizando os atuais 139 municípios (TOCANTINS, 2005).

A urbanização é simultânea com a rápida ocupação do espaço regional, portanto a cidade assume papel de interlocutora das necessidades da sociedade urbana e regional. Araguaína torna-se uma cidade média com características regionais até porque há uma fraca e seletiva rede urbana estadual.

O perfil urbano estadual é majoritariamente de poucas cidades com até 50 mil habitantes (3), representando as maiores aglomerações com raio de ação regional em meio à

profusão de cidades pequenas. Nesses três municípios residem a maioria da população estadual (27,4 e 33,0%), os demais 39,6% se subdividem em pequenas cidades, sobretudo com população entre 2 a 5 mil habitantes (64 municípios). A maioria é formada de núcleos de povoados de antigas bases da ocupação agropecuarista servindo, sobretudo, como bolsões de concentração de mão-de-obra para região (Tabela 4).

Tabela 4 – Tocantins. Número de municípios, segundo as classes de tamanho da população total (2010)

Classes de tamanho da população	Número de municípios		População dos municípios	
	Absolutos	%	Absolutos	% acumulado
Acima de 150.000	2	1,4	378.816	27,4
50.000 a menos de 100.000	1	0,7	76.755	33,0
40.000 a menos de 50.000	2	1,4	93.563	39,8
30.000 a menos de 40.000	2	1,4	62.167	44,3
20.000 a menos de 30.000	3	2,4	66.503	49,2
10.000 a menos de 20.000	16	11,5	200.399	63,7
5.000 a menos de 10.000	39	28	272.423	83,3
2.000 a menos de 5.000	64	46	217.277	99,0
Menos que 2.000	10	7,2	15.592	100,0
Total de Tocantins	139	100,0	1.383.495	100,0
Total da Amazônia	760	18,3(1)	24.074.677	5,7(1)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

Nota (1) Tocantins em relação à Amazônia

As principais cidades em termos de contingente populacional estadual encontram-se nos municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi, localizadas na porção central, ao norte e sul do estado. Estes municípios além de apresentarem urbanização de quase 100% estão limitados a único distrito, a sede, chegando a corresponder cidade com município em termos de população (Figura 2).

Observando o tamanho dos municípios, em Tocantins praticamente não há *urbanodiversidade* regional, a rede urbana é restrita às pequenas vilas e povoados e a três cidades de porte intermediário, ou cidades médias, de influência regional econômica e de população relativamente diminuta quando comparadas com outras cidades da Amazônia Oriental como Marabá (PA) e Imperatriz (MA). Na última metade de século, contudo, foi marcante a transformação socioespacial de Tocantins reproduzindo uma urbanização seletiva aos espaços econômicos, com graus que avançaram para índices de quase 80% da população, em 2010. Alguns municípios permanecem com características ribeirinhas tradicionais, vários surgiram e se adequaram ao padrão rodoviário e poucos mantêm o híbrido de ribeirinho com

rodoviário. Apenas para citar o caso em questão de Araguaína que pode ser considerada na condição de híbrida por manter relativa conexão com os rios Tocantins e Araguaia além de expandir-se às margens de rodovias estaduais e federais.

Os municípios de Araguaína e Gurupi estrategicamente localizados na Belém-Brasília foram priorizados no planejamento da Amazônia pelas vantagens locais e concentração de investimentos públicos, verificando-se clara posição do Estado em consolidar as cidades sede, sendo uma localizada na porção norte e outra no sul como pólos econômicos, concentrando recursos e realizando acumulação de capital na região (Mapa 3).

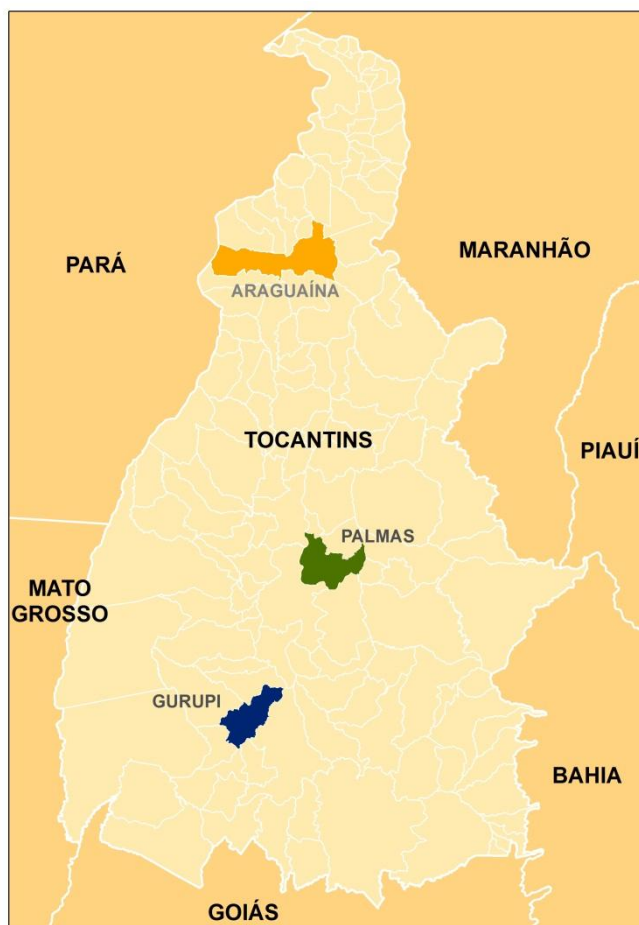
A década de 1960 foi um marco na realidade tocantinense. Os pequenos e isolados povoados do rio Tocantins sem importância regional passaram a cidades. Uma parte elevada de distritos a municípios em 14/11/1958, a maioria a partir das ações do Estado, sobretudo depois da construção da Belém-Brasília que fez consolidar importantes cidades de bases urbanas e de ação regional (IBGE, 1964).

Palmas, cidade construída, tal como Brasília, recebe o aporte de ações mais recentes e mantém certa continuidade na primazia dos investimentos públicos dadas sua condição de capital. A escolha da localização da capital foi uma maneira de enaltecer suas funções centrais no estado (Mapa 3).

A criação do novo estado ampliou as especulações e negociações para a sede da capital, condição que significava para a cidade escolhida concentração de volumosos investimentos. Neste pleito concorriam de maneira incisiva três cidades: Araguaína e Gurupi cidades emergentes e principais centros econômicos e Porto Nacional na margem direita do rio Tocantins e que surgiu como entreposto comercial no período aurífero ainda no século XIX, mantendo-se até a metade do século XX como principal cidade do norte de Goiás (BRITO, 2009; OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Brito (2009) o primeiro governo estadual representava oligarquia rural dominante e optou pela preferência da construção de capital planejada geograficamente localizada na porção central estadual e na margem direita do rio Tocantins. A escolha sofria influência de líderes políticos e atendia ao discurso recorrente, de estado novo e moderno.

Mapa 3 - Localização dos três principais municípios do Tocantins



Fonte: TOCANTINS, 2005; com modificações.

A sede provisória do governo, em 1989, esteve localizada em Miracema do Tocantins, com pouco mais de 25.000 hab. pois ficava próxima ao local de construção da capital definitiva. A capital provisória imediatamente sofreu um “boom” de investimentos e de população e no ano seguinte, quando deixou de ser sede estadual, um declínio acentuado. Atualmente possui apenas 20.692 hab. apesar da concentração econômica expressa no quarto maior produto interno bruto estadual (IBGE, 1991, 2010).

A cidade político-administrativa de Palmas não se limita a tais funções, também foi criada para ser capital econômica (BRITO, 2009). A construção de Palmas foi rápida. O lançamento da sua pedra fundamental foi em 20 de maio de 1989 e no ano seguinte havia descerrado sua placa de inauguração. Apesar de planejada logo de início já apresentava precária infraestrutura que foi se agravando com a urbanização. Dados do censo demográfico sintetizam a evolução de Palmas: em 1991 dispunha de população de 24.334 hab. evoluiu em 2000 para 137.355 e em 2010 para os atuais 228.297 residentes.

Palmas tem destaque na Amazônia Oriental. Ocupa a quarta posição em quantitativo de população, atrás apenas das cidades paraenses de Santarém (294.580) e Marabá (233.669); e de Imperatriz (247.505) no Maranhão.

Araguaína aparece como a sétima cidade em tamanho de população (IBGE, 2010) e foi superada na condição de principal centro de aglomeração populacional e econômico do Tocantins, condição mantida desde século XIX, até as primeiras três décadas do século XX.

A rede urbana regional está localizada em três cidades importantes pela concentração de capitais e pessoas, sobretudo pela função de centros regionais. As pequenas cidades dependem dos centros regionais, vinculados a outras cidades grandes nacionais e às vezes mundiais, a depender dos interesses capitalistas dominantes e dos ditames do processo de reprodução das relações de reprodução capitalista, com seus papéis na divisão territorial do trabalho.

Tocantins ainda é um estado cuja economia primária tem relativa expressão. O PIB estadual em 2008 foi composto de 15,48% da renda proveniente da agropecuária, 22,68% da indústria e 61,84% do setor de serviços. Em Araguaína, ao contrário, a maior fonte de riqueza é de origem terciária. O PIB municipal é proveniente na sua maior parte de serviços (71% do valor total) em seguida da indústria (24,69%), por último da agropecuária que contribui com somente 4,31% (IBGE, 2008b). Tal fato representa uma aparente contradição em relação ao cognome “cidade do boi gordo”. Merece, portanto, maiores explicações. Primeiro há que se admitir que boa parte da indústria beneficia produtos de origem agropecuária, segundo, boa parte do comércio se destina a insumos primários, a máquinas e implementos agrícolas e pecuários, conforme se discutirá nos capítulos seguintes.

O desenvolvimento desigual e combinado em Tocantins diferenciou três principais municípios e cidades: Palmas, Araguaína e Gurupi. Neles residem 455.582 pessoas ou quase 33% do total e mais de 37% do produto interno bruto tocaninense. O município e a cidade de Araguaína têm destaque na produção da riqueza estadual como segunda principal contribuição do PIB e pela urbanização intensa (Tabela 5).

Tabela 5 – Tocantins. Principais municípios em População Total, segundo Taxa de urbanização (2010) e PIB (2008)

Município	População Total 2010	Município	PIB (1) 2008	Taxa de urbanização % 2010
Palmas	228.297	Palmas	2.593.532	97
Araguaína	150.520	Araguaína	1.445.492	95
Gurupi	76.765	Gurupi	851.170	97
Porto Nacional	49.143	Miracema do Tocantins	525.515	86
Paraíso do Tocantins	44.432	Porto Nacional	442.102	95
Colinas do Tocantins	30.879	Paraíso do Tocantins	423.904	96
Araguatins	31.324	Peixe	276.900	64
Guaraí	23.212	Lagoa da Confusão	244.334	91
Tocantinópolis	22.608	Guaraí	239.112	81
Miracema do Tocantins	20.692	Colinas do Tocantins	237.279	86

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010; Produto Interno Bruto dos Municípios 2008b. Org. do autor
 Elaboração: Roberto Antero da Silva
 Nota: (1) PIB a preços correntes

As rápidas transformações socioespaciais na cidade de Araguaína com a concentração de investimentos e de bens e serviços não se fez de repente, apesar de em menos de meio século se verificar importantes mudanças.

5.3 ARAGUAÍNA: ENTRE RODOVIAS, RIOS E PEQUENAS CIDADES

Os dados demográficos, econômicos e sobre as vias de circulação permitem sucinta caracterização da região em estudo. A conformação socioespacial é entendida do processo de produção e transformações das relações sociais da sociedade e expressam desenvolvimento desigual combinado que parte das principais cidades para formar as diferentes regiões brasileiras.

Cidade e região de espaço urbano regional de contradições entre a imensidade de espaços destinados aos pastos da pecuária bovina, com quase todos os municípios de pequeno porte, basicamente fornecedores de reserva de trabalho, também pecuarista, além de terciários. Contudo são as atividades terciárias que fazem diferença em Araguaína. O elevado índice de urbanização produz centralidade de porte regional, caracterizando-se como centro de decisões regionais, de centralização e de circulação de mercadorias. Parece que tudo converge e tudo parte de Araguaína. Se o PIB da agropecuária lhe atribui inexpressiva

condição de produtor capitalista, ao contrário sua economia terciária lhe confere papel de principal centro distribuidor e fornecedor de bens e serviços da região. Realizar a acumulação, afinal, é tão importante quanto produzir. As cidades regionais são importantes para as cidades industriais que produzem a mais valia, mas não a realizam. Como diz Lefebvre (2008, p. 124) a cidade “concentra as riquezas, o poder, os meios do poder, a informação, o conhecimento, a ‘cultura’ etc.”. Se concentrar tudo é porque há movimento centrípeto que na sequência terá movimento contrário, centrífugo, ou em direção a outros lugares.

A região de Araguaína é bastante recortada por rodovias (federais e estaduais), rios perenes e ferrovia. A rodovia Belém-Brasília conecta a região ao centro econômico nacional, via Goiânia (GO) e Brasília chega ao sudeste e sul brasileiro e de lá partem produtos industrializados para consumo regional. Pela rodovia e ferrovia a produção estadual é escoada para o mercado mundial, via porto de Itaqui em São Luiz (MA). Entretanto a região ainda mantém fortes vínculos com seus dois rios, Araguaia e Tocantins (TOCANTINS, 2005; VALEC, 2010).

A maioria da população regional sobrevive em situação de extrema carência de infraestrutura básica, serviços públicos e privados e de equipamentos urbanos; contrastando com o poderio econômico e territorial exercido por grupo da atividade pecuarista. A maioria dos serviços públicos e privados e dos equipamentos urbanos está concentrada na cidade. Os serviços privados atende uma elite que tem poder aquisitivo. Isto não garante o usufruto coletivo da população trabalhadora, nem da local ou menos regional.

A região mantém relações comerciais diretamente com o mercado mundial, também é cenário de conflitos vivenciados pela população trabalhadora que busca sua reprodução, numa sociedade que se mantém na reprodução das relações sociais de produção e de poder.

A cidade e a região, localizadas no norte estadual, compreendem extensão territorial de 17 municípios com seus respectivos distritos sede¹¹. Ao leste o rio Tocantins faz a divisa com o estado do Maranhão e a oeste o rio Araguaia é divisor com o Pará; ao norte limita-se com a microrregião do Bico do Papagaio e ao sul com a de Miracema do Tocantins (Mapa 01).

A população da região de 278.791 habitantes corresponde a 20,1% da estadual, a segunda microrregião em quantitativo de população que se encontra distribuída de forma irregular pelo território regional: a densidade demográfica regional é de 8,64 hab./km², bem abaixo da média brasileira de 22,43 e bem acima da média estadual 4,98 hab./km². Os municípios da região apresentam maior densidade demográfica, tanto Araguaína (37,62) e

¹¹ Apenas Filadélfia possui um segundo distrito: Bielândia

Colinas do Tocantins (36,54), mas há casos extremos de menor densidade tais como Palmerante (1,88) e Bandeirantes do Tocantins (2,02) com a menor taxa (Tabela 06).

A maior concentração populacional ocorre no município de Araguaína com 150.520 habitantes, quantidade superior à metade da população regional. O segundo maior contingente absoluto é de Colinas do Tocantins, porém bem diferente de Araguaína, com apenas 30.879 habitantes. Quatro municípios possuem população entre onze e dez mil habitantes; outros cinco têm população entre oito e cinco mil habitantes; enquanto os demais possuem abaixo de cinco mil pessoas.

Com taxa de urbanização em 64%, a distribuição da população na região também segue um padrão desigual. As maiores concentrações ocorrem em Colinas do Tocantins com 96% e em Araguaína com 95% das pessoas consideradas moradores urbanos; de outro modo Aragominas com 37,9% e Piraquê 38,4% possuem menor percentual de urbanização. O município de Araguaína possui único distrito, a sede municipal, e, portanto, em termos de habitação e de população coincidem município e cidade.

Entre o censo demográfico de 2000 e 2010 o crescimento demográfico foi de pouco mais que 21,5%. O mais significativo foi em Araguaína cujo aumento foi acima de 33% no total de habitantes. Filadélfia com 3% e Babaçulândia com 2% obtiveram reduzido crescimento populacional. Os casos de Aragominas, Arapoema e Xambioá ainda são emblemáticos pela perda populacional, requerendo melhor análise, especialmente com relação à migração intra-regional. Os habitantes destes municípios reduziram entre os censos, declinando a população no primeiro em 5% (IBGE, 2000, 2010).

Tabela 6 – População e densidade demográfica dos municípios da região de Araguaína-TO (2000- 2010)

Municípios	Total da população em 2000	Total da população em 2010	Total da população urbana em 2010	Total da população rural em 2010	Densidade demográfica em 2010
Aragominas	6.180	5.882	2.230	3.652	5,01
Araguaína	113.143	150.520	142.963	7.557	37,62
Araguanã	4.193	5.030	3.386	1.644	6,02
Arapoema	7.025	6.742	5.455	1.287	4,34
Babaçulândia,	10.329	10.446	4.931	5.515	5,83
Bandeirantes do Tocantins	2.608	3.124	1.685	1.439	2,02
Carmolândia	2.008	2.305	1.813	492	6,82
Colinas do Tocantins	25.301	30.879	29.649	1.230	36,54
Filadélfia	8.218	8.502	5.538	2.964	4,28
Muricilândia	2.680	3.152	1.800	1.352	2,66
Nova Olinda	9.385	10.686	7.465	3221	6,82
Palmeirante	3.610	4.954	1.926	3.028	1,88
Pau D'Arco	4.335	4.588	2.900	1.688	3,33
Piraquê	2.360	2.920	1.122	1.798	2,14
Santa Fé do Araguaia	5.507	6.599	4.374	2.225	3,93
Wanderlândia	10.273	10.978	5.862	5.116	8,00
Xambioá	12.137	11.484	9.738	1.746	9,68

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e 2010.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

. Metade das cidades é formada do recente processo de urbanização associado ao fenômeno de emancipação municipal pela fragmentação territorial, intensificada após a implantação do estado de Tocantins. A maioria é de pequena cidade, com escassos equipamentos urbanos públicos, pouca geração de empregos e investimentos públicos. Comungam extrema dependência de repasses de recursos federais pelo Fundo de Participação dos Municípios. Predominam atividades econômicas ligadas ao setor primário, especialmente a pecuária de corte e bem menos a agricultura de subsistência. O setor terciário tem maior relevância em Araguaína, bem como nas pequenas localidades.

A distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2008 é composta por 15,48% da agropecuária, 22,68% da indústria e 61,84% do setor de serviços, com evolução nos setores agropecuário e industrial na última década (IBGE, 2008).

A região registra o segundo maior PIB estadual, superada apenas pela região de Porto Nacional do qual faz parte a capital. A composição do PIB regional tem influência da estrutura setorial de Araguaína com maior expressão em serviços (61,84%) e indústria (22,68%), exceto no destaque agropecuário, onde a região atingiu 16% da renda interna, quando Araguaína fazia apenas 4% (IBGE, 2008). Ressalte-se, contudo, que quase toda indústria de Araguaína tem origem primária e que seu comércio é bastante voltado para este

setor seja como fornecedor de materiais e insumos de produção seja como prestador de serviços. Outro ponto a considerar trata-se da função regional da cidade de Araguaína que oferece produtos e serviços não apenas para população e atividades municipais, mas para uma rede de cidades da região que se destaca como produtora primária.

A economia regional expressa as desigualdades regionais entre setores econômicos e municípios. O município de Araguaína concentra 58% da riqueza regional. Nas cidades de maior aglomeração de população, Araguaína e Colinas do Tocantins, o setor de serviços é expressivo; nas demais cidades (15) ainda é importante a agropecuária que concentra 97,5% do PIB municipal. Em Muricilândia, Piraquê e Santa Fé do Araguaia a agropecuária tem papel a desempenhar em sua economia, pois responde com 50% do PIB municipal (IBGE, 2008).

Se Araguaína ainda mantém esse cognome de “cidade do boi gordo” deve-se a esta relação de cidade regional que atende à sua região e a seu município, de tal modo que ainda se podem constatar na malha urbana algumas centralidades importantes da agropecuária.

A circulação de pessoas e mercadorias realiza-se principalmente pelas rodovias da região. A principal é a rodovia federal Belém-Brasília além de outras rodovias estaduais, os rios Araguaia e Tocantins, e mais recentemente a ferrovia Norte-Sul. Araguaína e mais três cidades da região estão localizadas no eixo rodoviário central do estado, a rodovia Belém-Brasília.

Foto 1 – Rodovia Belém-Brasília



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2010).

Foto 2 – Av. Bernardo Sayão na área urbana de Araguaína



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2010).

A rodovia Belém-Brasília corta em sentido norte-sul longitudinal quase todo o Tocantins. Numa metafórica comparação, o traçado rodoviário forma o desenho de uma espinha de peixe; com a grande rodovia ao centro e o meandro nos vales dos rios Tocantins e do Araguaia, de onde partem as rodovias secundárias (Fotos 2 e 3).

Na rodovia federal o fluxo de pessoas e cargas é intenso. As cargas com produtos industrializados chegam do sudeste brasileiro e fazem conexão para o norte e nordeste do Brasil. A rodovia na zona urbana de Araguaína, na parte duplicada, denominada de Avenida Bernardo Sayão, constitui infraestrutura de apoio à produção local e nacional (Figura 03).

Na região as rodovias estaduais são vias de circulação intra-regional que também possibilitam deslocamentos inter-regionais. As rodovias não detêm exclusividade, pois são combinadas ao transporte fluvial nos principais rios. A rodovia TO-222 atravessa a cidade de Araguaína no sentido leste/oeste e é a principal conexão com região e estados limítrofes, a leste com os municípios de Filadélfia e Maranhão pelo município de Carolina (MA); e a oeste com Aragominas, Muricilândia e Santa Fé do Araguaia, entrando no estado do Pará pelos municípios de Floresta, Piçarra e São Geraldo do Araguaia. A rodovia Belém-Brasília conecta diretamente três municípios, Nova Olinda e Colinas do Tocantins no sentido sul, e Wandalândia ao norte (Tabela 7).

Tabela 7 – Vias de circulação regional e distâncias para Araguaína-TO

Municípios	Distância em relação à Araguaína	Rodovia de acesso	Situação da rodovia
Aragominas	39,5	TO-222	Pavimentada
Araguanã	118,5	TO-222/TO-164	Pavimentada
Arapoema	156	BR-153(Belém-Brasília) /TO-230	Pavimentada
Babaçulândia,	62	TO-222/TO-434	Pavimentada
Bandeirantes do	95	BR-153/TO-230	Pavimentada
Tocantins	35	TO-222/TO-164	Pavimentada
Carmolândia	107	BR-153	Pavimentada
Colinas do Tocantins	106	TO-222	Pavimentada
Filadélfia	62	TO-222	Pavimentada
Muricilândia	59	BR-153	Pavimentada
Nova Olinda	125	BR-153/TO-226 ou TO-335	BR-153 pavimentada, TO-226 leito natural e TO-335 em obras
Palmeirante	252	BR-153/TO-230	Pavimentada
Pau D'Arco	93	BR-153	Pavimentada
Piraquê	69,5	TO-222	Pavimentada
Santa Fé do Araguaia	52	BR-153	Pavimentada
Wanderlândia	143	TO-222	Pavimentada
Xambioá			

Fonte: TOCANTINS, 2005 e Google mapas.
Elaboração: Roberto Antero da Silva

As rodovias de circulação interna e regional estão pavimentadas em bom ou regular estado de conservação, garantindo acessibilidade aos passageiros e às cargas de fluxo urbano-regional e inter-regional. A rodovia Belém Brasília é importante eixo de circulação de pessoas e mercadorias entre as grandes regiões brasileiras, conferindo à Araguaína situação privilegiada no entroncamento rodoviário.

Os rios Tocantins e Araguaia ainda são vias de circulação inter-regional importantes. Os municípios de Araganã, Xambioá, Santa Fé do Araguaia e Pau D'arco têm como limite entre o estado do Pará o rio Araguaia, o mesmo ocorre em Filadélfia margem do rio Tocantins extremado com o Maranhão (Tabela 2). Em todos estes casos a única forma de chegar aos estados vizinhos é atravessar o rio por meio de pequenas e/ou grandes embarcações, as balsas (Foto 3).

As balsas transportam de lado a outro do rio, de território estadual a outro, pessoas, automóveis de passeio, caminhões e ônibus. O tempo médio do percurso é de 30 a 60 minutos. O transporte interestadual também é realizado por barcos e canoas, assim como a circulação entre as cidades ribeirinhas. As duas pontes mais próximas distam entre 120 km e

150 km de Araguaína, uma no município de Arguanópolis divisa com Maranhão e outra Araguacema limitando com o Pará.

Foto 3 – Travessia do rio Tocantins entre Filadélfia (TO) e Carolina (MA);



Fonte: Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2010)

Até a construção da rodovia Belém-Brasília, entre vales dos rios Tocantins e Araguaia, o sistema de transporte era quase exclusivamente hidroviário. O governo estadual discute projeto de transporte “multimodal” de rodovias, hidrovias Tocantins e Araguaia e a ferrovia, com finalidade de baixar custos da produção e aumentar a competitividade tocaninense.

Recentemente, a ferrovia Norte-Sul chegou ao Tocantins com trilhos construídos até Palmas. Desde 2009, dispõem-se de plataforma multimodal em Araguaína para embarque e desembarque exclusivo de cargas. O agronegócio regional, principalmente de soja, beneficia-se da ferrovia e do porto de Itaquí na capital maranhense para acessar mercado mundial (VALEC, 2010).

Parte desta infraestrutura regional serve a cidade, bem como a modela, restringindo e direcionando sua malha urbana, sua valorização e modificando as condições do *habitat*, sobretudo das camadas da população de menor poder aquisitivo.

5.4 A URBANIZAÇÃO DE ARAGUAÍNA: ENTRE RODOVIAS E ESPAÇOS DE MIGRANTES

A explosão urbana e aglomeração de população chamam atenção pela rapidez do processo. Como na terminologia de Lefebvre seu espaço urbano implode-explode com rápida e desigual urbanização periférica, que na cidade se limita a atender à infraestrutura econômica, negando as centralidades ou a reunião dos principais bens e serviços para a maioria da população trabalhadora.

Compreender a urbanização de Araguaína passa pelo entendimento como causa e consequência de intensa mobilidade espacial da classe trabalhadora com a finalidade de reprodução da força de trabalho também ao mesmo tempo condição de acumulação capitalista. Essa população, em geral, sai ou é expulsa do campo transformada em proletariado, expropriada de suas terras e portadora, apenas, da sua força de trabalho pelo avanço capitalista no campo. Se à primeira vista a explosão demográfica é um problema urbano, antes de tudo expressa problema anterior no campo. Desde a primeira ocupação que há uma negação da classe que vive do trabalho.

O território do município de Araguaína inicialmente definido pela tribo dos índios Carajás, habitantes da região entre os rios Andorinhas e Lontra, afluentes da margem direita do rio Araguaia. Hoje, essa população é minoria e restrita a pequeno território administrado pela FUNAI¹².

A colonização branca a partir de famílias procedentes do estado do Piauí, registrada como em 1876 e por João Batista da Silva e sua família, ocupou a margem direita do rio Lontra. Os colonizadores dedicaram-se a atividades agropastoris para subsistência, com algumas tentativas de produção de café para comercialização que não foram bem sucedidas pela dificuldade de escoamento (ARAGUAÍNA, 2004).

Inicialmente conhecida por Livre-nos Deus, pelo temor aos ataques indígenas e de animais, expandiu-se com a chegada de outros migrantes até chegar à categoria de povoado Lontra, que bastante isolado, não progrediu rapidamente. Apenas em 1925, com a chegada de novas famílias migrantes ergueu-se o primeiro templo católico dedicado ao Sagrado Coração de Jesus; e em 1936 chega o primeiro destacamento policial (ARAGUAÍNA, 2004).

Desmembrou-se primeiro dos municípios de São Vicente do Araguaia, atual Araguatins, depois do município de Boa Vista do Tocantins, agora Tocantinópolis. Com a criação do município de Filadélfia em 1948, foi anexado a este, passando a receber a denominação de Araguaína. Transformado em distrito em 1954 e pela Lei Estadual nº 2.125, de 14 de novembro de 1958, chegou à condição de município. Hoje conta com 53 anos de emancipação municipal (IBGE, 1964).

A abertura da rodovia Belém-Brasília decretou fim do antigo eixo de circulação regional pelo transporte rodoviário, opção mais rápida e de menor custo financeiro. As

¹² Os remanescentes estão bastante miscigenados, apesar de ocuparem reserva indígena às margens do rio Araguaia, no próprio município, próximo a cidade de Pau D'arco, região de Araguaína.

transformações espaciais marcariam definitivamente seu território, deixando no tempo o antigo e isolado povoamento de Livre-nos-Deus, assumindo feições de cidade de importância econômica e social regional.

Gaspar (2006) informa que em 1945 o povoado Lontra/Araguaína era traçado por apenas duas ruas e evoluiu para sete ruas em 1958, quando se torna cidade sede, embora com estrutura pouco definida, para abrigar cerca de 2.000 moradores. Na década de 1960, ainda se estruturava comercialmente com lojas de tecidos, comércio de secos e molhados, serviços de dormitórios, hotéis, danceteria, cinema, restaurante e cooperativa de produtores rurais.

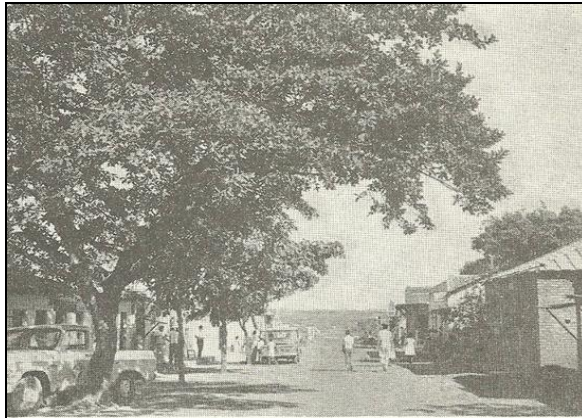
A economia primária centrada no principal produto o coco babaçu, seguido pelo arroz, amendoim e algodão, além da extração de madeira e peles de animais silvestres, que por meio de intermediários de Anápolis-GO chegavam até o Sudeste brasileiro. As principais empresas especializadas em comercializar a produção local, são filiais de empresas de Goiânia e Anápolis (VALVERDE e DIAS 1967).

Em 1965 as transformações no espaço araguainense, com a emergência comercial em sua principal Avenida a Cônego João Lima permitem uma descrição da cidade com certo nível de especialização “há casas em construção e um comércio desordenado, rústico, embora com certas lojas especializadas: casa de fazendas, barbeiro, relojoeiro, até instituto de beleza. Isto junto com vendas que negociam de tudo!” (VALVERDE e DIAS, 1967, p. 205, 208).

Nas fotos 4 e 5¹³ visualiza-se a modernização da Avenida Cônego João Lima entre dois períodos diferentes; no período atual sendo a principal via de circulação urbana e comercial.

¹³ As fotos não representam uma comparação do local exato da Avenida Cônego João Lima.

Foto 4 – Avenida Cônego João Lima (1965)



Fonte: VALVERDE e DIAS (1967, p. 2006).

Foto 5 – Avenida Cônego João Lima (2010)



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2010).

Araguaína sofre influência dos mercados do sudeste brasileiro, seu ritmo de crescimento populacional e econômico torna-se intenso, sendo destino de capitais e de migrantes, exercendo a função de principal centro econômico e de população do antigo norte de Goiás.

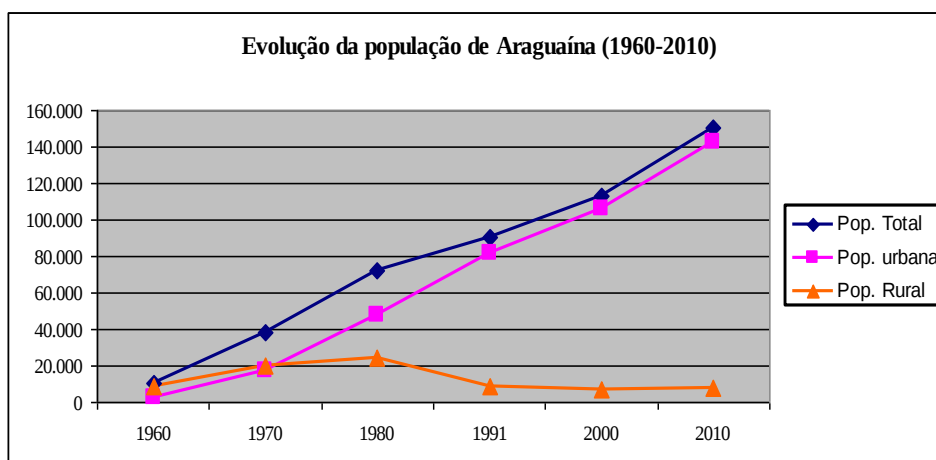
Segundo Becker (1982) com a expectativa de abertura da rodovia Belém-Brasília agricultores sem terras posseiros, sobretudo nordestinos se deslocavam para a região, que após beneficiarem as matas, foram expropriados, migraram para pequenos povoados e periferias de cidades.

A migração teve papel fundamental na conformação e manutenção da fronteira econômica na Amazônia: primeiro com a vinda de pequenos agricultores posseiros que beneficiaram as terras para serem posteriormente expropriados por grandes fazendeiros de pecuárias; depois com a formação de reserva de mão-de-obra nas cidades, tornados

trabalhadores temporários e moveis funcionais para o capitalismo ampliado pela mobilidade pendular de idas e vindas entre cidade e campo, na rede de cidades.

As ações estatais para Amazônia como a construção da rodovia Belém-Brasília; a concentração de capitais, dos incentivos fiscais e financeiros para agropecuária e melhorias na infraestrutura incentivaram a migração para o município de Araguaína, conforme censo demográfico em 1960 já possuía população de 10.826 habitantes, sendo maioria 78,8% residente do campo.

Gráfico 2 – Evolução da população de Araguaína (1960 -2010)



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
Elaboração: Roberto Antero da Silva

A explosão urbana verificada entre 1960 e 2010 foi espetacular a forte expansão urbana desde anos 1960 e com perda de população rural, declinante desde anos 1980. Há cinquenta anos o grau de urbanização foi de 22% e, em 1970 a população do campo é ultrapassada, com 67% dos moradores urbanos, chegando a 95% em 2010 (Gráfico 2).

O declínio da população residente no campo é significativo e evidencia o avanço do processo capitalista com seus conflitos de classes, expulsando pequenos agricultores e proprietários migrantes, na maioria posseiros, para a cidade que na estratégia de sobrevivência constitui e alarga as periferias da cidade de Araguaína. O trabalhador do campo na cidade torna-se um bóia-fria no campo e ao mesmo tempo um ambulante na cidade, perversamente inserido.

Em 1970 Araguaína possui população de 37.915 habitantes superando tradicionais cidades localizadas nas margens do rio Tocantins, como Porto Nacional (31.517), Tocantinópolis (23.659), Miracema do Tocantins (20.285), Babaçulândia (14.661) e Filadélfia (14.884); estas duas últimas compõem a região de Araguaína (TOCANTINS, 2003, IBGE, 1970).

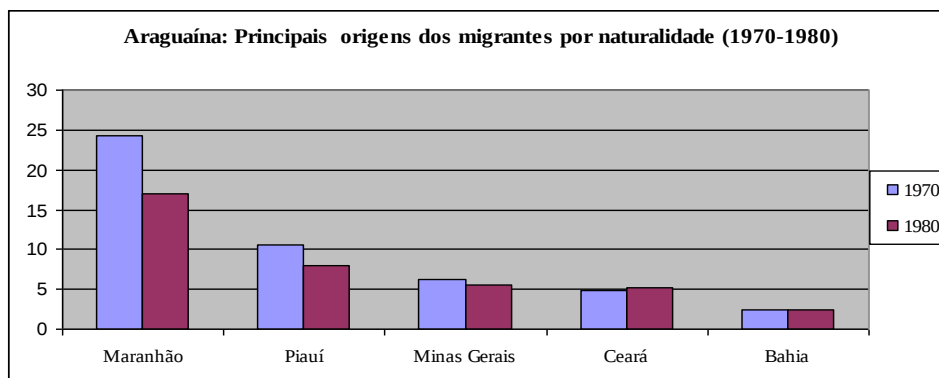
Araguaína é caso exemplar desta mobilidade da população trabalhadora que se faz presente e constante no espaço, com um incremento de população próximo a 1.300% em meio século. Na última década o município teve aumento de habitantes ainda expressivo e superior a 33% (Gráfico 02). A estrutura setorial da economia não comportaria tantos trabalhadores, salvo não fosse a necessidade capitalista de mantê-los em reserva para constante mobilidade do trabalho e mobilidade geográfica na região e entre regiões (ARAÚJO, 2007).

Com localização estratégica no contanto entre Nordeste e Amazônia Araguaína torna-se importante ponto de passagem de migrantes, principalmente nordestinos formando uma população flutuante que habita temporariamente a cidade com melhores possibilidades de crescimento econômico e de trabalho.

Para Araújo (2007) a mobilidade da população se desenvolve a partir da relação entre espaço, capital, e população (trabalho), dispondo dos mesmos condicionantes de produção social do espaço, em que a “mobilidade da força de trabalho é colocada como uma condição necessária à gênese do capitalismo e durante todo seu desenvolvimento” (p. 161).

Em 1970 a população era de 37.915, já sendo mais expressiva os residentes na cidade, concentrando 54% dos habitantes totais do município, embora o campo também elevasse seu contingente populacional. Em 1980 a população chega a 72.069 habitantes. O campo predominantemente de posseiros é apropriado por grandes fazendeiros que expropria pequenos agricultores relegados a engrossar as periferias das cidades da região. Entre as décadas o incremento da população total foi de 90%, enquanto no campo de somente 18% (Gráfico 2).

A população da cidade supera a do campo com taxa de urbanização de 67% em 1980. Tendência que é confirmada na década seguinte, com uma transferência de população do campo para a cidade. Verifica-se uma redução da população do campo a quase um terço em 1991, em resposta ao processo de desmonte da agricultura de subsistência, substituída pela pecuária extensiva realizada por grandes latifúndios, causando êxodo rural e inchaço das cidades. Em 2010, a população urbana representa 95% da total (Gráfico 2).

Gráfico 3 – Araguaína: principais origens dos migrantes por naturalidade (1970-1980)

Fonte: IBGE: Censo Demográfico, 1970, 1980.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

A mobilidade de população entre as décadas de 1970 e 1980 para Araguaína expressa, simultaneamente o processo de migração e de urbanização. Os agricultores nordestinos sem terras provinham principalmente do Maranhão e Piauí e deram origem a novos fluxos de migrantes dessas localidades de tal modo que em Araguaína quase metade dos residentes são naturais dos estados do Maranhão, Piauí, Minas Gerais, Ceará e Bahia, reiterando a condição do Nordeste brasileiro como fornecedor de mão-de-obra para Amazônia (Gráfico 3).

Na década de 1980 Araguaína eleva sua influência econômica nas cidades do entorno, principalmente por funções comerciais e de serviços. A população dobra de tamanho passando a 72.069 habitantes e a cidade cresce rapidamente pelo acúmulo de capital proporcionado pela pecuária.

É na sede do Município de Araguaína que estão concentradas as funções urbanas, isto é, quase todas as atividades comerciais, administrativas e financeiras e os serviços sociais existentes na área. Assim, Araguaína exercem um forte processo de polarização sobre a sua área de influência, em função de sua expressão econômica e demográfica [...] seja pelos equipamentos públicos de âmbito regional, seja por sediar investimentos privados estruturadores de uma rede de serviços [...] a sua polarização está ligada diretamente aos de Arapoema, Babaçulândia, Colinas do Tocantins, Filadélfia, Goiatins, Itapora, Presidente Kenedy, Xambioá, Pedro Afonso, Guaraí e Itacajá (AJARA, 1991, p. 40).

Sedia os principais equipamentos públicos de função regional, ao tempo que apresenta na morfologia urbana a falta de infraestrutura social para a população, uma contradição das cidades capitalistas de opulência e miséria. A riqueza da pecuária sinalizada pelos caminhões gaiola de transporte do gado e pelas caminhonetes novas, marcantes na paisagem urbana.

Homens com imensos chapéus de vaqueiro, falando alto pelos bares, tomando uísque estrangeiro. Carros último tipo cruzando as ruas a toda velocidade, ignorando sinais de trânsito e pedestres. As calçadas sujas, o

cheiro forte das gaiolas, os transboiadeiros que levam gado de um lado para o outro (KOTSCHO, 1981, p. 59).

É a marca da fronteira agrícola com face urbana de rápido crescimento econômico, com finalidade de acumulação.

O adensamento populacional não mantém o mesmo ritmo nas décadas seguintes, embora se mantenha crescente em torno de 25% constituindo 90.237 habitantes em 1991 e chegando a 113.143 no ano 2000.

A construção de Palmas, na década de 1990, concorre com Araguaína na atração dos investimentos, sendo rapidamente superada pela capital como principal centro de aglomeração de população e economia. Na última década, Araguaína mantém crescimento de população em índices superiores a 30%, chegando aos atuais 150.520 habitantes.

O sitio e o tecido urbano da cidade é condicionado nas vias de circulação da região, segue o traçado das duas principais rodovias. A Belém-Brasília foi principal via de acesso ao povoamento da cidade a rodovia federal teve papel determinante da organização seu sitio urbano estendido no sentido Norte-Sul com a maior parte da cidade localizada a leste da rodovia (Mapa 4).

Foto 6 – Vista parcial da cidade de Araguaína



Fonte: Arquivo do fotógrafo Ulisses Holanda.

A rodovia TO-222 é importante via de articulação com a região e com maior parte da cidade organizada em sua porção norte demarcando num formato de triângulo o sitio urbano, delimitado com as rodovias. A TO-22 corta perpendicularmente a rodovia federal e ligando-se ao leste com o Maranhão e a Oeste com o Pará. No perímetro urbano recebe o nome de Avenida Filadélfia, sendo importante nó de circulação interna (Mapa 4).

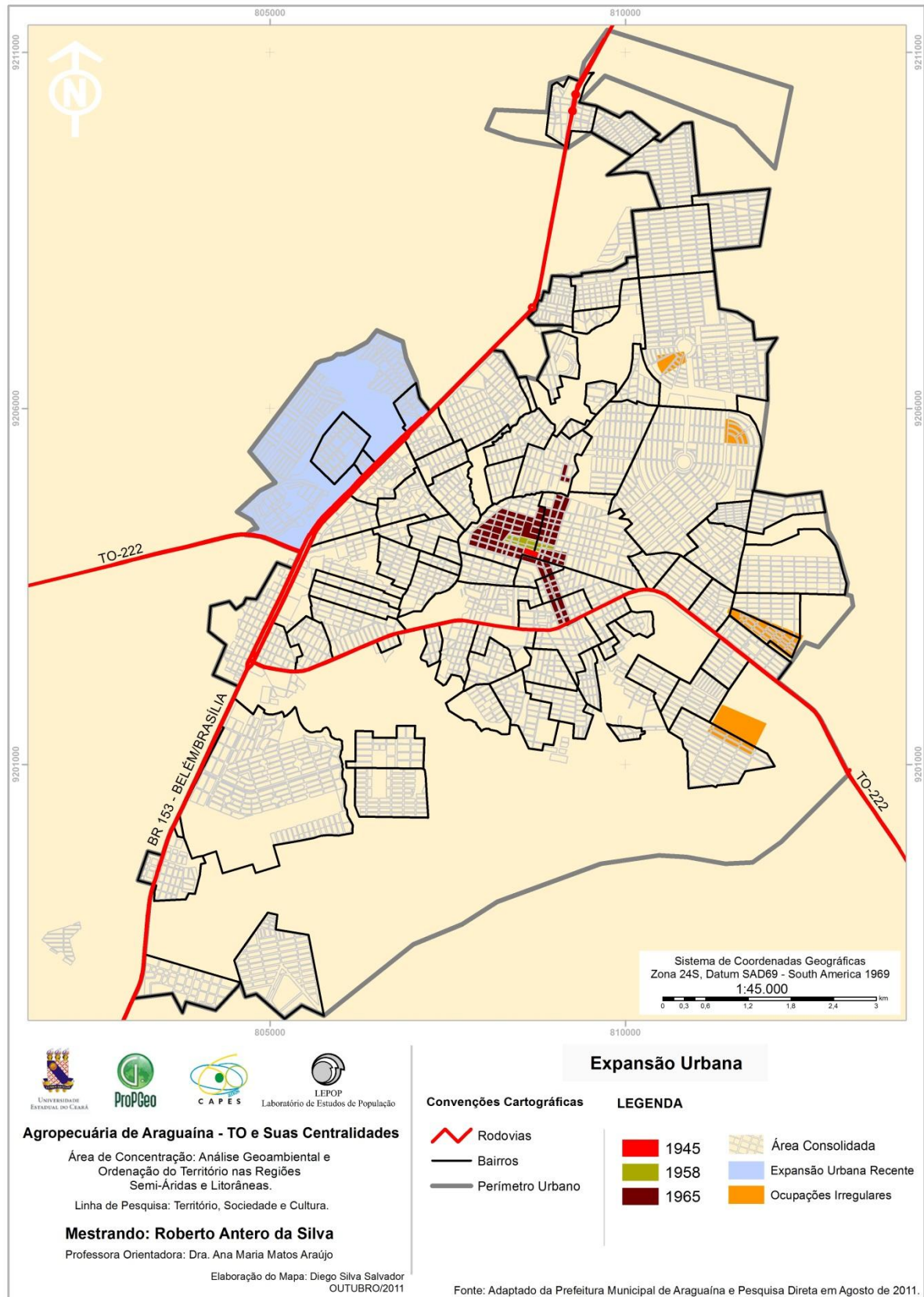
As principais vias de circulação intra-urbana também seguem o mesmo traçado, conectando-se com as rodovias e todos de forma direta ou indireta, levam para o eixo central

de escoamento e de circulação: a Belém-Brasília. Dentre as mais importantes na circulação da cidade as avenidas Cônego João Lima, Santos Dumont, 13 de Maio, Castelo Branco, 1º de Janeiro, Prefeito João de Sousa Lima, Bernado Sayão (paralela a Belém-Brasília), e Filadélfia.

O centro da cidade em parte ainda coincide com o centro histórico. Três principais Avenida estruturam o centro da cidade, a Cônego João Lima, 13 de Maio e a 1º de janeiro, limitados a oeste pela Rua Neblina e ao leste com a Praça da Bandeira. O principal corredor comercial é a Avenida Cônego João Lima, que funciona para trânsito de veículos apenas com uma mão no sentido oeste-leste (Mapa 4).

As principais avenidas que formam o centro comercial são cortadas e flanqueada por ruas comerciais secundárias onde está concentrado o comércio varejista, serviços e instituições financeiras, o poder público municipal executivo, legislativo e judiciário. Nos arredores do centro concentram-se também ruas de especialidades em saúde, igrejas católicas e evangélicas e um tradicional mercado.

Mapa 4 – Expansão urbana de Araguaína



A Praça da Bandeira delimita o centro comercial da cidade e adquire também grande importância como principal nó de Araguaína possibilitando ligação com a rodovia Belém Brasília e TO-222. Cruzam a praça as Avenidas Cônego João Lima e Castelo Branco, vias de acesso e saída pela rodovia federal e as Avenidas e 1º de Janeiro e João de Sousa Lima acessos para a rodovia estadual.

A expansão urbana limitada inicialmente às proximidades da rodovia federal começa a ter novos aspectos com a inclusão de novas áreas a oeste da Belém-Brasília (Mapa 4).

Araguaína é uma cidade com explícitas contradições com seus bairros periféricos apresentando frágeis construções com uma população carente de serviços e infraestrutura social que contrastam com a força econômica regional e mesclam-se na paisagem urbana com bairros elitizados e populares. Verifica-se também a ascensão de uma verticalização com prédios comerciais no centro da cidade, mas também com apartamentos denominados para moradia.

Soam como discordantes e distantes os marketings e discursos econômicos construídos para a cidade como o de “capital tocantinense do boi gordo¹⁴” e de “Metrópole do futuro¹⁵”, quando se analisa as contradições e conflitos vivenciados no espaço urbano nas ocupações e invasões em especial de migrantes que continuam atraídos pela possibilidade de reproduzir a força de trabalho e que encontram carência generalizada de equipamentos, infraestrutura e serviços públicos.

[...] as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os às regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (LEFEBVRE, 2008, p. 160)

A fragmentação do espaço urbano é característica da cidade arquitetada pelo capitalismo. A contradição do espaço ocorre com a oferta do encontro da simultaneidade possibilitada pela centralidade, no entanto a separação espacial de classes não permite a todos o encontro.

A presença de antigos e recentes migrantes nordestinos residindo em bairros com denominações simbólicas de suas origens, como vila Piauí, vila Cearense e vila Maranhão são indicativos da urbanização de Araguaína e em função da mobilidade de capital, seguida da

¹⁴ Lei estadual nº 2.060, de 17 de junho de 2009, publicado no diário oficial nº 2.914.

¹⁵ Revista Veja - Edição 2180 - ano 43 - nº45 de 28/08/2010

mobilidade de trabalhadores para reprodução da força de trabalho, condição inseparável do processo de acumulação.

A vila Piauí teve formação como área de ocupação, no final da década de 1970, por migrantes nordestinos, principalmente piauienses. Localizada próxima à margem direita da rodovia Belém-Brasília a vila Piauí mantém algumas residências com suas características originais, são casas de madeira ou terrenos constantemente parcelado por casas construídas por tijolos para abrigar filhos e novas famílias.

A migração, por etapas, se fez com um fluxo de origem regional, diretamente para o campo e a partir do avanço da pecuária e expropriação dos pequenos produtores de suas terras a migração direciona-se principalmente para a cidade.

Um dos migrantes antigos explica motivos de vinda e como foi incorporado na força de trabalho local: “sou do Ceará, de Mombaça. (...) Fugi da seca (...) viemos na década de 1970 (...) era trabalhador em fazenda de pessoas. (...) Vim direto para o sul de Goiás, depois para Araguaína” (Pesquisa direta, agosto de 2011). Neste período a terra já estava em posse de grandes fazendeiros, os agricultores migrantes eram incorporadas como mão-de-obra para trabalhos precários, como a *juquirá*, trabalho de roçagem na formação de pastagens, após a derrubada da mata realizada por tratores.

A força de trabalho também incorporada na cidade, torna a periferia urbana o destino da maioria dos migrantes nordestinos. Pioneiro na vila o senhor José Romão resume sua história de migrante:

Porque naquela época teve uma temporada ruim, (...) você plantava e quando o milho começava bonecar, o arroz começava a cachear não havia chuva suficiente para desenvolver a lavoura que se perdia. Foi uns dois anos nessa penúria. (...) O pobre diz assim: neste ano não deu certo, mas no outro ano quem sabe? (sorrisos) a fé é transferida para o outro ano. Aí eu disse, não menino, já que o velho (o sogro) está lá (em Araguaína), nós vamos embora pra lá. Aí eu peguei o barraquim e vendi e toquei para cá com a turma [esposa, filhos (as), genros (as)]. Assim quando eu cheguei aqui nós trabalhamos na estiva descarregando caminhão, aqui mesmo na cidade e nesses povoados aí afora, fazendo entrega. (Pesquisa direta, 2011)

Na estratégia de ocupação constata-se o que Carleial (2002) denomina como “rede social de migrantes”. Nordestinos que chegavam à cidade recebiam informações de parentes amigos e conhecidos sobre a área que estava se constituindo, chegavam, escolhiam um terreno, construindo casa de madeira. No início da década de 1990 a área teve sua regularização fundiária e boa parte dos antigos moradores venderam suas casas dirigindo-se para bairros em formação, ou para novas áreas ocupadas.

Foto 7 – Aspectos de moradias na vila Piauí



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011).

Na vila Piauí é comum encontrar único terreno com diversas casas para moradia de vários membros da família. No caso do senhor José a família que ocupou área de 34m x 12,80m e agora conta com seis casas dos filhos. Ao lado da vila urbanizada a face da ocupação de aspecto precário, sem saneamento básico, com água retirada diretamente da cisterna expressão de acesso da população migrante tiveram à cidade, vislumbrada como atrativa e como possibilidade de melhores condições de vida (Foto 7).

Exemplos de recentes áreas de expansão urbana em direção ao cerrado na estratégia de sobrevivência da população trabalhadora, migrantes é o Monte Sinai e Vila Maranhão.

Em outras palavras, são núcleos de favelas. No Monte Sinai com população de 2.242 pessoas verificam-se precárias condições de habitação e saneamento, além das dificuldades de acesso aos principais serviços e comércio.

O Monte Sinai, à direita da Belém-Brasília, começou a ser ocupado no final de 2009, atualmente conta com 800 moradores. A maioria é de maranhenses, como informou o presidente da associação local, o próprio é maranhense da cidade de Grajaú (MA) que dista 300 km de Araguaína. Em 2010 o Monte Sinai foi transformado em Zona Especial de Interesse Social, após os moradores acamparem por mais de trinta dias em frente à prefeitura. Depois disso a área recebeu energia elétrica e água tratada, mas não dispõe de outros serviços públicos como escola, posto de saúde, segurança e linha de ônibus (Foto 8).

Foto 8 – Monte Sinai: área de ocupação recente em Araguaína



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011).

A Vila Maranhão é recente ocupação por invasão em área de chácaras particulares do município, sendo iniciada há pouco mais que três anos. Por ordem judicial uma parte das casas construídas foi demolida há poucos meses, mas os moradores ocuparam novas áreas. Sem nenhum serviço público à disposição, as ruas foram abertas pela própria população e a presença do estado, só é notada nos entulhos das residências de alvenaria que foram destruídas (Pesquisa direta, novembro de 2010) (Foto 9).

Foto 9 – Vila Maranhão: área de ocupação recente em Araguaína



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011).

A migração realiza o plano estatal de tornar a Amazônia espaço de acumulação capitalista. A migração enquanto estratégia fundamental da população trabalhadora é funcional para acumulação no campo.

A urbanização de Araguaína interage com a regionalização da cidade. Ao tempo em que os migrantes produzem a cidade também participa da produção do espaço regional, em obra de importância no trabalho agrícola temporário, dentre outros.

Se até a década de 1960 o norte goiano poderia ser mais bem descrito como bolsão de pobreza e miséria (AJARA, 1991), mesmo com as motivações econômicas que transformaram intensamente o espaço regional e urbano, ao que se nota conservaram em Araguaína símbolos de abandono público que podem perfeitamente receber a denominação de bolsões de pobreza e miséria urbanos.

Araguaína tem seus espaços urbanos mais valorizados e infraestrutura econômica para a acumulação capitalista com bens e serviços para a região, estudando-se com maiores detalhes o apoio da cidade para atender a produção da pecuária bovina.

6 CENTRALIDADES URBANO-REGIONAIS DE ARAGUAÍNA

A centralidade urbano-regional de Araguaína é compreendida pela infraestrutura de atividades econômicas no espaço urbano da cidade; no movimento de pessoas e mercadorias entre a região e a cidade para consumo de bens e serviços diversificados; e nas relações centrífugas que partindo da centralidade seguem em direção à região. Nestes aspectos as vias urbano-regionais são essenciais.

A localização de comércio e serviços nas vias urbanas que se insinuam em direção às vias de acesso regional e daí se conecta com a região é característica da centralidade. Configura-se também como acessibilidade:

Os lugares escolhidos para a troca de produtos comumente implicaram situações estratégicas. Em outras palavras, a atividade comercial sempre demandou centralidade, o que também significa dizer acessibilidade. (PINTAUDI, 2002, p.155).

A estratégia locacional é adotada por comércio e serviços diversificados; bem como de apoio à agropecuária e às agroindústrias. As principais vias de circulação urbanas são corredores comerciais e regionais. A facilidade da circulação de pessoas e mercadorias é essencial para concretização da acumulação de capital.

As principais vias de circulação urbana se conectando com as rodovias são fundamentais eixos de circulação e ligação regional, insinuando que são avenidas para a região ou para além de sua função urbana.

Antes de discutir especificamente as centralidades urbano-regionais exercidas pela cidade de Araguaína, aborda-se a participação do Tocantins e do espaço regional de Araguaína na divisão territorial do trabalho.

A região de Araguaína está inserida em *ordem distante* partindo dos centros capitalistas nacionais e mundiais para produção de alimentos, insumos das indústrias alimentícias e fomentar o processo de acumulação capitalista; e *ordem próxima* nos conflitos e embates entre a classe pecuarista procurando manter e ampliar poder econômico historicamente construído, e os trabalhadores na mobilidade da população visando à reprodução da força de trabalho na cidade.

O duplo processo se mantém e concorre para a conformação regional: necessidade de consumo do mercado mundial constituído por sociedade capitalista; e os embates e contradições internas entre a mobilidade da população trabalhadora buscando reprodução de sua força de trabalho, nas cidades e a elite pecuarista que domina os espaços de valor da

cidade que detém importância urbana e social na constante busca pela reprodução do poderio social e econômico historicamente construído.

No Tocantins e em Araguaína a maior concentração de projetos agropecuários foi incentivada pela SUDAM e atraiu fazendeiros individuais com finalidade de acumulação de capital e ampliar a fronteira agrícola da região pelo uso da terra para expansão da agropecuária de exportação. A região pecuária se estende por todo estado com as propriedades sendo ocupada por pastagens e extrema concentração da propriedade da terra por um seletivo e minoritário grupo, motivando intermináveis conflitos no campo.

Na região de Araguaína os municípios compartilham a função na divisão territorial do trabalho como provedores de alimentos semibeneficiados e de baixos custos para o mercado mundial. Araguaína, contudo, concentra as exportações e comércio especializado em bens e serviços como forma de apoio à agropecuária de exportação.

A infraestrutura econômica da região atraiu a instalação de com agroindústrias de sede local e redes nacionais formadas por frigoríficos, laticínios, curtumes, nutrição animal, extração do colágeno do couro bovino para gelatina; de comércio e serviços especializados, que distribuem produtos fornecidos por multinacionais, empresas nacionais e locais.

6.1 TOCANTINS NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO COM SOJA, PECUÁRIA, ABACAXI E ARROZ: PRODUTOS DO E PARA O CAPITALISMO

Na divisão territorial do trabalho o Tocantins tem a soja e carne bovina e o abacaxi como seus principais produtos, liderando a exportação proveniente dos municípios de Campos Lindos, Araguaína e Pedro Afonso.

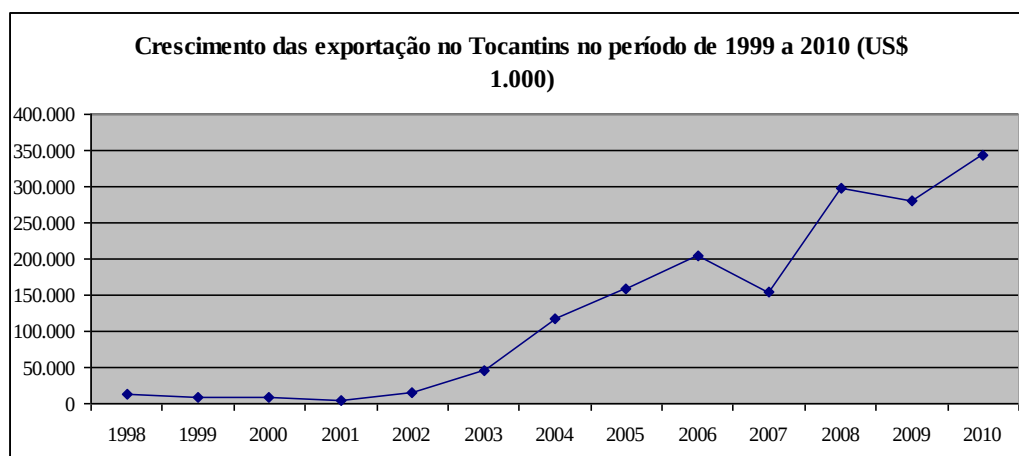
Em particular a soja e a carne bovina são produtos que atendem diversos países como a emergente economia chinesa em franco crescimento econômico obtém maior quantidade de alimentação para sua população trabalhadora, sendo destino de praticamente um terço das exportações tocaninenses. Espanha, Holanda, Argélia, Egito, Hong Kong, Rússia, Alemanha, Líbano, também são mercados consumidores em um grupo superior a 30 países (BRASIL, 2010a).

A produção agropecuária toma forma nas exportações entre 2000 e 2010, com espetacular salto de oito milhões para 344 milhões de dólares, com absoluto domínio da soja (Gráfico 04).

As exportações experimentam impulso significativo de valor resultante de dois produtos e de territorialidades específicas: 1. Expansão da área plantada e produzida com soja; 2. Ampliação do mercado externo da carne bovina e soja.

A pecuária ganha *status* de produção capitalista moderna no governo estadual, pelos incentivos fiscais e projetos de investimentos na economia regional, bem como resultado da ação estadual de inúmeras viagens internacionais para divulgar e negociar potencial agrícola com possíveis importadores.

Gráfico 4 – Crescimento das exportações no Tocantins no período de 1999 a 2010 (US\$ 1.000)



Fonte: BRASIL (2010a).

Elaboração: Roberto Antero da Silva

Em 2010 a soja foi responsável por 74,6% das exportações, bem acima do gerado pela comercialização da carne, miúdos e couro (23%); outros produtos destinados ao mercado mundial completam os 2,4%, tais como o abacaxi, pedras preciosas e bijuterias de capim dourado¹⁶ (BRASIL, 2010a).

O artesanato de capim dourado produzido nos municípios de Mateiros, Ponte Alta do Tocantins e Palmas atende a mais de vinte países como Japão, França, Venezuela, Estados Unidos, Itália (BRASIL, 2010a).

O abacaxi elevou, desde 1990, sua quantidade produzida em 350% principalmente nos municípios de Miracema do Tocantins e Miranorte com destino ao consumo *in natura* da fruta e a produção de sucos nos mercados consumidores de Portugal, Espanha, Holanda, Argentina, Suíça e Porto Rico (BRASIL, 2010a; IBGE, 2011b).

¹⁶ O Capim Dourado é uma planta exclusiva do Tocantins comum na região do Jalapão. É utilizada na produção de artesanato e bijuterias são feitas bolsas, potes, pulseiras, brincos, mandalas, chapéus, enfeites: disponível em <http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=>.

O arroz tem um grande peso na produção agrícola, é o segundo grão mais produzido no estado, abaixo apenas da soja, crescendo significativamente em área e quantidade produzida para servir aos mercados regionais, principalmente os estados do Pará, Maranhão e Piauí (TOCANTINS, 2008; IBGE, 2011b).

Na planície do rio Araguaia, a sudoeste do Tocantins, os municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia respondem por mais da metade da produção de arroz (Mapa 5).

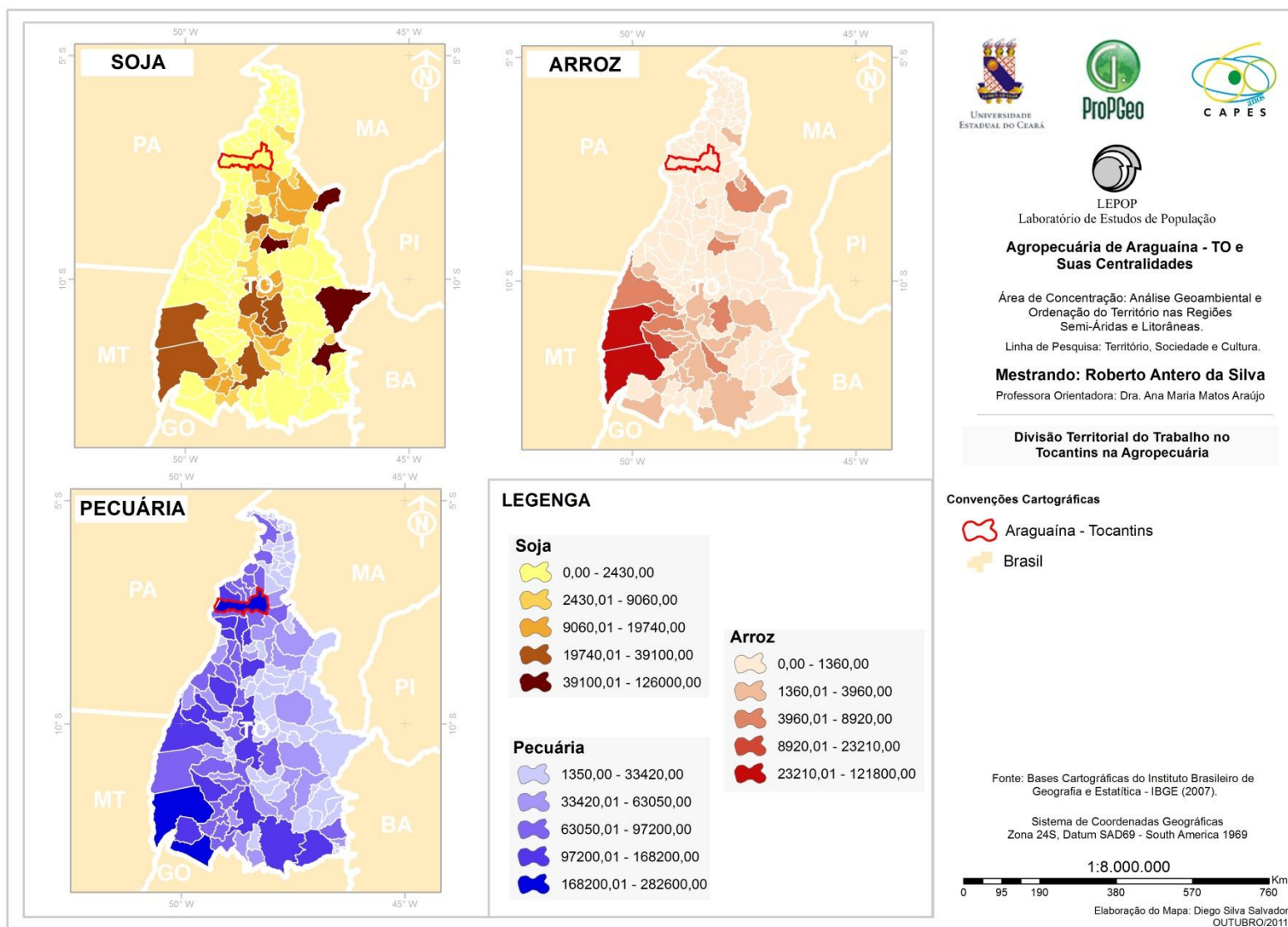
A pecuária se distribui por todo espaço tocantinense exatamente nos 139 municípios. As principais concentrações bovinas localizam-se nos municípios de Araguaçu (282.600), extremo sul estadual divisando com Goiás; Araguaína (226.000), ao norte; e Formoso do Araguaia (207.500), no sudoeste tocantinense, já na divisa com Mato Grosso (Mapa 03).

Destacam-se também os municípios de Peixe (168.200), Pium (142.750), Sandolândia (137.000), Bandeirantes do Tocantins (135.000), Dois Irmãos do Tocantins (133.200), Santa Fé do Araguaia (132.000), Arapoema (126.000), dentre outros. Bandeirantes do Tocantins, Santa Fé do Araguaia e Arapoema compõem fazem parte da região de Araguaína (IBGE, 2011b).

A cidade de Araguaína concentra as empresas beneficiadoras da produção, comércio e serviços especializados e instituições de apoio à pecuária. Desta forma exerce posição de hierarquia regional com os outros municípios produtores, pois lidera a exportação de carne bovina no mercado externo mundial, como ainda será discorrido nesta dissertação.

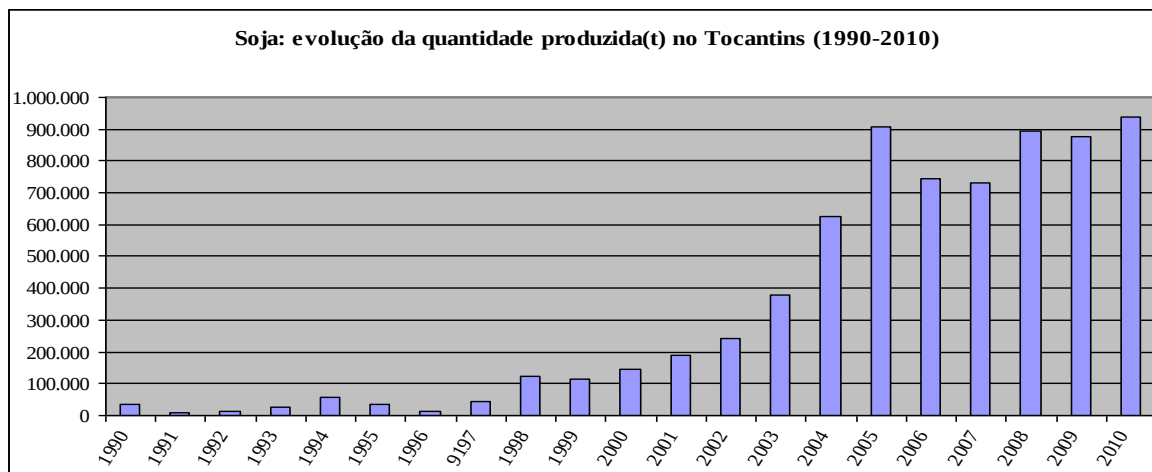
A territorialidade da soja se distribui: a nordeste está Campos Lindos e Pedro Afonso os principais municípios produtores; na porção leste estão Mateiros e Dianópolis a Sudeste; em seguida por Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, na região sudoeste; e Monte do Carmo e Porto Nacional ao centro. Oito municípios produzem mais da metade da lavoura estadual, embora em crescente ampliação que chega a quase metade do total de municípios tocantinenses.

Mapa 5 – Divisão territorial do trabalho no Tocantins na agropecuária



Há menos de três décadas praticamente não se plantava soja em Tocantins. A produção estadual até 1990 compreendia 35 mil toneladas e em dez anos saltou para 939 mil toneladas. A soja incorpora enormes áreas de cerrados e torna-se produto básico da agropecuária estadual com ampla repercussão internacional (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Soja: evolução da quantidade produzida (t) no Tocantins (1990-2010)



Fonte: IBGE (2011b3).

Elaboração: Roberto Antero da Silva

A expansão dos territórios em soja no Tocantins está relacionada à incidência da leguminosa no mercado internacional e a posição do Brasil na oferta mundial, incorporando a Amazônia como espaço de produção.

A agropecuária capitalista desenvolve-se por multinacionais e grandes empresas nacionais, presentes e onipresentes no espaço tocantinense com vistas à reprodução ampliada do capital. As multinacionais principalmente ligadas ao cultivo de grãos de soja.

Tabela 8 – Principais empresas exportadores da produção do Tocantins em 2010 (soja, carne bovina e outros produtos)

Nome da empresa	Participação em US\$	
	Absolutos	Percentuais
Bunge Alimentos S/A	119.356.222	34,70
Minerva S.A.	63.396.695	18,43
Cargill Agrícola S/A	46.268.349	13,45
ABC - Indústria e Comercio S/A	32.274.423	9,38
Ceagro Agronegócios S/A.	25.537.487	7,42
Multigrain S/A.	24.884.944	7,23
Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi	19.835.087	5,77
Outras empresas	12.438.464	3,60
Total	343.991.671	100,00

Fonte: BRASIL, 2010 a.

Elaboração: Roberto Antero da Silva.

Sete empresas comandam o oligopólio das exportações no Tocantins. Somente a Bunge, multinacional que atua no ramo de alimentos, participa com quase 35% do valor das exportações, neste caso a soja. Em seguida o controle de mercado é do Minerva, frigorífico localizado em Araguaína, com pouco mais de 18% do valor das exportações (Tabela 08).

Além da produção agropecuária, o Tocantins exporta ainda confecções, pedras preciosas, bijuterias, móveis de madeira, calçados, artesanato, embalagens, plásticas, cartonagem para escritório, etc. (BRASIL, 2010). Mas o grosso da exportação é dos produtos agropecuários, como já foi comentado de soja e carne bovina.

Neste cenários o espaço torna-se centro de relações de poder que se estabelecem e são estabelecidas, pelo governo e empresas na estratégia da acumulação do capital, com efetiva expansão capitalista agroindustrial no Tocantins.

De uma economia agrícola de subsistência, portanto, o Tocantins, em meio século, torna-se provedor de produtos primários mundial voltando-se para atender imposições da sociedade capitalista.

A penetração do capital, porém, é seletiva e desigual. As empresas agropecuárias sobressaem e dominam a produção regional, mas também controlam preços, circulação e quantitativo da força de trabalho empregada e na reserva; para fins de fortalecimento do poder político e financeiro do capital oligopolizado no território. O campo e a cidade tornam-se submissos às relações sociais determinadas distantes embora sendo do interesse da ordem dominante próxima.

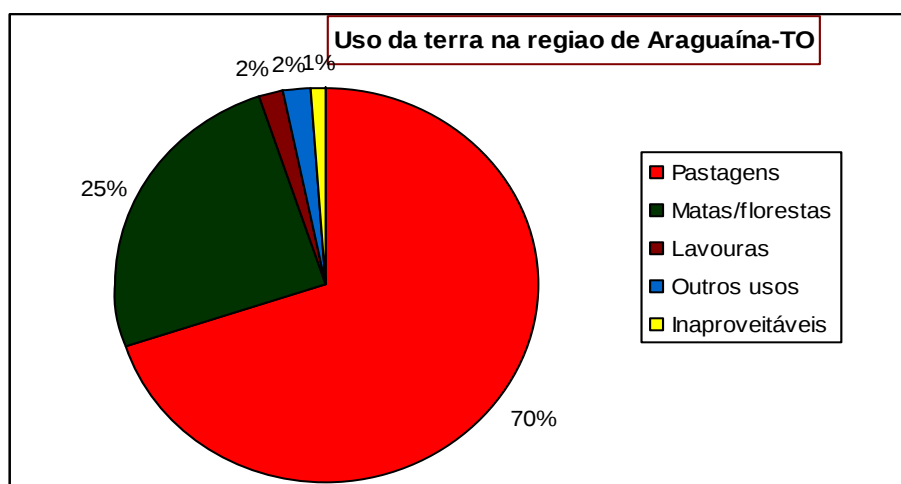
6.2 A REGIÃO DE ARAGUAÍNA: ESPAÇO PARA A PECUÁRIA

O uso da terra no Tocantins com finalidade expansão da fronteira agrícola foi redefinido com a modernização da agropecuária para exportação. A região de Araguaína desponta como espaço produtor da pecuária bovina com 93,3% da terra ocupada por pastagens. O estado oferece assistência técnica, financeira e de infraestrutura às empresas capitalistas, às riquezas, portanto, em detrimento do apoio à reprodução da força de trabalho da população tocantinense. Desta forma a terra tornou-se extremamente concentrada e a propriedade de um seletivo e minoritário grupo de proprietários, e permanece motivo de violentos conflitos no campo.

A produção pecuária regional destina-se ao mercado nacional e mundial e mantém histórica função brasileira de agroexportador. São as necessidades do processo de acumulação capitalista que redefinem a função econômica da região, como bem assegura Corrêa (1987, p. 44), [...] “a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali”.

A região de Araguaína, sob vários aspectos, é espaço seletivo da pecuária. Em termos dos estabelecimentos agropecuários a cada dez hectares, sete são ocupados por pastagens. O avassalador desmatamento, de pouco mais de meio século, transformou em pastagens, cerrados e áreas de florestas. 70% da terra estão ocupados por pastos e apenas 25% das áreas são reservadas para matas, florestas e cerrados naturais ou destinadas à preservação permanente ou reserva legal; menos que 2% dos estabelecimentos agropecuários são destinados a lavouras permanentes e temporárias; 2% para outros usos (tanques, lagos, açudes; construções, benfeitorias ou caminhos); e 1% de terras inaproveitáveis ou degradadas não utilizadas pela agricultura ou pecuária. Quando se desconsidera a área de reserva permanente e legal, 93,3% da terra plantada são para o capim e alimentar o boi (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Uso da terra na região de Araguaína-TO, 2006



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

A agricultura familiar que constitui a atividade do pequeno posseiro da fronteira agrícola foi desarticulada e substituída pela pecuária. A produção de alimentos tipicamente de agricultores familiares arroz, feijão e milho, restringe-se às pequenas propriedades também ocupadas por pastagens. O município de Araguaína é exemplo desta mudança. Na década de 1960 e 1970 era grande produtor de arroz, atividade substituída pela pecuária em função de benefícios e investimentos dos governos.

A Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins (SEAGRO) informa em *site* a área total de 27.842.070 hectares, sendo metade apta à produção agrícola. As terras são ocupadas por 54% de pastagens 4% de agricultura, +restando ainda 42% de fatia inexplorada. Na Secretaria de Indústria e Comércio encontra-se o chamamento sobre as vantagens locais do estado:

O Tocantins oferece condições ideais para dar suporte a novos empreendimentos que queiram se estabelecer no Estado, a começar pela posição geográfica centralizada, disponibilidade de recursos hídricos, potencial energético e mineral, oferta de mão-de-obra, clima e solo favoráveis ao setor produtivo (TOCANTINS, 2008).

Um explícito convite para indústrias e agroindústrias explorarem riquezas naturais e explorarem força de trabalho da população residente. Proporciona ainda legislação específica para programas de incentivos fiscais, com redução de ICMS e outros benefícios fiscais e financeiros para empresas se instalarem no território estadual.

A terra extremamente concentrada em grandes latifúndios pecuaristas, conforme se percebe na análise de dados sobre o Brasil, Tocantins e região de Araguaína, na qual se reproduzem histórica forma de distribuição de terras, concentrada e à disposição de uma minoria de proprietários: No Brasil os latifúndios com mais de um mil hectares e apenas 0,91% dos estabelecimentos agropecuários concentram 44,42% da terra (Tabela 9).

Tabela 9 – Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (ha), no Brasil, Tocantins e região de Araguaína (2006)

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (%)			Área dos estabelecimentos agropecuários em ha (%)		
	Brasil	Tocantins	Região Araguaína	Brasil	Tocantins	Região Araguaína
Menos de 10 ha	47,87	12,15	15,94	2,37	0,25	0,42
De 10 a menos de 100 ha	38,1	53,9	60,13	19,07	8,96	11,2
De 100 a menos de 200 ha	4,26	11,8	8,28	8,89	6,72	5,36
De 100 a menos de 500 ha	2,91	10,71	7,24	14,06	13,48	10,46
De 500 a menos de 1000 ha	1,04	4,73	3,11	11,2	13,33	10,23
De 1.000 a mais	0,91	5,05	4,23	44,42	57,27	62,33

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.
Elaboração: Roberto Antero da Silva

Na região de Araguaína a concentração da terra é também uma realidade. Pequeno grupo de proprietários (4,23%) concentra a maioria da terra (62,33%), enquanto fica um grande contingente de proprietários¹⁷ (60,13%) quase sem nenhuma terra (11,2%); e ainda agricultores sem terras (Tabela 09).

O controle das terras da região é privilégio de poucos e poderosos pecuaristas, afinal em uma região que totaliza 8.769 proprietários, quase 63% da terra está disponível para

¹⁷ Segundo o INCRA uma pequena propriedade compreende área até quatro módulos fiscais. Com medidas diferenciadas entre as Unidades da Federação, cada módulo fiscal corresponde a 80 hectares no Tocantins, o dobro do que é na região Nordeste brasileiro. Neste caso a pequena propriedade no Tocantins corresponde a 320 hectares, e a referencia a esta, como abaixo de 200 hectares, leva em consideração os estratos das áreas disponibilizados pelo Censo Agropecuário, que na seção seguinte apresentam áreas entre 200 a 500 hectares.

apenas 245 (2,79%) pecuaristas latifundiários com propriedades acima de mil hectares que são literalmente os donos da terra da região (IBGE, 2006).

A pecuária no Tocantins é realizada basicamente em caráter extensivo, com o gado criado disperso em extensas áreas de pastagens, base da alimentação. Embora esteja como atividade desenvolvida em quase todo estado, é na porção ocidental do Rio Tocantins que está concentrado quase 80% do total do rebanho.

Foto 10 – A região de Araguaína entre pastos e cercas e bovinos



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011); e <http://adapec.to.gov.br>

Com aumento da produção e exportação da carne de bovina consolida-se a exploração indiscriminada dos solos e promove-se a devastação progressiva de grandes áreas de cerrado. Nos anos de 1960 a substituição do cerrado por pastagens já era evidente em pesquisas:

[...] em nenhum trecho das secções central e Sul da Belém-Brasília, pode-se observar o cerrado guardando sua fisionomia natural, sem apresentar sinais de queima. Como o manto rasteiro de gramíneas seca totalmente no final da estiagem, costumam os criadores tocarem fogo no cerrado, antes das primeiras chuvas, a fim de fazer brotar pastos tenros (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 182).

Na monocultura do capim estima-se que metade da área desmatada para a formação de pastagem está degradada ou em processo de degradação, causando enormes prejuízos ambientais e sociais para a região.

“A implantação da pecuária de corte na Amazônia é responsável direta pela devastação florestal da região” (OLIVEIRA, 2002, p. 97) A queimada de pastos continua prática amplamente utilizada por pequenos, médios e até grandes pecuaristas, entre os meses de setembro e outubro. Podem ser responsáveis pelo empobrecimento dos solos, como informa o Governo Estadual.

Na região há um processo de valorização das terras cobiçadas para o cultivo de soja, após a chegada da ferrovia norte-sul. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Araguaína

através de nota pública denuncia um foco de conflito e violência na aquisição irregular de terras no Projeto de Assentamento Santo Antônio do Bom Sossego e no Acampamento Vitória, no município de Palmeirante região de Araguaína. Em Palmeirante a área plantada de soja cresceu, significativamente, de 750 toneladas quando iniciou o cultivo em 2004, saltou para 13.500 toneladas em 2010, em apenas seis anos (IBGE, 2006).

Segundo informações de agricultores, desde abril de 2011, grupos de pistoleiros disparam sobre assentamentos, colocam fogo em casas e promovem pânico entre trabalhadores rurais, com ocorrência de assassinatos. A nota emitida pela CPT explica a atual situação de conflito pela terra:

A área que é hoje o Assentamento Santo Antônio Bom Sossego foi grilada por três fazendeiros e ocupada desde 2005 por trabalhadores rurais sem terra que vem se mantendo na posse da terra até o presente momento. Na criação do assentamento em 2003 (via portaria por se tratar de área da União), o INCRA assentou 19 famílias. Posteriormente foram reduzidos para 9 famílias em decorrência de um acordo “verbal” com os ditos “fazendeiros”, deixando o restante da área aos grileiros (CPT, 2011, p. 01)

A exploração de madeira da reserva legal dos assentamentos é o principal motivo dos conflitos envolvendo sem terras, grileiros, madeireiros, com presença constante de pistoleiros armados (CPT, 2011).

A instauração da pecuária na região se deu à custa de violentos conflitos com a expulsão de lavradores de suas terras, ou por sua morte, sempre contando com o irrestrito apoio estatal. O governo parece não dar atenção devida aos fatos, negligencia intervenção, e, desta forma, omite-se em desfavor dos pequenos agricultores, que se tornam vítimas de detentores de poder econômico e da expansão capitalista no espaço.

A soja e a cana-de-açúcar que foram incluídas na pauta de exportação tocantinense e na região de Araguaína apresentam ampliação da quantidade produzida nos últimos anos. A soja avança pelos municípios de Palmeirante, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia os principais responsáveis pelo aumento da produção de 83 toneladas para quase 34 mil toneladas, em dez anos, com o maior salto a partir do ano de 2005. A cana-de-açúcar teve expansão entre o início e o final da última década saltando de 146 para 15.372 toneladas, progredindo, principalmente, no município de Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia, além de vir apresentando aumento da quantidade produzida no município de Araguaína (IBGE, 2006)

Entre as atividades primárias desenvolvidas na região a pecuária apresenta maior potência. A histórica ocupação do século XVIII em termos de prática agropastoril, toma impulso quando a região é incorporada ao espaço de acumulação capitalista, na segunda metade do século passado. Segundo dados do IBGE (2006) em 1974 o rebanho bovino

tocantinense foi estimado em pouco mais de dois milhões de cabeças, em 1988, o efetivo já era o dobro e hoje com quase 8 milhões de bovinos.

A expansão da fronteira capitalista pecuarista na Amazônia confere ao município de Araguaína, ao final da década de 1970, a condição de principal e maior efetivo bovino do norte de Goiás mantida até 1992, com rebanho superior a meio milhão de cabeças. A fragmentação do território para a criação de novos municípios na tradicional região pecuarista mantém a cidade com a primazia no espaço regional comandada pelas necessidades de fornecedor do mercado mundial, papel que desenvolve na divisão territorial do trabalho nacional.

Na Amazônia a pecuária avança pelo espaço com rápido incremento no quantitativo de bovinos e participação nas exportações de carne. Conforme dados do IBGE (2006) o rebanho bovino amazônico somava 26,3 milhões no ano de 1990, aumentou para 47,5 milhões na década seguinte e alcançou a marca de 71,3 milhões em 2010.

O processo envolve continuidades e descontinuidades históricas em função do papel que o país assume no cenário mundial como fornecedor de matéria-prima e de insumos para os mercados externos, redirecionando as terras e a produção agrícola essencialmente para exportação. Dados da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2009) registram em 2007 o setor de agronegócio sendo responsável por 23,5% do PIB nacional, com destaque para pecuária bovina com 8,27% deste percentual, e responsável por quase metade da produção de carnes no país.

O Brasil, desde 2004, mantém posição de principal exportador de carne, com um quinto da carne comercializada no mercado mundial. Entre os principais produtores dispõe do maior rebanho comercial do mundo, constituída em maioria por raças zebuínas, cenário que favorece a expansão da pecuária nacional na Amazônia. A redução de problemas sanitários do rebanho nacional como a febre aftosa bovina é parte da estratégia de expansão (BRASIL, 2009).

Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os primeiros a serem considerados como zona livre de febre aftosa com vacinação no ano de 1988, estendendo-se nos anos seguintes aos estados da região Sudeste e Centro-Oeste e finalmente a partir de ano de 2001 ampliando-se para parte do Nordeste e Tocantins. Hoje são quinze estados considerados como livres da febre aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), dos quais nove habilitados para exportação à União Européia (BRASIL, 2010b).

O *status* sanitário é a condição favorável e essencial para exportação da carne tocaninense, tão importante quanto a abertura nacional ao mercado mundial em contexto neoliberal vigente no Brasil desde 1990.

Em 2003 quase todo o Tocantins foi declarado como livre de febre aftosa, incluindo a região de Araguaína, podendo ampliar o mercado externo. O mesmo ocorreu em parte do estado do Pará em 2008, estendendo-se a municípios limítrofes à região de Araguaína no início de 2011, possibilitando um alargamento do rebanho abatido e beneficiado para exportação comandada por Araguaína (BRASIL, 2009).

O Tocantins como fornecedor de carne bovina ocupa participação intermediária no cenário nacional, embora apresente expressivo aumento nos índices de exportação: passou de 276 mil Kg exportados em 2000 para quase 23 milhões de kg. em 2010 (BRASIL, 2010a).

Tabela 10 – Brasil e Amazônia Legal* - Indicadores da pecuária (2010)

	Rebanho bovino		Exportação	
	Quantidade	%	Em US\$ FOB	%
Acre	2.557.971	1,2	-	-
Amapá	62.235	0,04	-	-
Amazonas	1.203.868	0,56	-	-
Mato Grosso	28.769.469	13,8	190.950.118	16,36
Pará	18.679.981	9,1	32.941.417	2,82
Rondônia	11.442.823	5,5	56.890.714	4,87
Roraima	663.051	0,4	45. 363	-
Tocantins	7.973.350	3,8	31.882.431	2,73
Amazônia Legal	71.352.748	34,40	312.664.725,00	26,8
Brasil	207.284.876	100,0	1.167.504.294	100,0

Fonte: BRASIL (2010a, 2010b).

Elaboração: Roberto Antero da Silva

Nota: *Por apresentar dificuldades na realização do cálculo, não foi considerada o estado do Maranhão, que a oeste do meridiano 40, também pertence à Amazônia Legal, o que não causa excessivos prejuízos para análise, já que o referido estado participa com 0,23% das exportações de carne bovina no país.

A Amazônia consolida-se como espaço de produção pecuária nacional com mais de um terço do rebanho, e 26,8% da carne bovina nacional, destinada ao mercado externo. O destaque da Amazônia é para Mato Grosso. No cenário nacional o Tocantins participa com 3,8% do quantitativo de rebanho bovino, ocupando a posição de 11º produtor; no valor das exportações tem menor expressão, gerando 2,73% do valor obtido pela carne bovina nacional no mercado externo, quase o mesmo valor obtido no Pará, cujo rebanho bovino é bem maior no ano de 2010 (Tabela 10).

Em um ranking do qual participam 15 estados o fornecimento de carne bovina ao mercado mundial, sob liderança de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, que juntos, respondem

por 69%. O Tocantins assegura 8ª posição, garantindo situação intermediária nacional entre os estados exportadores, embora mantenha participação de 2,73% (BRASIL, 2010a).

Araguaína é principal representante da participação tocaninense na produção de carne bovina fornecendo 73% das exportações estaduais. Carne, miúdos e couro bovino correspondem a 99,9%, da exportação de Araguaína em 2010 (BRASIL, 2010a).

Tabela 11 – Rebanho bovino na microrregião do Tocantins (2010)

Microrregião	Quantitativo Bovinos
Araguaína	1.663.310
Miracema do Tocantins	1.645.661
Rio Formoso	1.267.540
Gurupi	1.122.925
Dianópolis	804.330
Bico do Papagaio	674.517
Jalapão	414.743
Porto Nacional	401.174
Total da microrregião de Tocantins	7.994.200

Fonte: IBGE, 2011 a.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

A concentração de bovinos na região de Araguaína é a maior entre as oito microrregiões, concentrando 21% do rebanho estadual. O rebanho bovino no município de Araguaína é tão importante quanto em Miracema de Tocantins, Rio Formoso e Gurupi, portanto, o que lhe confere o cognome de “capital tocaninense do boi gordo” não se deve ao rebanho, mas à sua condição de articulador e beneficiador da produção regional para exportação (Tabela 11).

Na região de Araguaína os municípios compartilham a função na divisão territorial do trabalho, de provedores de alimentos de baixos custos para o mercado mundial, Araguaína, contudo concentra as exportações, agroindústrias empresas e redes de comercialização da carne bovina, de bens e serviços para pecuária. Atua como centro de decisão e administração das principais atividades econômicas regionais.

6.3 CENTRALIDADES URBANO-REGIONAL DE APOIO À AGROPECUÁRIA

Araguaína é dotada de infraestrutura econômica urbana e regional. Como cidade mediadora de acumulação capitalista no espaço urbano de empresas privadas nacionais e multinacionais que controlam o beneficiamento e a comercialização da produção regional e nacional. Vários corredores principais se especializam na distribuição de bens e serviços de

apoio à agropecuária capitalista, caracterizando a cidade como expressão destas atividades econômica.

Neste sentido Santos (2009, p.56) confirma que “a cidade assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, [...], respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhes respostas cada vez mais imediatas”.

Como espaço central da região periférica, cumpre a função de supridora de produtos primários, dos mercados interno e externo; e de comercialização dos insumos, fertilizantes e defensivos da pecuária, além dos serviços de apoio à modernização agropecuária. A cidade desempenha papel, função urbana e regional.

A cidade tanto concentra investimentos que dão suporte ao setor agropecuário quanto reflete vantagens locacionais no principal eixo rodoviário condição garantida pelo reordenamento territorial estatal para Amazônia a partir de 1960, tal como as capitais regionais, a cidade regional concentra os excedentes de capitais e de população em medida pouco menor, nem por isso pouco significativas.

As políticas espaciais comandadas pelo Estado na região transformaram o espaço de Araguaína. Utilizando a terminologia de Lefebvre, o espaço urbano implode-explode articulado ao processo de regionalização econômica. O pequeno povoado foi transformado em território da produção agropecuária de mercado mundial e ponto de convergência de mercadorias, ao mesmo tempo, ampliada e fragmentada em corredores centrais e urbanos espaços periféricos.

O apoio urbano-regional à agropecuária é concretizado pelas agroindústrias com sede local e de redes nacionais formadas por frigoríficos, laticínios, curtumes, nutrição animal, extração do colágeno do couro bovino para gelatina; comércio e serviços especializados distribuem produtos fornecidos por multinacionais, empresas nacionais e locais; instituições públicas e privadas; as vias de circulação; estrutura normativa com leis e incentivos fiscais; e a apropriação do marketing de capital do boi do gordo.

A centralidade regional assumida por Araguaína e materializada na produção do espaço urbano-regional comandando, articulando, organizando e atendendo à produção pecuarista destinada ao mercado mundial.

Atuando como centro de decisão, centralidade capitalista na região, Araguaína participa com quase toda exportação de carne e derivados estaduais, embora se mantenha na segunda posição de produtora de bovinos. A produção é regional e na cidade concentram-se as agroindústrias instaladas ou territorialmente articuladas, conferindo controle da cidade sobre a região, inserida na divisão territorial do trabalho mundial.

As agroindústrias realizam mediação ao mercado mundial. A presença de agroindústrias em Araguaína relaciona-se essencialmente ao beneficiamento da produção pecuária regional. Será compreendida como:

As indústrias que comprem ou recebem produtos agropecuários para transformá-los em produtos industrializados são usualmente agrupadas sob a denominação genérica de agroindústrias. Estas fazem parte de vários ramos ou subsetores do setor industrial e, juntamente com o setor agropecuário e com as indústrias fornecedoras de insumo e equipamentos para este, configuram o chamado complexo agroindustrial (SZMRECSÁNYI, 1997, p. 59,60).

Não significa dizer que exista ou encontre-se em formação um complexo agroindustrial, mesmo que as agroindústrias, o comércio e serviços de apoio à pecuária estejam diretamente associados a diversos segmentos industriais e ao papel do processo de acumulação da agropecuária capitalista.

Ainda sem característica de complexo agroindustrial fortalecido, mas com marcante centralidade nas relações sociais de poder dominantes em Araguaína e na sua região.

“As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para sua existência produtiva” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 294)

As agroindústrias da produção pecuária na sua maioria estão instaladas no município de Araguaína e com menor presença em municípios limítrofes, resguardando as relações territoriais entre a cidade central e sua região.

São frigoríficos (Minerva, Másterboi, Boiforte e Associação do Comércio e Varejo de Carnes Frescas de Araguaína - Assocarne); laticínios (Biana, Asa Agroindustrial, Leitbom S.A., Filadélfia Indústria e Comércio de Laticínios); curtumes (Durlicouros, e Tocantins curtimento de couro LTD) nutrição animal (Premix, Agromaster, Nitrosal, Agrocarn, Suzuki); extração do colágeno do bovino (Gelnex). A intermediação da produção é também significativa na exportação do couro bovino com empresa local “Irmãos Veroneze LTDA”.

Filiais de grandes empresas nacionais e locais adotam estratégia de mercado com localização próxima à matéria-prima, situando-se ao longo das rodovias Belém-Brasília e TO-222, principais vias de circulação regional. Desse modo as vias de circulação são de vital importância para a centralidade exercida pela cidade, destacam-se como principais meios de transporte as rodovias, em especial a Belém- Brasília e rodovias estaduais (Mapa 4).

A decisão locacional das empresas no espaço regional também tem influência da política de incentivos fiscais e financeiros proporcionados pelo Estado, sendo a disponibilidade de mão-de-obra com baixos custos outra variável considerada; além da

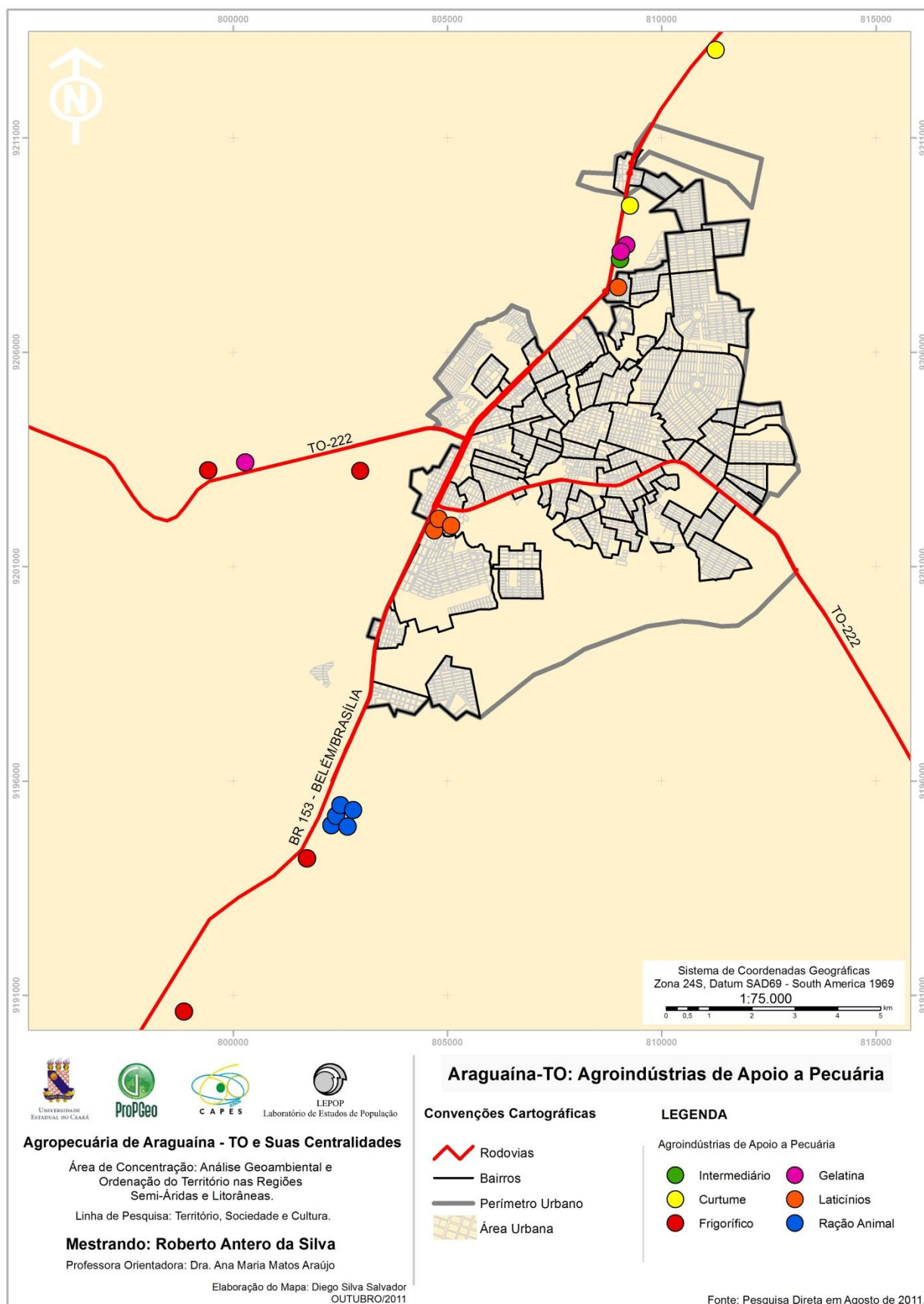
matéria-prima e via de circulação, que possibilitam acesso aos portos de Itaqui na capital maranhense.

As agroindústrias passam a ter maior expressividade com os frigoríficos localizados nos municípios de Araguaína e nos municípios limítrofes- Nova Olinda (ao sul) e Wanderlândia (ao norte) beneficiando a produção, sobretudo visando exportação, mas também aos mercados nacionais e locais. Nas margens das rodovias Belém-Brasília e TO-222 no contato com o estado do Pará, encontra-se os quatro frigoríficos da região, dois em cada rodovia (Mapa 6).

Neste caso, em relação à cidade, possuem localização periférica urbana, mas uma centralidade regional. A posição nas rodovias é estratégica, pois colabora no acesso da matéria-prima como na circulação da produção beneficiada.

Araguaína centraliza produção pecuária destinada ao mercado mundial exportando praticamente toda produção estadual de carne, miúdos e couro bovino. Na condição de exportador municipal o Frigorífico Minerva é principal empresa e há na região apenas outro, o Frigorífico Masterboi, no município de Nova Olinda. Outra unidade frigorífica de Araguaína a Boi Forte destina produção ao mercado nacional e regional (Pesquisa direta).

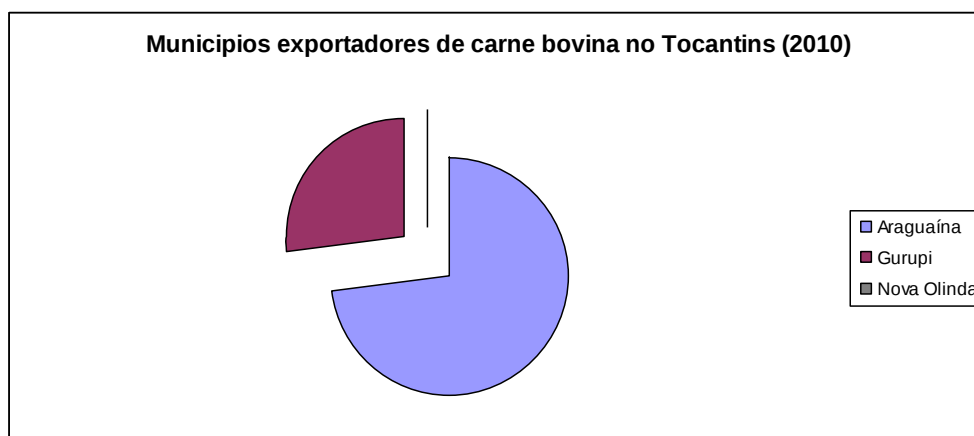
Mapa 6 – Araguaína: agroindústrias de apoio a pecuária



O consumo da cidade de Araguaína tem maior produção organizada pela Assocarne responsável pelo abatimento e encaminhamento da carne sem nenhum beneficiamento ao consumidor e em menor quantidade com beneficiamento dos frigoríficos. O gado de baixa qualidade é reservado ao consumo local, como vacas descartadas pela idade, no entanto com preço similar ou até mesmo maior, do que os praticados em cidades não produtoras. Os canais de distribuição da carne bovina em Araguaína são supermercados, açougues e feiras livres. Nas pequenas cidades da região o abate dos bovinos para consumo local se dá de maneira clandestina, na maioria das vezes no pasto das fazendas, sem qualquer cuidado sanitário.

Quem comanda o mercado de exportação da carne é o Frigorífico Minerva S.A, atuando na produção e comercialização de carne bovina, couro e boi vivo e está entre os três maiores exportadores do país. No Tocantins movimenta-se o maior valor financeiro por domicílio fiscal em quantia de US\$ 63,4 milhões anuais, participando em 18,5% das exportações estaduais, sendo apenas superado pela multinacional Bunge Alimentos, atuante em municípios produtores de soja (BRASIL, 2010a; MINERVA, 2011).

Gráfico 7 – Municípios exportadores de carne bovina no Tocantins (2010)



Fonte: BRASIL (2010a)

Elaboração: Roberto Antero da Silva

A distribuição da exportação de carne bovina proporciona expressividade de Araguaína no cenário estadual, pois 16.312.915 quilos (73%) da carne bovina que chega ao mercado internacional têm como origem nesta cidade. Nova Olinda com unidade frigorífica distante 40 km de Araguaína, e economicamente articulada com esta, tem participação 51.485 quilos (0,1%). Gurupi, município ao sul tocantinense, participa em 6.046.294 quilos (23%) neste mercado (BRASIL, 2010a; Gráfico 07).

Como já mencionado a produção pecuária regional é articulada por Araguaína, que age como centro de decisão. A cidade comanda economicamente extensa região que extrapola

limites estaduais em direção ao Sudeste paraense, de onde é obtida matéria-prima de exportação.

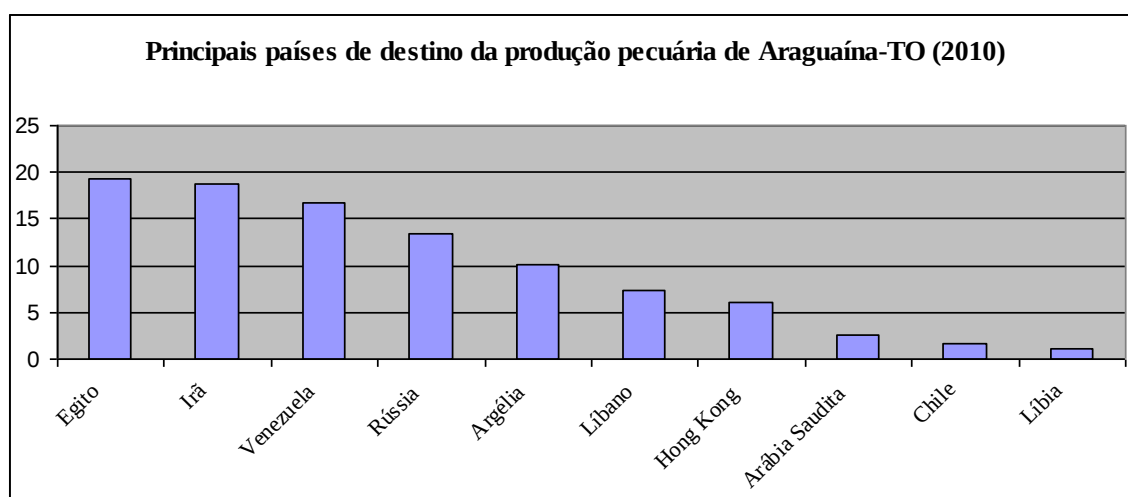
Dados coletados em pesquisa direta revelam que o frigorífico Minerva adquire 700 bovinos a cada dia, com origem em mais de trinta municípios do Norte estadual (70%) e do Sudeste do Pará (30%), principalmente os municípios de São Geraldo do Araguaia e Piçarra, limítrofes a região de Araguaína.

Nos municípios do Sudeste Paraense com maior proximidade territorial, estremando com o Tocantins, como Conceição do Araguaia, Piçarra, São Geraldo do Araguaia, Xinguará, Pau D'Arco e Redenção apresentam potencial rebanho bovino de 1.616.765 de cabeças, pouco inferior aos 1.663.310 da região de Araguaína (IBGE, 2011a).

Na última década, Araguaína tem alcançado significativo mercado externo, estendendo a produção para vinte países em diversos continentes e blocos econômicos. Dados disponíveis em Brasil (2010a) informam que até o ano 2000 a balança comercial municipal apontava incipiente exportação de 451 mil dólares, em espetacular salto para 65 milhões de dólares uma década depois.

A pecuária de exportação tem o Oriente Médio como principal mercado consumidor, destino de mais que metade da produção, com relevância para Egito e Irã consumidores de 38%; já no MERCOSUL, Venezuela e Chile são responsáveis pela participação de 18,5% do bloco econômico; há ainda consumidores na Europa Oriental, com relevância para o mercado russo, África e Ásia (Figura 22).

Gráfico 8 – Principais países de destino da produção pecuária de Araguaína-TO (2010)



Fonte: BRASIL, 2010 a.
Elaboração: Roberto Antero da Silva

A União Européia faz restrições à carne produzida no Tocantins e motiva uma força tarefa do governo estadual, com diversas visitas aos países do continente e de técnicos de

instituições de sanidade européias ao estado (TOCANTINS, 2011b). A atuação estatal sofre pressão de empresas e produtores pecuaristas do estado para obter liberação de mercado com política prioritária de governo.

Os curtumes participam do processo de exportação, com beneficiamento do couro bovino para o mercado nacional e local. São duas agroindústrias da região instaladas na rodovia Belém-Brasília no município de Wanderlândia, além da intermediação da produção, em Araguaína.

A Durlicouros, grande empresa nacional da produção de couro, não exporta diretamente de sua filial, transferindo o produto para matriz no Rio Grande do Sul que de lá atende aos mercados europeus e asiáticos. O outro curtume Tocantins, curtimento de couro, destina produção ao mercado nacional¹⁸.

Também há empresa que atua na função de intermediária da produção para exportação, oscilando entre as agroindústrias, adquirindo couro bovino nos frigoríficos e matadouros e beneficiando em curtumes da região e desta forma exporta couro para Europa e Ásia (Pesquisa direta, 2011).

Os laticínios têm apresentado aumento em quantidade e de produção, acompanhando a maior ascensão nos últimos anos da bacia leiteira na região, mesmo que ainda esteja bastante incipiente, não representando concorrência com a tradicional pecuária de corte (IBGE, 2006). O município de Araguaína abriga quatro unidades agroindustriais que produzem leite pasteurizado em saco plástico de litro, iogurte, bebida láctea e queijos; que são distribuídos no mercado tocantinense e no Maranhão.

O leite obteve crescimento da produção na ultima década de 148% no município, enquanto que na região cresceu em 72,5%, mesmo assim representa a principal bacia leiteira do estado, respondendo por um terço do total produzido. Os pequenos pecuaristas diversificam produção e desenvolvem estratégia de sobrevivência, pelo fornecimento da matéria-prima para as agroindústrias de laticínios e aumento da participação do leite na economia regional. Dados do Censo Agropecuário de 2006 confirmam os estabelecimentos agropecuários de área menor que 100 hectares, responsáveis por 81% da produção de leite (IBGE, 2006).

Informações de técnico do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins) avalia atividade incipiente, diante de empecilhos significativos, tais como falta de incentivos e investimentos públicos, que priorizam pecuária de corte para exportação; e

¹⁸ Pesquisa direta e site das empresas.

baixos preços praticados pelos laticínios. Assim parte dos pequenos e médios pecuaristas preferem vender o leite *in natura* diretamente aos consumidores locais.

Para nutrição animal as agroindústrias de abastecimento do mercado local e regional produzem rações e suplementos minerais para alimentação bovina, da pecuária de corte extensiva, bem como para produção de pastagens. São quatro unidades fabris que se classificam como micro-agroindústrias e tem localização no Distrito Agro-industrial de Araguaína. A Premix é filial de empresa sediada no interior paulista possui unidades fabris diversas, com uma localizada em Araguaína (Foto 11).

Foto 11 – Exemplos de Agroindústrias instaladas em Araguaína: à esquerda Premix (ração animal) à direita o frigorífico Minerva.



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011).

A extração de colágeno do couro bovino é atividade fabril recente em Araguaína, com Gelnex, filial de agroindústria de porte nacional. O colágeno produzindo a partir do couro bovino e utilizado na fabricação de gelatinas em outras unidades da própria empresa, mas em breve deve completar o ciclo de produção na filial araguainense, como informado no *site* da empresa.

Especialização de comércio e serviços para pecuária: as atividades de apoio a pecuária, marcantes na infraestrutura urbana, estão inseridas na diversificada distribuição de bens e serviços concentrados por Araguaína, destacando o setor terciário pela importância na função regional.

As atividades industriais de apoio à produção primária brasileira concentra-se em determinadas regiões centrais. O comércio distante e a intermediação na rede de cidades reforçam a urbanização periférica com seu processo de crescimento autônomo em relação à industrialização regional, porém dependente da industrialização nacional. As rodovias federais e os transportes rodoviários de carga tiveram grande importância neste processo de urbanização e de integração nacional a partir da indústria nacional localizada no Sudeste.

Dentre as principais rodovias citam-se as construídas de Brasília em direção a diferentes regiões do Brasil, tal como a Belém-Brasília (OLIVEIRA, 2003).

Araguaína se consolida como centro comercial e de prestação de serviços para diversos setores econômicos e sociais, dentre os quais tem relevância o fornecimento para a pecuária e a partir de seu beneficiamento para exportação.

Ao longo das Avenidas Cônego João Lima, Santos Dumont e Bernardo Sayão formam-se corredores de especialização na produção pecuária e no comércio de bens e serviços com origens diversas de fornecedores multinacionais, nacionais e locais.

O comércio especializado em lojas de venda de produtos agropecuários; agregando-se as concessionárias de multinacionais, para venda e manutenção de tratores; complementados por comércio de peças e manutenção de tratores; de transportadoras de gado; de intermediários; até empresas de leilão; postos de combustível; de caminhões-gaiola; de indústrias artesanais da fabricação e manutenção de carrocerias, ou em artigos de couro para selaria, ferragens e marcas para bovino; na assessoria técnica em áreas de afinidade, entre as principais atividades identificadas em pesquisa de campo, praticamente localizadas entre os corredores comerciais referidos e as principais rodovias.

Por meio destas empresas há intenso fluxos de mercadorias fornecidas por multinacionais, nacionais e locais, que são transformadas em bens e serviços usados como insumos de apoio aos produtores pecuaristas.

Instituições públicas e privadas colaboraram com apoio técnico e fiscalização no processo produção pecuarista. Dentre as instituições de apoio à pecuária a de maior relevância destaca-se o Sindicato Rural de Araguaína (SRA), entidade patronal que atua com claro intuito de destinar a produção ao mercado mundial. Para isso promove investimentos de aprimoramento qualitativo do produto disponibilizando por meio de cursos, palestras e assistência técnica direcionadas aos pecuaristas; técnicas modernas e eficazes bem como presta serviços em defesa dos interesses da elite pecuarista, por meio da atuação dos principais políticos tocantinenses ligados ao SRA ou a outras entidades de defesa da classe.

As lojas de venda de produtos agropecuários são compostas por filiais de empresas com sede no estado de São Paulo, Goiás e Mato Grosso; as com matriz local que formam maioria quantitativa em número de estabelecimentos. A atuação regional das empresas tem distinção definida pelo capital disponível para investimentos, diversidade e preços dos produtos e pela extensão de propriedades por pecuaristas locais para o Sudeste Paraense, confirmando pesquisas anteriores de Becker (1982) que sinalizavam para cidades na franja da floresta com função de base logística para avanço da fronteira agrícola na Amazônia.

As filiais de empresas sediadas no Sudeste e Centro-Oeste acompanham a agropecuária para o Sudeste Paraense, instalando filiais e nomeando empresas representantes em cidades com localização estratégica para atender a vasta região. Este é o caso das duas principais: a Agroquima, instalada na cidade desde 1962, sediada em Goiânia-GO e Alvorada produtos agropecuários de Campo Grande-MS ambas possuindo matriz de agroindústria em medicamentos veterinários e em nutrição animal.

As matrizes locais expandem território na porção norte tocantinenses avançando nas fronteiras para as mesorregiões Sul Maranhense até município de Balsas, Sudeste Paraense, municípios de São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Redenção, Xinguara, Pacajá, Marabá e São Felix do Xingu, dentre outros. Contribuem para extensão do comércio pecuário ao Sudeste Paraense, a expansão de modernização agrícola para esta região, realizada com participação de pecuaristas residentes em Araguaína com propriedades nesta região.

A diversidade de produtos é um atrativo de mercado local, segundo comerciante do ramo em Araguaína:

Araguaína tem uma diversidade maior de produtos, e o nosso cliente sabe que vindo aqui em Araguaína, vai achar, encontrar o que precisa – desde o produto mais simples ao mais especializado. Ele, porém liga para confirmar, ou então ele já diz; lá em Araguaína tem (Pesquisa direta, 2011).

Em geral há uma diversificação de produtos oferecidos no comércio especializado, com exceção de algumas que atendem demanda exclusiva em venda de sementes para pastagens. A maioria da variedade de produtos comercializados é destinada ao uso da pecuária, já para agricultura são mais raros e suprem apenas agricultura de subsistência. Combinado com produtos para pecuária, apenas uma loja tem como objetivo atender produtores de soja dos municípios de Wanderlandia e Darcinópolis.

O comércio não tem característica do produtor em relação ao tamanho da propriedade. Nos estabelecimentos pesquisados, o atendimento é tanto ao pequeno, quanto ao médio ou grande pecuarista, no entanto o vendedor admite ser o grande fazendeiro quem sustenta o volume de vendas. De certo modo, em alguns, há clara predominância para atendimento ao grande produtor, pois a compra se realiza com os que têm Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

A comercialização tem como principais produtos os medicamentos veterinários, nutrição e suplemento animal; sementes, herbicidas e fertilizantes para pastagens; arames para cerca; ferramentas e utensílios para uso no campo; calcário¹⁹ e adubos. A maior venda é

¹⁹ Utilizado na correção da acidez do solo.

concentrada nos medicamentos veterinários, nos herbicidas e fertilizantes para pastagens, estes também designados pelos empresários do ramo como “tratamento de pastagens”.

As concessionárias de multinacionais para venda e manutenção de tratores e implementos agropecuários dispõem de quatro unidades em Araguaína, a John Deere, Massey Ferguson, New Holland e Valtra (Figura 12). Expandem-se instalando novas filiais em cidades do Sudeste Paraense, com atuação específicas e delimitada, cada uma com o domínio de territórios específicos. As concessionárias instaladas em Araguaína atuam em todo o norte estadual, sem ultrapassar fronteiras para outros estados.

Foto 12 – Concessionárias de veículos e máquinas agrícolas multinacionais na cidade de Araguaína-TO, 2011



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011).

Complementar às multinacionais estabelece-se uma diversidade de comércio de peças e manutenção de tratores, formado por empresas de sede local, atuando especialmente na revenda de peças; na manutenção de tratores, implementos agropecuários; e no aluguel de tratores de pneu e esteira, visando como clientes, sobretudo os pequenos proprietários.

A aquisição dos bovinos e o transporte do gado vivo estão sujeitos a serviços terceirizados, participação de intermediários e complementado por serviços de apoio na rodovia Belém-Brasília. Intermediários participam da compra e venda de gado, inclusive também desempenhada por significativa quantidade de fazendas que mantêm escritórios na cidade para esta finalidade. Outra maneira de realização da comercialização se dá por intermédio de empresas leiloeiras que realizam sistematicamente leilões de gado na cidade e região, boa parte deles com data fixa durante o ano e transformados em eventos de ampla divulgação fechados à elite pecuarista.

Os frigoríficos terceirizam o transporte para empresas especializadas, que por sua vez, contratam caminhoneiros e caminhões com carroceria do tipo gaiola utilizadas para transporte do gado vivo das fazendas da região até frigoríficos. As empresas Raniere Transportes e

Expresso Boiadeiro atuam no ramo para o Minerva, mantendo em média 30 caminhões gaiolas à disposição e carregam para este frigorífico aproximadamente 700 bovinos por dia.

O Posto Boiadeiro, posto de combustível situado na área urbana da rodovia Belém-Brasília, centraliza ponto de apoio aos caminhoneiros e caminhões e outros usuários que se encontram de passagem pela movimentada rodovia. Em geral os transportadores de “gaiolas” ficam estacionados neste e outros postos da rodovia, aguardando contrato de carga e utilizam serviços diversos como alimentação, bebidas e hospedagem. No período diurno a paisagem ao longo da rodovia é formada por comércio e apoio à rodovia, à noite torna-se território da prostituição. Serviços de mecânica pesada em caminhões são bem comuns ao longo do trecho urbano da rodovia que servem aos caminhões-gaiola e os outros que transportam mercadorias entre as regiões do país. Em ruas de contato com a rodovia é notável também a fabricação e manutenção de carrocerias de madeira, as gaiolas.

Indústrias artesanais são responsáveis pela fabricação e venda de ferragens usadas na construção de curral, carrocerias, pontes etc.; de artigos de couro para selaria e acessórios para os peões (vaqueiros); marcas personalizadas utilizadas para sinalizar o bovino, espalhados pelos espaços mais valorizados como a Avenida Cônego João Lima e Bernardo Sayão e outras ruas.

A assessoria técnica no georreferenciamento de imóveis rurais junto ao INCRA, averbação de reserva legal; licenciamento ambiental de desmatamento junto aos órgãos ambientais, consultorias e projetos diversos, contabilistas especializados dentre outros profissionais envolvidos, mesmo não ocupados os principais corredores especializados localizam-se nos arredores da área central da cidade.

A infraestrutura urbana como apoio à produção regional ocupa corredores especializados nas áreas valorizadas da cidade relacionando-se com a produção do espaço urbano e a reestruturação da cidade.

Araguaína é distribuidora de produtos industrializados nacionais e mundiais utilizados na produção pecuária, com origem nas principais indústrias farmacêuticas, agroquímicas (herbicidas, fertilizantes, inseticidas, etc.), nutrição animal, máquinas e equipamentos. Participam de forma mais expressiva as multinacionais, (Merial, Pfizer, Stihl, Bayer, Dow AgroSciences) seguida por grandes grupos nacionais (Gerdau, Ourofino Agronegócio, Clarion, Nortox, Valée); complementado por indústrias locais. No geral as empresas fornecedoras possuem atuação em todos os segmentos do agronegócio nacional e mundial.

Tabela 12 – Perfil das empresas fornecedoras de insumos, máquinas e implementos para agropecuária de Araguaína

Característica da produção	Fornecedores multinacionais		Fornecedores nacionais		Fornecedores locais	
	Quant.	% do total	Quant.	% do total	Quant.	% do total
Medicamentos veterinários	9	32,0	4	21,0	-	-
Agroquímicos (herbicidas, fertilizantes, inseticidas, etc.)	5	17,9	4	21,0	-	-
Nutrição e suplemento animal	4	14,3	5	26,3	2	66,7
Tratores e implementos agrícolas	4	14,3	-	-	-	-
Sementes para pastagens	-	-	3	15,8	1	33,3
Arames de aço e acessórios para cercas	1	3,6	1	5,3	-	-
Melhoramento genético	3	10,7	-	-	-	-
Ferramentas motorizadas (motor serra, roçadeiras, etc.)	1	3,6	-	-	-	-
Implementos e equipamentos agrícolas	1	3,6	1	5,3	-	-
Análise técnica (de alimentos e água)	-	-	1	5,3	-	-
Total	28	100,0	19	100,0	3	100,0

Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2011.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

As multinacionais figuram entre as mais conhecidas marcas ou grupos empresariais que controlam estas marcas, já consolidadas no mercado. Estados Unidos, Alemanha, França, Suíça, Suécia, Bélgica, Austrália e Holanda são as principais sedes empresariais, que como regra geral, possuem unidades industriais no Brasil instaladas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste e quase sempre com centros logísticos e escritórios no Sul e Sudeste. A partir das fábricas instaladas no Brasil exportam para diversos países principalmente no continente sul americano.

O quantitativo de fornecedores multinacionais presentes no comércio de apoio à pecuária na cidade, indica dependência da produção primária das tecnologias estrangeiras pelo abastecimento de produtos fabricados por tais empresas. As multinacionais expandem-se no mercado nacional com aquisição de indústrias do ramo, ou na realização de “joint-venture” (empreendimento conjunto) com outras multinacionais ou empresas nacionais, vislumbrando assim, dominar o mercado com seu potencial²⁰.

A saúde animal, ao lado da alimentação, mostra-se como preocupação recorrente no processo produtivo da pecuária bovina direcionado ao mercado mundial. Os medicamentos veterinários distribuídos no comércio especializado de Araguaína são de domínio das grandes empresas farmacêuticas mundiais, que também controlam a produção e venda de medicamentos veterinários. Constatou-se maior número de empresas fornecedoras, de origem externa, sendo nove empresas multinacionais e quatro nacionais (Tabela 12). Vacinas,

²⁰ Pesquisa direta e sites das empresas.

antibióticos, antiinflamatórios, vermífugos, acaricidas, fungicidas, antiparasitários, terapêuticos são alguns destes medicamentos comercializados.

As vacinas destacam-se como principal medicamento veterinário comercializado. O Tocantins é zona livre de febre aftosa com vacinação e para manter este *status* sanitário, são realizadas anualmente duas campanhas de vacinação e campanhas de imunização contra outras doenças, também são realizadas com rigorosa fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC) com poderes de bloquear a movimentação de compra e venda do rebanho e interditar a propriedade, em caso de não cumprimento das exigências de sanidade animal. Estas campanhas de imunização do rebanho bovino atingiram 99% da meta estipulada, movimentando o comércio de apoio à pecuária, com venda de vacinas (Pesquisa direta).

O fornecimento de tratores e implementos para a agropecuária local é uma exclusividade das multinacionais, todas com unidades fabris no Brasil. Das quatro concessionárias instaladas em Araguaína, duas delas, a Valtra e a Massey Ferguson são controladas pela AGCO Corporation grupo empresarial americano. A John Deere outra multinacional americana, que atua no mesmo ramo, teve sua concessionária local inaugurada no final de 2009 adquirindo e incorporando fabricantes nacionais.

Araguaína é espaço periférico capitalista de produção, mas não para consumo de produtos que exigem maior tecnologia na produção, como medicamentos, tratores e agroquímicos. O quantitativo de 56% de fornecedores multinacionais também é indicativo. Nas lojas especializadas a presença das multinacionais é marcante em termos dos produtos, das vitrines, do marketing da publicidade. A Dow AgroScience é um exemplo: atua em segmentos diversificados do agronegócio, produzindo agroquímicos; fertilizantes, herbicidas e inseticidas; medicamentos veterinários e nutrição animal. A Gerdau, de origem brasileira, é fornecedora de arames e acessórios para cercas.

A maioria das empresas nacionais com fornecimento da pecuária de Araguaína também possui presença em todo território nacional. Formam presença significativa as indústrias de nutrição e suplemento animal, medicamentos veterinários, agroquímicos, tratores e implementos agrícolas, arames de aço e acessórios para cercas, melhoramento genético, ferramentas motorizadas (motor serra, roçadeiras, etc.), implementos e equipamentos agrícolas.

As indústrias de produtos veterinários, nutrição e suplemento animal, com sede em Goiás e Mato Grosso utilizam como estratégia a distribuição de produtos por filiais no comércio varejista em Araguaína. São exemplos a Agroquima e a Alvorada produtos

agropecuários. O grupo Gasparim, do interior paulista, utiliza a mesma estratégia de distribuição de sementes para pastagens e produtos de nutrição animal.

A Premix, empresa de atuação nacional, optou por instalar unidade fabril em Araguaína e com mais três micro agroindústrias de sede local produzem suplementos minerais e rações utilizadas como nutrição animal.

Os fornecedores locais possuem atuação principiante diante das multinacionais e nacionais, pois são os fabricantes de ferragem para curral e de artigos de couro para selaria, produtos com menor valorização no mercado.

No espaço urbano corredores especializados para a região. O comércio e serviços para a pecuária tornam-se notórios na infraestrutura urbana da cidade, com formação de corredores especializados nas principais vias de acesso e saída, conectados à rodovia Belém-Brasília e TO-222, que também compõem um desses corredores. A espacialização das atividades de apoio à pecuária na cidade de Araguaína é formada em três principais corredores (Mapa 5, Tabela 13).

São as Avenidas Cônego João Lima, Santos Dumont e Bernardo Sayão. Nestas predomina o uso comercial, mas é possível, mesmo que raramente, encontrar imóveis para moradia (Mapa 5).

A Avenida Cônego João Lima, perpendicular a rodovia federal, é o principal eixo comercial e via de acesso e saída, que conecta a cidade com a região. A partir de seu início na rodovia, segue no sentido oeste-leste, com toda sua extensão de 3,3 km com predomínio de área comercial, atravessando o centro da cidade onde forma a maior concentração de comércio e serviços tais como autopeças, açougues, supermercados, postos de combustíveis, lojas de material de construção, concessionárias de veículos, bancos, oficinas de veículos, rede de lojas varejistas locais regionais e nacionais, instituições financeiras e rede bancária; etc. (Mapa 05).

O agrupamento quantitativo de comércio e serviços para apoio à pecuária é mais significativo na Avenida Cônego João Lima com um terço do total e representando maior especialização. Tem início logo no contato com a rodovia e se estende até o córrego Neblina, divisando com o centro da cidade. Entre as atividades de apoio à pecuária desenvolvidas na avenida destacam-se as lojas especializadas na comercialização de Produtos agropecuários como 60,0% das atividades; as instituições financeiras; fabricação e venda de ferragens para curral e de artigos de couro para selaria; e presença de intermediário da compra e venda de bovinos. Há forte presença do comércio, serviços e instituições financeira de apoio à pecuária na avenida (Figura 13; Tabela 13).

Tabela 13 – Os corredores de apoio a pecuária e sua especialização, Araguaína-TO, 2011

Atividade de apoio à pecuária	Av. Cônego João Lima		Av. Santos Dumont		Av. Bernardo Sayão		Outras localidades	
	Absolutos	%	Absolutos	%	Absolutos	%	Absolutos	%
Produtos agropecuários	18	60,0	3	14,0	1	11,2	5	17,1
Instituições financeiras	5	16,6	-	-	-	-	4	13,8
Intermediários	1	3,4	4	18,0	-	-	5	17,1
Lojas especializadas em sementes para pastagens	-	-	8	36,5	-	-	1	3,4
Venda e manutenção de peças para tratores e implementos agrícolas	-	-	4	18,0	5	55,4	-	-
Ferragens para curral	4	13,4	1	4,5	1	11,2	1	3,4
Multinacionais-Tratores, implementos agrícolas, peças de manutenção	-	-	2	9,0	2	22,2	-	-
Assessoria técnica	-	-	-	-	-	-	3	10,4
Instituições públicas	-	-	-	-	-	-	3	10,4
Artigos de couro para selaria	2	6,6	-	-	-	-	-	-
Fabricação e conserto de carrocerias	-	-	-	-	-	-	2	7,0
Melhoramento genético	-	-	-	-	-	-	2	7,0
Fabricação de marcas para gado	-	-	-	-	-	-	2	7,0
Sindicato Patronal	-	-	-	-	-	-	1	3,4
TOTAL	30	100,0	22	100,0	9	100,0	29	100,0

Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2011 e Catálogo Telefônico.

Elaboração: Roberto Antero da Silva

Foto 13 – Infraestrutura urbana de apoio à pecuária na Av. Cônego João Lima



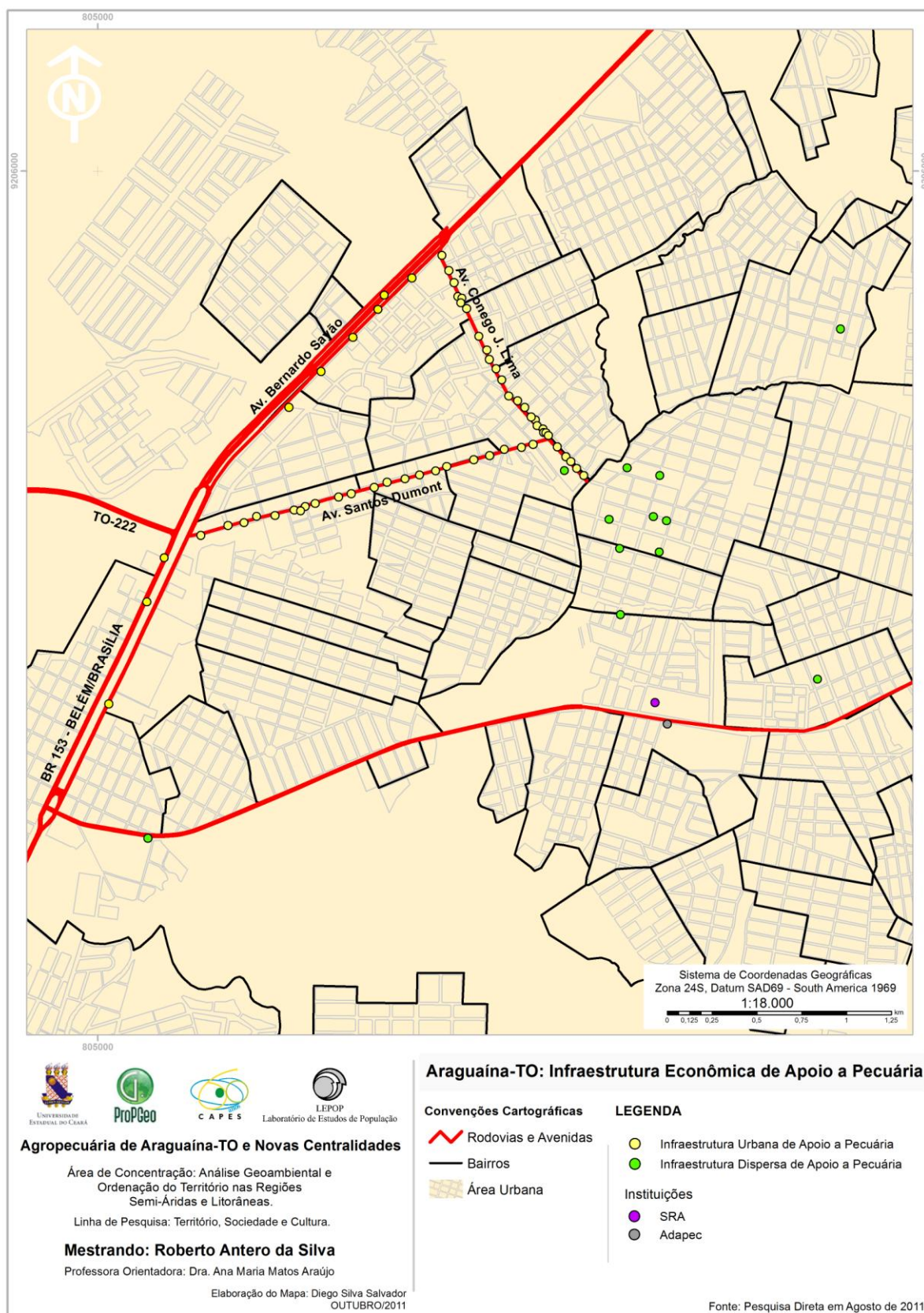
Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011).

No apoio à pecuária destacam-se em maior quantidade as lojas que comercializam exclusivamente sementes para pastagens, os intermediários da compra e venda de bovinos, manutenção e aluguel de tratores e implementos agrícolas, produtos agropecuários, ferragens para curral. A principal expressão econômica evidenciada nesta avenida é a presença de duas concessionárias de multinacionais para venda e manutenção de tratores e implementos agrícolas (Tabela 13).

A Avenida Santos Dumont também iniciou com a rodovia federal, como via de acesso e saída rodoviária para as regiões brasileiras, já que nela está localizado o terminal rodoviário; além de vinculação com a região e Sudeste Paraense. Estendida no sentido oeste-leste por 2,2km até encontrar-se com a Avenida Cônego João Lima, em ponto de concentração de atividades para apoio à pecuária. É uma avenida de predominância comercial com presença hotéis, locadoras de automóvel, material de construções, ferro velho (Mapa 6).

A duplicação da rodovia Belém-Brasília na área urbana da cidade forma a Avenida Bernardo Sayão. A quantidade de serviços na rodovia é bem intensa visando atender ampla movimentação de caminhões com postos de combustíveis, oficinas mecânica para grandes veículos, restaurantes, etc. O apoio à pecuária nesta avenida tem destaque para tratores e implementos agrícolas como 78% das atividades comerciais, representadas por duas concessionárias de multinacionais e oficinas para manutenção; com presença ainda de lojas de produtos agropecuários, e de ferragens para curral (Mapa 7).

Mapa 7 – Araguaína- TO: Infraestrutura urbana de apoio à pecuária



A infraestrutura urbana de apoio à pecuária está concentrada nestas três avenidas, embora possa ser encontrada em diversas outras localidades espalhadas pela cidade. A avenida João de Sousa Lima é a principal ligação com o estado do Maranhão, conectando o centro da cidade com Avenida Filadélfia, nome recebido pela rodovia TO-222 no perímetro urbano de Araguaína. Nestes pontos são encontradas lojas de produtos agropecuários, intermediários, assessoria técnica, instituições públicas, fabricação e conserto de carrocerias gaiolas, melhoramento genético, sindicato Patronal, ferragens para curral, dentre outras (Tabela 13, Mapa 7).

A participação de instituições públicas e privadas se dá com fiscalização, assistência técnica, incentivos financeiros. A ADAPEC atua na fiscalização e defesa animal e é responsável por conceder aos frigoríficos do estado o Selo de Inspeção Estadual (SIE) que garante a comercialização de seus produtos em todo país (Mapa 05).

O RURALTINS é o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural ao agricultor familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. O financiamento é proporcionado pelo BASA e Banco do Brasil, com investimentos originários do BNDS, e pelo banco privado Bradesco, também financiador da pecuária.

A Universidade Federal do Tocantins no campus de Araguaína tem atuado na agropecuária desenvolvendo pesquisas na área de concentração de produção animal por meio de programa de Pós-Graduação Ciência Animal Tropical, com mestrado e doutorado e dois cursos de graduação em medicina veterinária e zootecnia. (UFT, 2010). No entanto nota-se ainda incipiente principalmente em relação ao melhoramento genético, já que as empresas e fazendas que investem no aperfeiçoamento genético do rebanho utilizam estudos da Universidade de São Paulo.

Empresas do Sudeste e Sul, algumas com filiais na cidade, oferecem serviços para o melhoramento genético do rebanho bovino. Quanto à técnica de inseminação artificial já é amplamente dominada e praticada em fazendas do município e região, com algumas dessas fazendas já se tornando especializadas na melhoria genética bovina, abandonando a tradicional pecuária de corte em substituição da criação reprodutores macho e fêmea. Nota-se nestes redutos a presença da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) que disponibiliza banco de dados e tecnologia empregada na melhoria genética.

O espaço urbano de Araguaína é utilizado para apoio à produção pecuária da região, agrupado em corredores especializados nas principais avenidas da cidade. São espaços na cidade mas que estão produzindo para a região.

Além de comércio especializado, instituições públicas e privadas desempenham relevância no apoio à agropecuária, mantendo destaque entidade patronal que atua na manutenção e expansão do poder econômico da elite pecuarista na cidade de Araguaína e sua região.

É a expansão de mercado e poder territorial. Das instituições que têm proporcionado apoio à pecuária a de maior relevância para o setor, sem dúvida, é o SRA (Sindicato Rural de Araguaína) entidade patronal representativa dos produtores pecuaristas de Araguaína e região atuando na definição de estratégias de mercado, divulgando informações por meio de cursos, palestras, mídias, etc. O poder territorial da pecuária no estado e na região, também poder ser expresso pela representatividade de políticos filiados nesta entidade ou ligados ao agronegócio.

Criado no início da década de 1960 com objetivo de proteger os direitos e representar os interesses da sua categoria, atualmente o SRA conta com mais de 800 associados e se credencia como a maior responsável pela firmação de Araguaína como pólo agropecuário, e *capital do boi gordo*. Realiza dois grandes eventos anuais de finalidade econômica: a Exposição Estadual Agropecuária de Araguaína (EXPOARA) e, junto com outras instituições, a Feira de Negócios, Indústria e Agroindústria do Tocantins (FENIAGRO). A EXPOARA se configura um dos principais eventos e festas de Araguaína e região, com participação de 200 mil pessoas e movimentação de quantia superior a R\$ 30 milhões durante os dez dias de sua realização em 2010 (SRA, 2011).

A EXPOARA representa contradições e conflitos da produção pecuária e dos conflitos de classes. É um evento que comprova o poder econômico do setor, possuindo finalidade econômica e de festa da elite rural, atraindo também trabalhadores, passando a ser popularmente chamada de “a pecuária”. São realizados leilões de gado, comercialização de máquinas e insumos para o campo com financiamento dos bancos estatais e privados e como entretenimento - mais também como negócios - shows sertanejos, rodeios, parque de diversão, e uma enorme diversidade de tendas para venda de comidas e bebidas. Realizada no Parque de Exposição Permanente administrado pelo Sindicato, mediante ingresso de entrada para o evento, excluindo dessa forma a população trabalhadora mais carente de recursos.

Como resultado nos arredores do parque de exposição, forma-se um evento paralelo, popularmente cognominado de “Vila Schim”. Os comerciantes ambulantes que não podem pagar preços do aluguel na área do interior do evento se reúnem e oferecem alimentação, bebidas e música, atraindo significativa quantidade da população das classes sociais com menor poder aquisitivo.

O Sindicato está localizado na Avenida Filadélfia, nome da TO-222 no perímetro urbano da cidade, em área valorizada e marcada por uso de moradia (Mapa 05). Dispõe de arenas para rodeio, show artísticos, bares e restaurantes e escritório de instituições públicas que atuam em apoio técnico ou arrecadação da produção pecuária como Adapec, Ruraltins, Secretaria da Fazenda, Associação Nacional de Criadores de Zebu, etc.

Cursos e palestras direcionados para melhorar a produtividade fazem parte da programação anual do órgão de classe direcionado aos produtores e trabalhadores das fazendas. Apresentam-se nas áreas de bovinocultura de leite, alimentação e manejo de pastagens, inseminação artificial; operação e manutenção de tratores agrícolas, irrigação, aplicação de herbicidas agrícolas. Há também uma programação quase mensal de leilões de gado organizados e realizados na própria sede do Sindicato.

O site da instituição indica ser forte ferramenta de divulgação das idéias da categoria pecuarista na apropriação do espaço urbano e regional, demonstrando conflitos de classes, como no exemplo da nota divulgada pelo presidente da entidade intitulada: “Vamos reunir forças contra o MST²¹”.

Atuando na definição de estratégias de mercado, consta na pauta de prioridades apresentadas pelo SRA que a qualidade da carne produzida deve ser de acordo com as exigências do mercado mundial:

[...] o sindicato hoje tem se preocupado, com relação a isso aí [qualidade da carne]; primeiro tem trabalhado com o produtor, sempre com ideologia de tecnologia, porque hoje se você não tiver um produto de qualidade, o mundo mercadológico da carne, tá exigindo textura de gordura, maciez [...] e isso se volta à genética, alimentação, mineralização e manejo; cabe-se ao sindicato, pegar todo esse aparato tecnológico e fazer divulgações para os seus associados [...]. É tudo isso é feito com intenção de tá no mercado global (Diretor do SRA, 2011)

A instituição vislumbra de forma explícita uma potencial região produtora, favorecida por condições naturais e pela disponibilidade de terras, como afirma diretor do SRA “[...] a melhor pecuária do Brasil está presente em Araguaína, devido ao clima, luz, temperatura, [...]”

²¹ “Companheiros, como estamos acompanhando por fatos próximos de nós ou pela mídia, o MST que é uma quadrilha de guerrilheiros muito organizada e manipuladora de massas desfavorecidas que são usadas como bucha de canhão, e ganharam força sendo empurrados e calçados pelo PT. Mas a coisa fugiu do controle dos «companheiros e companheiras» que não podem fazer muita coisa porque seus rabos estão entrelaçados. Então, como tudo no Brasil, os produtores e proprietários legítimos das terras têm que provarem que são donos sendo humilhados e desrespeitados por uma grande massa de manobra comandada pela a tal guerrilha e pelo nosso governo que assiste tudo e nada faz. Assim, a senadora Kátia Abreu à frente da CNA lançou este ano o «Plano Nacional de Combate a Invasões», protocolado no dia 6 de abril. Mas para que dê certo precisamos do respaldo de todos os parceiros do meio rural, pois necessitamos colher pelo menos 1 milhão de assinaturas até dia 30 deste mês para o abaixo-assinado. Tal medida aumentará as chances da criação do Programa pelo Governo”.

e abundância de gente que tem condição de produzir”. Portanto com capacidade de competir frente aos mercados de produção nacional.

É uma entidade que busca assegurar o poder econômico e político obtido pelas elites pecuaristas. O poder é expresso pelos donos das terras da região, pois quem dispõe da posse da terra comanda o território e, portanto, a região. A vinculação à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pela representatividade expressa pelos principais políticos do município e do estado conferem manutenção do poder.

[...] e nós também temos produtores que é deputado, que faz parte do sindicato rural, já tivemos senadores, ainda temos o senador João Ribeiro que é filiado ao sindicato, é um produtor, o atual prefeito de Araguaína é sindicalizado, **então precisa ter esse elo da convivência, da necessidade**, o sindicato tem e teve com o governo uma porta bastante aberta (Diretor do SRA) (Grifos nossos).

Os três senadores representam a oligarquia rural, agora na forma de agronegócio. Um deles de Araguaína é filiado ao SRA e de acordo com Lopes (2009) já constou na lista de denunciados por manter trabalhadores escravos; outra senadora assume atualmente a presidência do CNA, entidade que reúne e defende o agronegócio no país. A senadora lidera um “Plano Nacional de Combate a Invasões”, mostrando-se contra qualquer forma de distribuição de terras. O terceiro senador é empresário do agronegócio.

O atual governador e metade dos oito deputados federais do Tocantins são representantes da agropecuária. De Araguaína são dois, ambos filiados ao SRA. Em folheto de divulgação de um destes deputados, apresenta projeto de lei para uso de medicamentos veterinários genéricos, e desta forma “baixar o custo da produção da carne e do leite no Brasil”. O prefeito de Araguaína e outro associado do SRA.

O desenvolvimento capitalista desigual torna-se notório numa região onde as elites pecuaristas comandam as terras, as riquezas e detêm privilégios, dando sentido à pecuária e poder político como pares inseparáveis. O político representante da elite pecuarista é o elo necessário atuando na defesa dos interesses de sua classe, da manutenção, ampliação do poder econômico e social historicamente construído. Esta é uma combinação marcante que se torna perversa em Araguaína.

O discurso de Araguaína como capital do boi gordo é defendido pelo SRA, como uma forma de difundir a imagem de uma cidade rica e prospera e se apropriar de investimentos públicos: “Esse marketing de capital do boi gordo vai durar uma eternidade, nós temos boi gordo o ano inteiro, ninguém vai tirar esse título de Araguaína” (Diretor do SRA).

6.4 CENTRALIDADES ECONÔMICO-SOCIAL E URBANO-REGIONAL DE ARAGUAÍNA

Araguaína tornou-se cidade dos movimentos de população e de mercadorias. Através da densidade de comércio e serviços e das vias urbano-regionais a população se movimenta entre a região e a cidade, demais regiões do país, para consumo de bens e serviços diversificados e desta maneira cumpre função de espaço de acumulação capitalista.

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização como maior rapidez o ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho. (SPOSITO, 2008, p. 64).

No papel de cidade que atua no setor terciário, atende à população da região, em termos de comércio e serviços diversificados com função central na dinâmica regional. Araguaína é espaço de mediação e dominação entre os municípios da região e os mercados capitalistas nacionais e mundiais.

A função de prestadora de serviços educacionais de nível superior extrapola fronteiras estaduais e da Amazônia; e a especialização de comércio e serviços diversificados para região revela-se nas constantes transformações urbanas de Araguaína, como cidade de centralidade regional e para acumulação capitalista.

A estrutura comercial da cidade começa emergir na década de 1960 para realizar os negócios de produtos primários produzidos em Araguaína e municípios próximos. A abertura da Belém-Brasília amplia as relações econômicas com a capital Goiânia (GO) e Sudeste brasileiro, relações que logo se tornariam consolidadas.

As mais fortes empresas (sic) comerciais de Araguaína são geralmente filiais de firmas de Goiânia e Anápolis, especializadas no comércio de arroz, babaçu, algodão, mamona, amendoim e gergelim. A mais importante é Companhia Boa Sorte [...] O abastecimento do comércio de Araguaína revela uma concorrência, na qual os mercados do sul exercem certa preponderância (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 207)

O espaço vai sendo adaptado em termos do valor de uso e obtendo valor de troca. Os corredores comerciais vão surgindo e se especializando com empresas ali localizadas.

A primeira empresa local foi registrada no ano de 1966, crescendo lentamente até 1970 quando outras quatro foram instaladas. Ao longo da década de 1970 mais 60 novas

empresas foram registradas no município, somando-se a mais 273 na década de 1980; totalizando 338 unidades até este período, apenas 11,4% das atuais empresas (Tabela 14).

O expressivo aumento dos anos de 1990, ao final da década foi comprovado 868 empresas e continuado na década seguinte, quando mais que triplica as unidades, aumentando em 1.737 e em 148% entre 2001 e 2009 (Tabela 14). É no início do século XX que Araguaína passa a exercer na rede nacional de centralidades urbanas a função terciária com determinada especialização (MATOS, 2005).

Tabela 14 – Evolução do quantitativo de empresas em Araguaína por período (1966-2009)

Período de fundação	Criação de empresas no período		
	Absolutos	Incremento percentual em relação a 1967-1970	Incremento percentual em relação a 2001-2004
Até 1966	1	-	-
1967 a 1970	4	100	-
1971 a 1980	60	1.400	-
1981 a 1990	273	6.725	-
1991 a 1995	328	8.100	-
1996 a 2000	540	13.400	-
2001 a 2004	499	12.375	100
2005 a 2009	1238	30.850	148
Total	2943	-	-

Fonte: Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (2009).

Elaboração: Roberto Antero da Silva

Os padrões de consumo que a sociedade está submetida nem sempre é atendido pela produção local e regional. No caso brasileiro a industrialização foi concentrada no Sudeste e Sul do país, apenas a indústria de bens de consumo não duráveis e de alimentos se distribuiu por todo território nacional, pois não compensava sua comercialização nacional. Os produtos de bens duráveis, de comunicação, químicos e farmacêuticos, por exemplos, ainda hoje se encontram relativamente concentrados, daí porque a urbanização se espalhou por todo território distribuindo o comércio das indústrias localizadas no sudeste brasileiro (OLIVEIRA, 2003; MARTINS, 1994).

A especialização terciária sintetizada no quantitativo de empresas coloca Araguaína posicionada como a quarta maior sede entre as cidades da sub-região da Amazônia Oriental superada por Imperatriz (5.938) Palmas (5.084) e Santarém (3.732) e a frente de Marabá (2.676) (IBGE, 2009).

Prioriza-se na discussão a centralidade de Araguaína como fornecedora de bens e serviços para sua região, com base em 19 atividades econômicas, de acordo com Classificação

Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) elaboradas pelo IBGE (2007), além de ser oficialmente adotada pelo sistema estatístico nacional, pelos órgãos gestores e entidades privadas.

Os principais ramos de atividades econômicas terciárias desenvolvidas na região de Araguaína indicam a importância comercial, sobretudo no município, cujas empresas chegam a 67,4% do total municipal. O aglomerado de empresas na escala regional também é notório, representam 67% do total regional. Conclui-se, portanto, se Araguaína concentra as empresas certamente a cidade é propícia para o consumo (Tabela 15).

Outra característica de destaque de Araguaína em relação aos demais centros urbanos surge quando se examinam a prestação de serviços em educação, saúde e atividades imobiliárias. A concentração quantitativa de estabelecimentos e os ramos indicam especialização.

Tabela 15 - Empresas por ramos de atividades em Araguaína-TO e sua região, 2009

Ramos de Atividades	Município de Araguaína		Região		Araguaína na região (%)
	Absolutos	%	Absolutos	%	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.757	60,00	2.609	59,02	67,50
Indústrias de transformação	205	7,00	285	6,50	72,00
Outras atividades de serviços	183	6,20	374	8,50	49,00
Alojamento e alimentação	136	4,60	190	4,20	71,50
Educação	97	3,30	136	3,10	71,50
Atividades administrativas e serviços complementares	97	3,30	124	2,80	78,00
Saúde humana e serviços sociais	96	3,20	121	2,70	79,50
Atividades profissionais, científicas e técnicas	87	3,00	129	2,90	67,50
Construção	86	3,00	125	2,80	69,00
Transporte, armazenagem e correio	71	2,40	108	2,40	66,00
Informação e comunicação	40	1,30	52	1,10	77,00
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	25	0,80	44	0,99	57,00
Artes, cultura, esporte e recreação	19	0,60	26	0,58	73,00
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	19	0,60	23	0,52	82,60
Atividades imobiliárias	14	0,40	14	0,35	100,00
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4	0,14	10	0,25	40,00
Administração pública, defesa e seguridade social	3	0,10	35	0,85	8,50
Indústrias extrativas	3	0,10	17	0,42	17,60
Eletricidade e gás	1	0,03	1	0,02	100,00
Total	2.943	100,0	4.423	100,0	67,00

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (2009).

Elaboração: Roberto Antero da Silva

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas compreendem supermercados, minimercados e mercearias; bebidas, manutenção de veículos e peças de

veículos automotores, comércio de combustíveis, materiais agrícolas, produtos alimentícios, vestuário, calçados, farmácias, material para escritório; máquinas e equipamentos; material de construção; papelerias, oficinas de eletro, etc. Este tipo de atividade econômica é encontrado em todos os municípios da região. São 1.757 unidades, em Araguaína e 852 nos demais municípios, com destaque para Colinas do Tocantins e Xambioá, constando 354 e 108 unidades respectivamente. Esta é a atividade com maior número empresas, correspondendo a 59% das unidades da microrregião (Tabela 15).

Saúde humana e serviços sociais são atividades econômicas secundárias em domínio percentual de estabelecimentos em Araguaína com funcionamento de 77,4% de todas as empresas do ramo. GASPAR (2002) estuda a centralidade em saúde: “Araguaína e sua região: saúde como reforço da polarização”. E com base da Teoria das Localidades Centrais, estabelece uma regionalização dos serviços de saúde de Araguaína que se estende em influência para estados vizinhos, com 37% dos serviços ofertados, destinados ao atendimento da população do Sudeste Paraense e Sul do Maranhão.

Das outras 16 cidades pertencentes à região apenas em Colinas, Xambioá e Arapoema possuem hospital público, as outras contam apenas com posto de saúde que encaminham os doentes mais graves ou que necessitam de especialidades, em ambulâncias para a Araguaína.

Educação, que envolve realização de atividades de ensino público e privado, em qualquer nível e para qualquer finalidade, na forma presencial ou à distância, há registro de atividades em quase todos os municípios, que somam uma maioria de escolas primárias particulares. Quando é considerada a educação superior, concentra-se quase totalmente em Araguaína. Destacam-se a Universidade Federal do Tocantins (UFT); o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC); e a Faculdade Católica Dom Orione. Apenas no município de Colinas do Tocantins também há uma universidade que é privada.

A educação superior é um dos serviços distribuídos que tem motivado profundas modificações no uso do solo urbano com surgimento de condomínios e repúblicas para estudantes, cognominados na cidade de “Kit nets”, em terrenos antes ocupados por habitações populares; proporcionando novas relações de consumo, criadas para atender um perfil de moradores temporários, estabelecendo desta forma uma regionalização pelos serviços de educação superior.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), criada em 2003, em substituição a Universidade Estadual do Tocantins, mantendo praticamente os mesmo cursos já existentes em Araguaína: licenciatura em geografia, história, matemática e letras; medicina veterinária e zootecnia, estes dois últimos os mais concorridos. Em 2009 também passou a ofertar

licenciaturas em física, química e biologia e o curso superior de tecnólogo em logística, cooperativismo e turismo. A pós-graduação disponibilizada no campus de Araguaína é em “Ciência Animal Tropical” com mestrado e doutorado (UFT, 2011).

Torna-se notório que entre os cursos oferecidos pela única universidade pública da cidade são privilegiados os que atendem os mesmos interesses que motivaram o avanço do modo de acumulação no Brasil e a incorporação Amazônia para a agricultura de exportação. Especialmente quanto a Pós-graduação em “Ciência Animal Tropical” e os cursos tecnólogos que produzem conhecimentos e formam mão-de-obra especializada para agropecuária regional.

O Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos (ITPAC) iniciou funcionamento no ano de 1998 com quatro cursos e seis anos depois implantou o curso de medicina, mantendo exclusividade em formação de profissionais na área de saúde. Atualmente oferta graduação em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia, direito, administração, sistema de informação e pedagogia; além de especializações em direito, saúde e educação.

Outra universidade é a Faculdade Católica de Araguaína oferta cursos de direito e administração de empresas.

Os cursos mais elitizados e comercializados nas universidades privadas demandam altos investimentos financeiros, e mesmo na universidade pública há custos e despesas de estudos que os tornam inacessíveis aos descendentes de agricultores que migraram para Araguaína desde a década de 1960 e aos trabalhadores que ainda continuam a migrar, atraídos pela possibilidade de reprodução da força de trabalho.

Os cursos das universidades privadas atendem à elite local, regional e extra regional. Em pesquisa direta realizada com 53 acadêmicos do ITPAC dos cursos de medicina, odontologia, farmácia e enfermagem, priorizando acadêmicos que vieram de outros municípios para estudar em Araguaína, constatou-se que são jovens com idade entre 17 a 28 anos com quase metade entre 20 a 23 anos e a maioria de mulheres.

A residência anterior, entre 2011 e 2006 em 38% dos entrevistados foi o estado do Pará; seguida por 21% do Maranhão e 9% que já residiam no Tocantins. Os outros 22% dividem-se entre os estados de Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, Ceará, Paraíba e Bahia. 42% são naturais do Tocantins, 15% do Maranhão e 21% do Pará; e 20% de outros estados e 3% de outros países. Quando se olha pontualmente para o curso de medicina 70% dos acadêmicos tinha residência anterior no estado do Pará; e 30% nos estados do Maranhão, Piauí Bahia e Tocantins.

Estes universitários residem provisoriamente em Araguaína, assim 80% alugando uma moradia, apesar de 16% possuírem casa própria e os outros residem em casa de parente. Com isso o mercado imobiliário da cidade tem aquecido modificando a paisagem urbana com a construção de residências específica para estudantes. O “Kit net” é moradia para 42% dos entrevistados, com 34% residindo em casas; mais 15% em apartamentos e 9% em casas utilizadas como residências coletivas.

As alterações no uso do solo urbano valorizam bairros periféricos antes ocupados por habitações populares, espalhados por diversas áreas da cidade tornando propícia a especulação imobiliária de terrenos e aluguéis. O setor Oeste, bairro localizado na frente do ITPAC, é o preferido pelos estudantes de medicina e exemplo deste processo de valorização do solo urbano (Figura 14).

Foto 14 – Modificações urbanas no setor Oeste e proximidades



Fonte: SILVA, Roberto Antero da (2011).

No setor Oeste as casas dos antigos moradores são substituídas por residências para abrigar moradores de maior padrão financeiro. Praticamente em todas as ruas encontram-se

placas de venda de imóveis e novos empreendimentos imobiliários que contrastam com algumas permanências e a infraestrutura urbana precária de poucas ruas pavimentadas e falta de rede de esgoto.

Para atender o perfil dos novos moradores, está sendo demandada uma série de novos serviços até pouco tempo estranhos no espaço. São exemplos as locadoras de automóveis, pizzarias, supermercados, bares, postos de combustíveis e lojas de conveniência. A duplicação da Avenida Filadélfia e a construção da Avenida Marginal Neblina, com objetivo de possibilitar com rapidez o acesso ao centro comercial da cidade é parte do processo de valorização da área, são consequências dessa reestruturação dos usos do solo urbano.

Desta forma, como causa e consequência dos serviços de educação superior, outros serviços são demandados como as atividades imobiliárias que estão concentradas totalmente na centralidade de Araguaína; e a de construção que abrange reforma e construções de uso geral, as obras de infraestrutura, e os serviços especializados dos quais sedia 69%; alojamento e alimentação que envolve as atividades de alojamento de curta duração e os serviços de alimentação e bebidas, e, principalmente hotéis, enquanto partes inseparáveis da infraestrutura econômica da cidade que oferta serviços para o entorno regional concentrando assim 71,5% (Tabela 15).

Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais, que se caracterizam por intensa informalidade, tais como as locadoras de filmes, manicures, cabeleireiros, faxineiras e lavadeiras, também se distribuem por toda a periferia regional. Há 183 empresas em Araguaína e 191 distribuídas entre os 16 municípios da região. É das poucas atividades em que mais da metade está dispersa nos municípios do espaço regional. Nos municípios de Palmerante e Pau D'Arco não há registro oficial desta atividade econômica (Tabela 15).

Araguaína centraliza as atividades administrativas e serviços complementares especializadas em serviços terceirizados, cobranças, teleatendimento (78,5%); as de informação e comunicação que inclui a criação e colocação de produtos com conteúdo de informação em mídias que possibilitam a sua disseminação (77%); também as atividades profissionais, científicas e técnicas que compreendem a prestação de serviços jurídicos, contábeis, arquitetura e engenharia, pesquisa científica, consultorias e outros serviços (67,5%); e ainda artes, cultura, esporte e recreação (73%) (Tabela 15).

Transporte, armazenagem e correio correspondem a atividades de transporte de passageiros ou mercadorias nas diversas modalidades; de armazenamento, carga e descarga, e as atividades de correio, de malote e de entrega. Inclui-se ainda gestão e operação de terminais rodoviários, fretamento etc., concentrando-se em 66% na cidade central (Tabela 15).

Atividades financeiras da região concentram-se 82,6% em Araguaína e compreendem seguros, previdência complementar e serviços relacionados fazem parte do ramo de principais atividades econômicas enumeradas, que exige maior grau de especialização e que sugere superioridade econômica de Araguaína. São exemplos, administração de consórcios, seguros de previdência complementar, planos de saúde, seguros de vida e não vida. Das 22 empresas presentes na região, 18 estão em Araguaína, 01 em Araguanã, 02 em Colinas do Tocantins e 01 em Pau D' Arco. Quanto às agência bancárias temos 01 em Arapoema, Filadélfia e Xambioá; 04 em Colinas do Tocantins e 10 em Araguaína (Tabela 15).

Indústrias de transformação ocorrem em quase toda região compõe-se de atividades desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, como também a produção manual e artesanal. Produzem em frigoríficos, laticínios, padarias, confecção de vestuário, fabricação de produtos da madeira, fabricação de artefatos de concreto, só não há registro de empresas em Palmerante e Piraquê. 72% das indústrias de transformações em âmbito regional estão em Araguaína representadas por agroindústrias da pecuária, tema de discussão ainda neste texto (Tabela 15).

Esse quadro das atividades econômicas especializadas sugere que Araguaína concentra a grande maioria das empresas e, portanto, a distribuição de bens e serviços.

Permite admitir a hipótese de uma especialização em curso, sobretudo, no que tange à oferta de educação superior, extrapolando fronteiras estaduais e regionais; de saúde; e do comércio e instituições financeiras; e desta forma intensifica o movimento de pessoas para consumo de bens e serviços, e para constituição de espaço de centralidade urbano-regional na Amazônia Oriental.

Na questão financeira, em particular, boa parte dos municípios da região não possui agência bancária, sendo comum, o deslocamento diário das pessoas que necessitam deste tipo de serviço em direção à cidade de Araguaína. E assim, outros serviços e atividades comerciais são demandados, porque um deslocamento envolve inúmeros outros serviços e bens complementares, não ficando ao mínimo de seis horas diárias em Araguaína, a depender da oferta de transportes diários em circulação.

7 CONCLUSÕES

A região considerada pela diferenciação da articulação entre o modo de produção e dos conflitos de classes inerentes ao processo de acumulação capitalista, reproduz diferentes e desiguais realidades socioespaciais, com hierarquias e periferias urbanas e regionais; centralidades socioeconômicas, que conferem a determinadas cidades papéis privilegiados no espaço regional.

O planejamento estatal para a Amazônia determina com intensa influência econômica e urbana a conformação espacial do Tocantins e de Araguaína com rol de investimentos priorizando à agropecuária. A mediação do governo no espaço torna-se uso do interesse privado a mercê dos interesses de empresas nacionais e globais.

Na proposta de reordenamento territorial da Amazônia o Estado utilizou de maneira recorrente o discurso de promover uma ocupação da região através de mecanismos de oportunidades para as maiorias excluídas da terra.

No entanto repetiu-se a mesma estrutura desigual que prevalece no país, favorecendo a ampliação do capital. O campo foi tomado por latifúndios pecuaristas e a cidade tem prioridade em investimentos na infraestrutura econômica em detrimento de investimentos para população.

De uma economia agrícola de subsistência, o Tocantins em meio século torna-se provedor de insumos para indústrias alimentícias do mercado mundial voltando-se para atender imposições da sociedade capitalista. Porém a penetração do capital é seletiva e desigual constituindo espaço regional com centralidades e hierarquias entre cidades restritas que recebem função “privilegiada” na divisão territorial do trabalho

A região de Araguaína é incorporada ao processo de valorização capitalista e a terra fragmentada passa de valor de uso para um condicionamento ao valor de troca. Além de vendida, a região torna-se subordinada aos centros de decisão nacional e mundial, fornecendo produtos agropecuários para exportação, concorrendo para expropriação da economia agropastoril.

Dentre as propostas de regionalização oficialmente elaboradas que envolvem Araguaína, optou-se pela microrregião geográfica do IBGE (2002) para melhor compreender a região em estudo.

No entanto, como qualquer proposta de regionalização, mostrou-se insuficiente: elaborada na década de 1990 não passa por reformulações e revisões; mantém-se rígida quanto às fronteiras estaduais. Desta forma não acompanha a dinâmica econômica e espacial

na qual está envolvida a cidade de Araguaína e sua influência regional, essencialmente a partir deste início de século XXI.

A região de Araguaína, pensada a partir de uma centralidade de apoio à agropecuária, se estenderia por mais de trinta municípios no norte tocantinense, além de extravasar fronteiras estaduais para o Sudeste paraense, a exemplo dos municípios de São Geraldo do Araguaia, Piçarra e Jacundá.

A região de Araguaína torna-se espaço de interesse da expansão do capitalismo brasileiro com a incorporação de fronteiras agrícolas, transformada rapidamente em moderna agropecuária de exportação a fim de atender à demanda por maior produção de alimentos, necessidade da urbanização crescente e passa a desempenhar funções específicas na divisão territorial do trabalho fornecendo carne bovina para mercados locais, regionais e inter-regionais e ao mercado mundial.

A cidade de Araguaína exerce centralidade urbano-regional da produção agropecuária tornando-se uma das cidades da Amazônia brasileira essencial para ampliação do processo de acumulação do capitalismo e mantém por meio das elites locais discurso e ações que asseguram poder da pecuária local e regional, como atividade econômica geradora de riquezas.

Estrutura comércio especializado e agroindústrias de suporte à pecuária regional e se conecta diretamente ao mercado mundial por meio da produção e da centralidade urbano-regional, no entanto, mantém condição periférica na produção primária e na dependência de produtos industrializados de empresas multinacionais e nacionais para subsidiar a agropecuária.

A pecuária utiliza os espaços mais valorizados da cidade nas principais ruas e avenidas que se conectam às rodovias e acesso a região. São lojas com suntuosas fachadas e até mesmo vitrines, indicativo do poder de classe.

O uso capitalista da cidade não é exclusivo da pecuária. Esta também não é a principal atividade econômica desenvolvida. Mesmo que se aproprie do marketing e discursos da capital do boi gordo e dos investimentos públicos direcionados para esta finalidade. O

O baixo PIB do setor agropecuário (4,31%) confirma uma contradição. O poder econômico e político historicamente construído é mantido, estendido e suficiente para que a elite pecuarista mantenha-se com destaque na produção do espaço urbano da cidade.

A oferta de serviços distribuídos por Araguaína para sua região surge com maior relevância participando com 71% do PIB. Destacam-se os serviços de educação superior e saúde, alocando a cidade como um instrumento capitalista do consumo de bens e serviços,

através do fortalecimento do setor terciário que cresceu para atender às necessidades do consumo regional e de acumulação de capital.

A urbanização de Araguaína também está associada à comercialização e à prestação de serviços urbanos e sociais com função terciária de abastecimento do mercado regional, superando imensamente a produção agropecuária. A velocidade das modificações no uso do solo urbano pela expansão dos serviços de educação superior chamam atenção para certa especialização.

A cidade é para o comércio, serviços, e não apenas a cidade do boi. Ainda assim atribui e reforça o destaque na manutenção do *status* de “capital do boi gordo”, porém os investimentos que se apropriam deste marketing não possibilitam usufruto coletivo para a cidade, sobretudo para a população trabalhadora.

O desenvolvimento capitalista desigual torna-se notório numa região onde as elites pecuaristas comandam as terras, as riquezas e detêm privilégios, dando sentido à pecuária e poder político como pares inseparáveis. O político representante da elite pecuarista é o elo necessário atuando na defesa dos interesses de sua classe, da manutenção, ampliação do poder econômico e social historicamente construído. Esta é uma combinação marcante que se torna perversa em Araguaína.

No processo de crescimento econômico de Araguaína a expansão urbana não se faz acompanhar dos serviços e equipamentos necessários à população. As áreas mais valorizadas são utilizadas para reprodução do capital, fragmentando-se e explodindo a cidade em periferias que abrigam antigos e novos migrantes, com precariedade de moradia, saneamento básico e acesso a serviços básicos como saúde e educação.

A cidade é central para sua região e para manutenção e extensão do poderio construído pela elite de pecuaristas na reprodução de ordem distante do mercado mundial, e assim prioriza-se Araguaína, seu espaço urbano para acumulação capitalista.

É periférica para boa parte da população principalmente os antigos e novos migrantes que convivem com os conflitos e as desigualdades sociais reproduzidas em espaço de acumulação, destinando para a maioria apenas miséria.

A pecuária e comércio de bens e serviços de Araguaína concentram e multiplicam riquezas mais também produzem a pobreza. Na cidade está centralizada a infraestrutura de apoio à pecuária, comércio e serviços que alcançam ampla área de influência regional; exerce a condição de segunda maior força econômica do estado e ostenta o título de capital do boi gordo

Mas esta cidade também poderia receber o título de capital tocaninense dos bolsões de miséria. Título justificado pela concentração das seis favelas existentes no Tocantins, exatamente, todas com localização no espaço urbano de Araguaína.

Araguaína é cidade para acumulação capitalista. Assim está pronta para sua população de trabalhadores, apenas como espaço para reprodução da força de trabalho, necessário ao processo econômico visando acumulação.

Ao final da pesquisa novos questionamentos aparecem: Qual a origem do capital investido no comércio e nos dos serviços de educação superior e saúde de Araguaína? Seriam alargamento da atuação da elite pecuarista ou outros investidores. São extensões da elite pecuaristas ou de novos investidores? Surgem também, questionamentos sobre uma melhor especificação de seu papel na rede de cidades médias da Amazônia Oriental e sobre um método que possibilite reflexões sobre o espaço urbano e o urbano-regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJARA, César. O Estado do Tocantins: Reinterpretação de um Estado de Fronteira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53_n4, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço, Polarização & Desenvolvimento. Uma Introdução à Economia Regional. Ed. Atlas, São Paulo, 1987.

ARAGUAÍNA. Revisão do Plano Diretor de Araguaína-TO. Relatório Técnico final, novembro de 2004.

ARAÚJO, Ana Maria Matos Mobilidade da população no espaço metropolitano de Fortaleza: o caso Pecém. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2002. (Dissertação de Mestrado Acadêmico em Geografia).

_____. Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional: o caso de Fortaleza. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe (UFS/NPGEO), 2007 (Tese de Doutorado).

_____. Fortaleza, Metrópole Regional: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Ed UECE, 2010

BARBOSA, Altair Sales; GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. Geografia: Goiás - Tocantins. Goiânia: ed. da UFG, 1993

BECKER, Bertha K. Política Regional e Mobilidade Populacional numa Fronteira de Recursos do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.41, out/ dez 1979.

_____. Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Fronteira e Urbanização Repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. V.47 n.3/4. 1985

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Aubertin, Catherine (org). *Fronteiras*. Brasília/UNB, Paris:ORSTOM, 1988, pg. 60-89.

_____. Amazônia. São Paulo, Ática, 1990

_____. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia – um poder territorial ? *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.52, nº 4, out/dezembro de 1990.

_____. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização in GONÇALVES, Maria Flora et. al. (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BRASIL. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>> [acessado em 30/11/2010]

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010a. Balança comercial, Exportação no Tocantins e municípios entre 1990 a 2010 (empresas e produtos). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>> [acessado entre 06/03 a 20/10 de 2011]

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Situação atual do status sanitário para febre aftosa – Brasil- 2010b. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 16 de setembro de 2011

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2011. Balança comercial, empresas e produtos exportados no Tocantins e municípios entre janeiro a setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>> [acessado entre 18/03 de 2011]

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Projeções do agronegócio: mundial e brasileiro em 2009. <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 16 de setembro de 2011.

BRITO, Eliseu Pereira de. O papel de Palmas - TO na rede de integração regional. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS. 2009, 260f

CALABI, Donatella e INDOVINA, Francisco. Sobre o uso capitalista do território. Revista Orientação, nº 09, 1992

CARLEIAL, Adelita. Trabalho e redes de solidariedade aos migrantes. In Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VI, núm. 119 (124), 1 de agosto de 2002. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>> [acesso em 30 de agosto de 2011].

CARLOS, Ana F. Alessandri. “Novas” contradições do espaço in DAMIANI, A. L.; CARLOS, A.F.A; SEABRA, O.S.L. O Espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). Cidades Médias: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 89- 111.

CARVALHO, Edimir de. Cidades brasileiras crescimento e desigualdades social Org & Demo, Nº 3, p. 45-54, 2002, Disponível em <www.anpec.org.br/.../000-85900e5dcc50ca07fdcfb3df352548c9.doc> Acessado em 17/12/2011.

CORRÊA, Roberto Lobato Estudo das relações entre cidade e região. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1969

_____. A Periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

_____. Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

CPT: Comissão Pastoral da Terra disponível em <<http://www.azulmarinhocompequi.com/2011/06/cpt-do-tocantins-denuncia-grave.html>> acessado em outubro de 2011.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Agropecuária brasileira: balanço e perspectivas (2009). Disponível em <www.cna.org.br>. Acesso em 16 de setembro de 2011.

GASPAR, Jacira G. Araguaína e sua região: Saúde como reforço da polarização. 2002. Dissertação (mestrado em geografia). Centro de Filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

_____. A formação da rede urbana frente as políticas territoriais – Goiás e Tocantins in PEREIRA, Aires José e SANTOS, Roberto de Sousa (org.). Ensaios geográficos e educação. Rondonópolis: Gráfica Editora União, 2005.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, p. 49-76.

HAESBAERT, Rogério. Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

HARVEY, David. Introdução in HARVEY, David. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

IBGE. Censo Demográfico de Goiás 1960. VII recenseamento geral, Rio de Janeiro: IBGE, 1974

_____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; Rio de Janeiro:1964

_____. Censo Demográfico de Goiás 1970. VIII recenseamento geral, v I- Tomo XXIII, Rio de Janeiro: IBGE, 1973

_____. Censo Demográfico 1980: dados Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983.

_____.Censo demográfico, 1991, 2000 e 2010 Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/censo/>>, [acessado entre 2010 e 2011]

_____.Divisão Territorial Brasileira, 2002. Disponível em: < <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>, [Acessado em 05/02/2011]

_____. Censo Agropecuário 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, [acessado entre 20 a 28 /10/2011]

_____. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), 2007 Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> [acessado em 30/06/2010]

_____.Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2008a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>[Acessado em 16/10/10]

_____.Produto Interno Bruto dos Municípios de 2008b. Tabela elaborada no Banco de dados agregados Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> [Acessado em 28/10/10]

_____. Cadastro Central de Empresas 2009 <<http://www.ibge.gov.br>>, [Acessado em 30/06/2010]

_____. Pesquisa Pecuária Municipal. Tabela elaborada no Banco de dados agregados SIDRA, 2011a. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> [Acessado entre 20/06/2010 a 10/03/2011]

_____. Evolução da quantidade produzida na lavoura permanente e temporária no Tocantins e municípios entre 1990 a 2010. Tabela elaborada no Banco de dados agregados SIDRA, 2011b. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/> [Acessado em 18 a 29/03/2011]

_____.Censo demográfico do Tocantins 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo/>, [acessado em 10/06/2011]

_____.Mapas. Amazônia Legal: Projetos Agropecuários – Incentivos fiscais (1964-1984), elaborado em 2001. Disponível em http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge. [acessado em 08/07/2010].

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (Coordenação Geral). População e PIB das cidades médias cresceram mais que o resto do Brasil. 17 de Julho de 2008. Disponível em <www.ipea.gov.br> Acessado em 17/12/2011

KLINK, Jeroen Johannes. Uma primeira investigação do contexto do novo regionalismo no Brasil (cap. 3) in KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

KOTSCHO Ricardo. O Massacre dos Posseiros: conflitos de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEFEBVRE Henri. A cidade do capital. Tradução de Maria Helena R. Ramos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. A Revolução urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José B. et. al. (Org.) Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Região e geografia. São Paulo: Edusp, 2009.

LOPES, Alberto Pereira. O Estado do Tocantins: algumas características de sua organização espacial. in PEREIRA, A. J. e SANTOS, R. de S. (org.). Ensaios geográficos e educação. Rondonópolis: Gráfica Editora União, 2005.

_____. Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas fora do compasso. (Tese de doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

LISTEL. Lista Telefônica do Tocantins 2011.

MARTINS, José de Sousa. Fronteira: a Degradação do outro nos confins do mundo. São Paulo: Hucitec, 1997

MATOS, Ralfo. Das Grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite in MATOS, R. (org). Espacialidades em Redes: População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Arte, 2005

MERCIER, Guy. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. GEOgraphia, Vol. 11, Nº 22, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/index>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos. 4 ed. Campinas-SP: Papirus, 1993.

_____. Modo capitalista de produção e agricultura. 3 ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro in: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

_____. Crítica a razão dualista - o ornitorrinco. Prefácio de Roberto Schwarz. São Paulo: Boitempo, 2003

OLIVEIRA, Sebastião de Souza. Porto Nacional: De Porto Real a Espaço Periférico de Palmas – TO (Dissertação de Mestrado em Geografia.) Universidade Federal de Goiás (UFG), 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de. As cidades na Amazônia: Novas territorialidade e velhas exclusões reencontradas in Caderno Prudentino de Geografia, n. 21, Presidente Prudente-SP, 1999.

PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos históricos do estado do Tocantins. Goiânia: Ed. Da UFG, 2007

PINTADI, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio in: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. Historia econômica do Brasil. Brasiliense, 1981

SANTOS, Milton. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza in Economia espacial – críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Manual de geografia urbana. São Paulo: Hucitec, 1981 (capítulo 1)

_____. A urbanização Brasileira. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SEAGRO. Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins. Informações Gerais do Estado. Disponível em: <<http://seagro.to.gov.br/conteudo.php?id=21>> Acesso em: 16 de agosto de 2011

SILVA, Otavio Barros. Breve História do Tocantins e de sua gente. 2ª edição. Federação das indústrias do Estado do Tocantins. Araguaína, 1997

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais in DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS Ana Fani Alessandri; SEABRA Odette Carvalho de Lima (Org). O espaço no fim de século a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001

_____. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 2008

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. Revista Território, ano 111, nº 4, jan./jun. 1998

SUDAM. (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia).Legislação. Disponível em http://www.ada.gov.br/index.php?Itemid=83&id=114&option=com_content&task=view [acessado em 22/10/2010]

SZMRECSÁNYI, Tamás. Pequena História da Agricultura no Brasil. 3 ed. São Paulo:Contexto, 1997

TOCANTINS, Governo do. Anuário Estatístico do Tocantins 2005, SEPLAN (Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente) disponível em www.seplan.to.gov.br, [acessado em 30/03/2010]

_____. Lei Nº 1.173, de 02/08/2000. Secretaria da Indústria e do Comércio 2008, disponível em <http://sic.to.gov.br/conteudo.php?id=41> acessado em 17/11/2011]

_____. Secretaria da Indústria e do Comércio 2008, disponível em <http://sic.to.gov.br/conteudo.php?id=41> acessado em 08/10/2011]

_____. Atlas do Tocantins: subsídios ao Planejamento da Gestão territorial, 4ª edição, Palmas 2005, disponível em www.seplan.to.gov.br, [acessado em 05/03/2011]

_____. Lei Nº 2.060, de 17/06/ 2009. Publicado no Diário Oficial nº2.914 (Declara Capital Tocantinense do Boi Gordo o Município de Araguaína)

_____. Indicadores Sócio-Econômicos do Tocantins 2011a, disponível em www.seplan.to.gov.br, [acessado em 08/09/2011]

_____. Secretária de Comunicação do Tocantins (2011b)

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. GEOGRAFARES, Vitória, v. 1, n 1, jun. 2000 disponível em http://www2.cchn.ufes.br/geoufes/geografares/?N%FAMeros_publicados:Nr. 01, acessado em outubro de 2011

_____. Cidades Médias na Amazônia Oriental: Das Novas Centralidades à Fragmentação do Território. XIV Encontro Nacional da ANPUR, maio de 2011, Rio de Janeiro-RJ, disponível em www.xiisimpurb2011.com.br, acessado em outubro de 2011.

_____. A questão urbana, o estatuto da cidade e o desafio da sustentabilidade na Amazônia. S/d, disponível em <http://www.fase.org.br/v2>, acessado em outubro de 2011.

TRINDADE JR., S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; RIBEIRO, Rovaine. Marabá: Novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. XIII ENANPUR, maio de 2009, Florianópolis-SC, 2009, disponível em <http://www.anpur.org.br>, acessado em outubro de 2011

UFT. Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <http://www.site.uft.edu.br>. Consultado em 05 de fevereiro de 2011.

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., disponível em <http://www.valec.gov.br/ferrovia.htm>, consultado em maio de 2010

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina. Rodovia Belém-Brasília. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

UFT - Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <http://www.uft.edu.br>. Consultado em 05 de novembro de 2009.

Sites de empresas e fornecedores da agropecuária de Araguaína

<http://www.dowagro.com.br/>
<http://www.agroquima.com.br>
<http://www.gerdau.com.br/>
<http://www.jacto.com.br>
<http://www.nitralurbana.com.br/>
<http://www.nortox.com.br>
<http://www.alvoradanet.com.br/>
<http://www.belgobekaert.com.br/SitePages/Inicio.aspx>
<http://www.vallee.com.br/>
<http://www.pfizersaudeanimal.com.br/>
<http://www.novartis.com.br>
<http://www.stihl.com.br/>

<http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/index.php>
<http://www.msd-saude-animal.com.br/>
<http://agriculture.newholland.com/br/pt/Pages/homepage.aspx>
<http://masseyfergusson.com.br>
<http://.valtra.com.br>
<http:// John Deere.com.br>